

---

Ana Marina Ribeiro Silva

**REQUALIFICAÇÃO URBANA**  
**O exemplo da intervenção Polis em Leiria**

**Dissertação de Mestrado em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás**



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2011

---

## Agradecimentos

Ao longo da vida iniciam-se e terminam-se projectos que contribuem para o nosso enriquecimento e realização. Um projecto pode assemelhar-se a uma auto-estrada que vai sendo construída, tendo um início e um fim, e é neste sentido que chegou o fim deste projecto. Durante a construção desta auto-estrada baseada no conhecimento e na vivência de experiências foram-se encontrando obstáculos que tiveram de ser contornados, recorrendo ao trabalho, à dedicação, ao empenho, ao estudo e ao auxílio dos nossos professores.

Nem todos os percursos são de fácil estruturação mas chegando a este momento pode-se dizer que está estabelecido mais um percurso nesta auto-estrada do conhecimento.

A auto-estrada do conhecimento foi-se construindo e consolidando com base no incentivo e motivação prestada durante os momentos de alegria e sucesso bem como nas alturas de maior tristeza e desânimo.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, Adélia e Diamantino, que me proporcionaram chegar ao fim de mais uma etapa da minha vida e que sempre depositaram em mim muito apoio e confiança. Considero que eles foram e serão, os pilares basilares que permitiram construir a minha auto-estrada do conhecimento e ensinaram a nunca desistir daquilo que faz sentido para a minha vida. Além dos meus pais, quero fazer um agradecimento muito especial aos meus irmãos, à Paulinha e ao Francisco que tiveram muita paciência para me aturar.

Quero agradecer ao Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás, a disponibilidade, o acompanhamento, o aconselhamento, o incentivo e o apoio prestado ao longo desta tarefa, contribuindo para que esta dissertação se concretizasse. Também lhe agradeço a compreensão que teve durante os momentos em que a dúvida e a incerteza tentaram prevalecer.

Para a elaboração desta dissertação foi fundamental estabelecer contactos com organismos públicos e personalidades que se disponibilizaram para colaborar neste projecto. De forma activa pude contar com a colaboração, e desta forma agradeço a toda à Dr.<sup>a</sup> Sofia Carreira bem como toda equipa do Moinho de Papel, à Dr.<sup>a</sup> Telma Fontes do Centro de Interpretação Ambiental (CIA), à equipa do m |i| m o, ao Dr. Pedro Manuel Soares Ferreira da Divisão de Museus, Património e Bibliotecas da Câmara Municipal de Leiria, ao Agente José Gonçalves da Polícia de Segurança Pública de

---

Leiria (PSP), ao Dr. Luís António da Silva Matias (técnico superior principal) da PSP de Leiria. Ao Departamento de Planeamento e Ordenamento, à Divisão de Reabilitação Urbana e à equipa do PDM da Câmara Municipal de Leiria um muito obrigada.

Ao longo das margens do rio senti a tranquilidade e nostalgia de um tempo não vivido, em oposição à actual agitação e frenesim cidadão. Passei horas a ouvir contar histórias de quem viveu e conheceu a cidade com uma realidade bem diferente da actual. Foi gratificante ouvir-vos e a tentar viver o que hoje é impossível reviver. A todos os residentes e visitantes de Leiria um muito obrigada pela disponibilidade mostrada em colaborar neste trabalho de investigação, pois a vossa sabedoria e conhecimento em relação à cidade foi fundamental para complementar a minha.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira que se prontificaram desde sempre a disponibilizar material fundamental para a elaboração desta dissertação, o meu muito obrigada.

Um agradecimento muito especial à grande amiga Ana Maria Cortez Vaz, que pela força, coragem, apoio e boa disposição demonstrou ser um exemplo de Amizade. O espírito positivo constante prevaleceu em todos os momentos de angústia, desalento e frustração com que nos deparamos durante este anos. À também, grande amiga Ana Carolina pela amizade e companheirismo que senti e pela confiança que em mim depositou, muito obrigada. Fico-vos muito grata pelo ânimo que me deram para continuar e concluir esta etapa, não esquecendo que vocês foram as pessoas com quem partilhei mais ideias e de quem recebi conselhos e dicas.

Um grande muito obrigada à tia Ilda que se mostrou sempre disponível para me ajudar.

Fico ainda muito agradecida, às amigas Cátia Leal e Rosa Ferreira e ao Jorge Migueis que se disponibilizaram para me auxiliar no que necessitasse.

À Dona Isabel um agradecimento especial pela paciência e amizade demonstrada ao longo destes anos.

Aos colegas e amigos que permanecem, da Escola da Venda do Pinheiro e da Escola de São Gonçalo, Torres Vedras, que ao longo desta etapa me foram acarinhando, incentivando e apoiando nos bons e nos maus momentos, dizendo que a luz do túnel estava cada vez mais próxima e que com esforço e dedicação chegaria ao fim do túnel. E, aqui estou eu, no fim deste percurso. Por tudo isto, muito obrigada.

---

Por último, e não menos importante, agradeço a todos os meus amigos/as, companheiros/as e familiares que me acompanharam e ajudaram, dando reforço positivo perante as dificuldades que marcaram este percurso.

A todos vós os mais cordiais agradecimentos!

---

## Resumo

As preocupações com as cidades e o ambiente urbano assumiram grande visibilidade sobretudo a partir da segunda metade dos anos 80 (século XX), no contexto dos novos paradigmas de desenvolvimento.

Em escalas de geometria variável, importa promover iniciativas que transformem as cidades em territórios mais coesos, competitivos e atractivos. Nesta atmosfera, merecem destaque as políticas que têm como papel fundamental a reorganização e reestruturação do tecido urbano de forma coerente, equilibrada e sustentável e o melhoramento do ambiente. Assim emerge uma nova visão de cidade, em que a qualificação e integração dos distintos espaços de cada cidade contribuem de forma decisiva para uma dinâmica funcional urbana mais inclusiva, coerente e sustentável.

A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade. A adopção e implementação de programas urbanos (como, por exemplo, o Programa Polis) revelam a primazia da reutilização de infra-estruturas e equipamentos existentes em detrimento da construção nova e a reutilização/reconversão de espaços urbanos (devolutos, abandonados ou degradados) com o objectivo de melhorar as suas condições de uso e fruição.

O território, o património e o ambiente têm de assumir o papel de elementos estratégicos e decisivos que contribuem para a promoção um novo paradigma de mudança baseado no planeamento e na sustentabilidade.

Através de medidas inovadoras de financiamento e modelos adequados de gestão e de governação territorial será possível contribuir para a afirmação das cidades como espaços privilegiados de produção de riqueza, de exercício da cidadania plena e de melhoria da qualidade de vida.

Esta temática vai ser aprofundada através de um estudo de caso, no sentido de identificar e analisar os efeitos dos processos de requalificação urbana induzidos pelo Programa Polis na cidade de Leiria, considerando ainda as perspectivas da população presente e residente.

---

## Abstract

The concerns about the cities and the urban environment made highly visible especially from the second half of the 80 (twentieth century), in the context of new development paradigms.

On scales of variable geometry, it is important to promote initiatives that will make the cities in more cohesive, competitive and attractive territories. In this atmosphere, worth mentioning the policies that have the key role in the reorganization and restructuring of the urban fabric in a coherent, balanced and sustainable way and the improving of environment. Thus emerges a new vision of the city, in which the qualification and integration of different areas of each city contribute decisively to a more inclusive urban functional dynamics, coherent and sustainable.

The urban regeneration aimed at improving the environment and quality of life in cities, and involves the coordination and integration of various components such as, housing, culture, social cohesion and mobility. The adoption and implementation of urban programs (for example, the Polis Programme) revealed the primacy of the reuse infrastructure and existing equipment rather than new construction and reuse / redevelopment of urban spaces (vacant, abandoned or degraded) with aim of improving their conditions of use and enjoyment.

The territory, natural heritage and environment must assume the role of strategic and decisive elements that contribute to promoting a new paradigm of change based on planning and sustainability.

Through innovative financing measures and appropriate models of territorial management and governance will contribute to the affirmation of cities as privileged production of wealth, the exercise of full citizenship and improved quality of life.

This theme will be enhanced through a case study, in order to identify and analyze the effects of processes of urban requalification induced by the Program Polis in the city of Leiria, also considering the perspectives of the resident and present population.

---

## Lista de Acrónimos

- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CEU** – Conselho Europeu de Urbanistas
- CIAM** – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
- CMIA** – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental
- CML** – Câmara Municipal de Leiria
- DGOTDU** – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- ENDS** – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- ETAR** – Estação de Tratamento de Águas Residuais
- GOP** – Grandes Opções do Plano
- GTL** – Gabinetes Técnicos Locais
- HAB./KM<sup>2</sup>** – Habitantes por km<sup>2</sup>.
- ICCROM** – Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais
- ICOMOS** – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
- IGESPAR** – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IPPAR** – Instituto Português do Património Arquitectónico
- LBPOTU** – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo
- MAOTDR** – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- MIMO** – Museu da Imagem em Movimento
- NUT** – Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos
- OCDE** – Organização Económica de Cooperação Europeia
- ONG's** – Organizações Não Governamentais
- PDM** – Plano Director Municipal
- PDR** – Plano de Desenvolvimento Regional
- PMOT** – Plano Municipal de Ordenamento do Território
- PNACE** – Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
- PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- POA** – Programa Operacional do Ambiente
- Polis/Polis XXI** – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
- POR`s** – Programas Operacionais Regionais

---

**PP** – Plano de Pormenor

**PRAUD** – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

**PRID** – Programa Especial para Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação

**PRODESREDI** – Programa de Desenvolvimento Económico e Social regionalmente Diferenciado

**PRODR** – Programa de Desenvolvimento Regional

**PROSIURB** – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais

**PRU** – Programa de Reabilitação Urbana

**QCA** – Quadro Comunitário de Apoio

**QREN** – Quadro de Referência Estratégica Nacional

**RECRIA** – Programa de Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

**RECRIPH** – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

**REHABITA** – Programa de Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

**U.E.** – União Europeia

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**URBAN** – Programa de Iniciativa Comunitária URBAN



---

## Índice Geral

	Página
Agradecimentos	3
Resumo	6
Abstract	7
Lista de Acrónimos	8
Índices	
Índice Geral	10
Índice de Quadros	13
Índice de Figuras	14
Índice de Quadros (ANEXOS)	17
Índice de Figuras (ANEXOS)	18
<b>1. Introdução</b>	<b>19</b>
1.1. Tema e âmbito da investigação	19
1.2. Objectivos e Metodologia	20
1.3. Estrutura da Dissertação	21
<b>2. A evolução das cidades: problemas, orientações e estratégias de intervenção</b>	<b>23</b>
2.1. Cidades e política de cidades	23
2.2. Documentos orientadores e normativos sobre a política de cidades	27
2.3. Da política de cidades às intervenções	35
<b>3. A requalificação urbana: processo interventivo para a valorização e competitividade nas cidades</b>	<b>46</b>
3.1. Enquadramento da requalificação urbana	46
3.2. O papel dos programas de requalificação urbana	49
<b>4. O património como elemento dinâmico e decisivo na requalificação urbana</b>	<b>58</b>
4.1. Contextualização do património	58
4.2. O património como elemento identitário de um território	61

---

	Página
4.3. Defesa do património como pilar de referência para o desenvolvimento urbano	64
<b>5. Leiria, uma posição estratégica no território nacional</b>	<b>75</b>
5.1. Enquadramento histórico e geográfico	75
5.2. Dinâmica demográfica	78
5.2.1. Evolução da população residente no Pinhal Litoral	78
5.2.2. Evolução da população residente no concelho de Leiria	79
5.2.3. Variação da população residente nas freguesias de Leiria	80
5.2.4. Projecção demográfica	81
5.2.5. Densidade populacional nas freguesias do concelho de Leiria	83
5.2.6. Pirâmides etárias do concelho de Leiria	84
5.2.7. Índice de envelhecimento nas freguesias de Leiria	85
5.2.8. Variação das famílias, alojamentos e edifícios	87
5.2.9. Evolução da dinâmica urbana de Leiria	88
5.3. Dinâmica económica	89
5.3.1. População activa no concelho de Leiria	89
5.3.2. População empregada por sectores de actividade	90
<b>6. O Programa Polis em Leiria</b>	<b>92</b>
6.1. Plano de Pormenor de S.Romão/Olhalvas (PP1)	95
6.2. Plano de Pormenor de St.º Agostinho (PP2)	97
6.3. Plano de Pormenor de Leiria Centro (PP3)	101
6.4. Plano de Pormenor Centro Histórico (PP4)	105
<b>7. Análise exploratória (perspectivas dos utilizadores) sobre a intervenção Polis</b>	<b>111</b>
<b>8. Conclusão</b>	<b>136</b>
Bibliografia e Fontes	140
ANEXOS	154

---

	Página
ANEXOS Quadros	155
ANEXOS Figuras	169

---

## Índice de Quadros

	Página
Quadro 1 – Compromissos de Aalborg	31
Quadro 2 – Princípios do desenvolvimento sustentável	32
Quadro 3 – Recomendações para o desenvolvimento urbano	34
Quadro 4 – O planeamento urbano tradicional e o planeamento estratégico	41
Quadro 5 – Objectivos específicos do Polis	53
Quadro 6 – Instrumentos de gestão do Programa Polis	55
Quadro 7 – Objectivos específicos do Polis XXI	56
Quadro 8 – Instrumentos específicos da política de cidades/Polis XXI	57
Quadro 9 – Projecção demográfica e variação populacional	82
Quadro 10 – Dinâmica urbana de Leiria em 2001	88
Quadro 11 – Planos de Pormenor e respectivas áreas de intervenção	94
Quadro 12 – População entrevistada nas áreas de intervenção do Programa Polis	111

---

## Índice de Figuras

	Página
Figura 1 – A Cidade Industrial	36
Figura 2 – Destruição em Varsóvia	36
Figura 3 – Vila italiana de Cassino, a 18 de Maio de 1944	37
Figura 4 – Instrumentos de gestão territorial em Portugal	45
Figura 5 – As intervenções Polis	54
Figura 6 – Enquadramento nacional e regional de Leiria	77
Figura 7 – Evolução da população residente no Pinhal Litoral (1991-2011)	78
Figura 8 – Evolução da população residente no concelho de Leiria (1864 a 2011)	79
Figura 9 – Variação da população residente nas freguesias de Leiria	80
Figura 10 – Densidade populacional nas freguesias de Leiria (2001-2011)	83
Figura 11 – Pirâmide etária do concelho de Leiria, (1991- 2001)	84
Figura 12 – Índice de envelhecimento por freguesia (1991-2001)	85
Figura 13 – Variação das famílias, alojamentos e edifícios (2001/2011)	87
Figura 14 – População activa no concelho de Leiria (1991-2001)	89
Figura 15 – Distribuição da população empregada no concelho de Leiria (1991-2001)	90
Figura 16 – Plano de Pormenor de S. Romão/Olhalvas	95
Figura 16.1 – Ponte de São Romão	96
Figura 16.2 – Parque Radical	96
Figura 16.3 – Ponte Sofá	96
Figura 16.4 – Parque desportivo Dr. Rui Garcia da Fonseca (Clube de Ténis de Leiria)	96
Figura 16.5 – Ponte Piquenique	97
Figura 16.6 – Parque Infantil dos Caniços	97
Figura 16.7 – Ponte dos Caniços	97
Figura 17 – Plano de Pormenor de St.º Agostinho	98
Figura 17.1 – Moinho de Papel	99
Figura 17.2 – CIA	99
Figura 17.3 – Parque de estacionamento de Santo Agostinho (Largo da Infantaria n.º 7)	99
Figura 17.4 – Ponte Balcão	100
Figura 17.5 – Ponte Bar	100

---

	Página
Figura 17.6 – Jardim de Santo Agostinho	100
Figura 17.7 – Área envolvente ao Convento de Santo Agostinho	100
Figura 17.8 – Área adjacente ao edifício da Cruz Vermelha	100
Figura 17.9 – Ponte Hintze Ribeiro	100
Figura 17.10 – Ponte Eng.º Afonso Zúquete	100
Figura 18 – Plano de Pormenor Leiria Centro	101
Figura 18.1 – Praça Goa, Damão e Diu e parque de estacionamento subterrâneo da Fonte Luminosa	102
Figura 18.2 – Jardim Luís de Camões	103
Figura 18.3 – Largo 5 de Outubro de 1910	103
Figura 18.4 – Marachão	103
Figura 18.5 – Praça Paulo VI	103
Figura 18.6 – Parque da Cidade	103
Figura 18.7 – Ponte-Açude	103
Figura 18.8 – Açude da Fonte Quente	103
Figura 18.9 – Parque de estacionamento da Fonte Quente	104
Figura 18.10 – Bar/Restauração da Fonte Quente	104
Figura 18.11 – Ponte Parque Infantil	104
Figura 18.12 – Ponte do Arrabalde	104
Figura 18.13 – Margens do rio Lis desde a Ponte do Arrabalde até à Almoinha Grande	105
Figura 19 – Plano de Pormenor Centro Histórico	106
Figura 19.1 – Encosta do castelo	108
Figura 19.2 – Iluminação cénica do castelo de Leiria	108
Figura 19.3 – m  i  m o	108
Figura 20 – Perlis arte antiga	109
Figura 21 – Perlis arquitectura antiga	109
Figura 22 – Perlis flora	110
Figura 23 – Indicações relativas às idades recomendadas para a utilização de equipamentos	110
Figura 24 – Diferenciação da população entrevistada, quanto ao género	112
Figura 25 – População conhecedora do Programa Polis	112
Figura 26 – Falta de pistas destinadas a peões e ciclistas	114

---

	Página
Figura 27 – Situação de instabilidade causada pelos ciclistas	114
Figura 28 – Sistema de rega	115
Figura 29 – Sifões do sistema de rega	115
Figura 30 – Iluminação ao longo dos percursos no Parque Radical	115
Figura 31 – Margens e poluição do rio	115
Figura 32 – Vegetação nas margens do rio Lis	116
Figura 33 – Manutenção das “zonas” 1 e 2	116
Figura 34 – Espaços de estada	116
Figura 35 – Mobiliário urbano colocado em local desajustado	117
Figura 36 – Estacionamento na área envolvente ao Jardim e Convento de St.º Agostinho	120
Figura 37 – Lago de St.º Agostinho	121
Figura 38 – Alimentação dos animais que se encontram ao longo do rio Lis	122
Figura 39 – Acumulação de água na Ponte Bar	122
Figura 40 – Parque de estacionamento junto ao Estádio Municipal Magalhães Pessoa	126
Figura 41 – Parque de estacionamento próximo do Mercado Municipal	126
Figura 42 – Panfleto de publicidade	131
Figura 43 – Brochura referente a uma exposição temática	131

---

## Índice de Quadros (ANEXOS)

	Página
Quadro I – Objectivos do desenvolvimento sustentável	156
Quadro II – Componentes e linhas de intervenção do Programa Polis	157
Quadro III – Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos	158
Quadro IV – População residente em Portugal, Região Centro, Pinhal Litoral e respectivos concelhos	159
Quadro V – Evolução da população residente no concelho de Leiria (1864 a 2011)	160
Quadro VI – População residente e variação populacional nas freguesias do concelho de Leiria (1991-2011)	161
Quadro VII – Projecção para as freguesias do concelho de Leiria (2011-2031)	162
Quadro VIII – Densidade populacional nas freguesias de Leiria (2001-2011)	163
Quadro IX – Estrutura etária do concelho de Leiria (1991-2001)	164
Quadro X – Distribuição da população residente no concelho de Leiria segundo o género e a classe etária (1991-2001)	164
Quadro XI – Total população residente no concelho de Leiria segundo as classes etárias (1991-2001)	164
Quadro XII – Índice de envelhecimento das freguesias do concelho de Leiria (1991-2001)	165
Quadro XIII – Variação das famílias, alojamentos e edifícios (2001/2011)	166
Quadro XIV – Total população empregada, desempregada e activa no concelho de Leiria (1991-2001)	167
Quadro XV – População activa e variação da população activa (1991-2001)	167
Quadro XVI – Distribuição da população empregada no concelho de Leiria por sectores de actividade (1991-2001)	167
Quadro XVII – População entrevistada que já ouviu falar do Programa Polis	168



---

## Índice de Figuras (ANEXOS)

	Página
Figura I – Plano de Médio Prazo de 1977-1980	170
Figura II – 1º Plano de Desenvolvimento Regional (1989-1993)	171
Figura III – Quadro Comunitário de Apoio – QCA I (1989-1993)	172
Figura IV – Quadro Comunitário de Apoio II – QCA II (1994-1999)	173
Figura V – Quadro Comunitário de Apoio III – QCA III (2000-2006)	174
Figura VI – Localização dos Planos de Pormenor do Polis em Leiria	175

## 1. Introdução

### 1.1. Tema e âmbito da investigação

A presente dissertação encerra mais um ciclo de formação académica, no âmbito do Mestrado em Geografia Humana, na área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Durante a frequência do primeiro ano de Mestrado, na unidade curricular de Políticas de Ordenamento do Território, desenvolvi interesse e ligação pela temática da requalificação urbana e a importância do património para o desenvolvimento dos territórios e das populações, de tal maneira que estas preocupações figuraram como eixos centrais da proposta de trabalho que alicerçou a investigação, realizada no decurso do ano lectivo de 2010/2011, para efeitos de conclusão do Mestrado.

Assim, na parte teórica da dissertação, pretende-se analisar o tema das cidades de modo a perceber as principais tendências evolutivas e a aferir de que forma estas se podem individualizar e valorizar de forma integrada num espaço mais amplo. A política de cidades pretende fomentar uma nova forma de “governar” através da planificação de estratégias de acção, ou seja, a política de cidades é definida através de um quadro conceptual de utilização e organização nas cidades que se articula em função de diversos processos estratégicos, como é o caso do planeamento.

Através do planeamento torna-se exequível (re)pensar as cidades em função das características físicas e dos elementos simbólicos que estabelecem uma ligação com o passado e despertam sentimentos de pertença. Além do planeamento, importa destacar a requalificação urbana como processo planeado que pretende a valorização e competitividade das cidades, a salvaguarda e a valorização de elementos (humanos e naturais) considerados fulcrais para a construção e a percepção da imagem, e para a consolidação da identidade individual ou colectiva.

Atendendo às novas territorialidades, o património assume-se como um componente decisivo e estratégico na requalificação urbana e, deste modo, uma dimensão fundamental para a qualificação e a valorização da paisagem urbana.

Considerando as temáticas evidenciadas, não basta questionar os conteúdos dos documentos orientadores e normativos, que começam a emergir em função do aumento das preocupações, problemas e necessidades, mas também apresentar as principais “inovações” científicas presentes nas cartas, declarações, convenções, tratados ou

pactos, princípios, orientações, recomendações, resoluções e conclusões, e ainda explicitar as políticas e os seus instrumentos operativos.

O estudo de caso incidirá na cidade de Leiria e terá como eixo central de análise o Programa Polis. A escolha de Leiria decorre dos vínculos que desenvolvi com esta cidade e reflecte também o interesse em identificar e explicar os efeitos desta intervenção urbanística.

## **1.2. Objectivos e Metodologia**

Na génese desta dissertação foi elaborado um plano de modo a direccionar a pesquisa para as principais tendências, preocupações e documentos orientadores e normativos, no contexto da evolução urbana, política de cidades, requalificação urbana, e a integração do património nestes processos.

No que concerne ao desenvolvimento das áreas urbanas, pretende-se analisar de que forma se pode planear e ordenar os lugares tornando-os mais competitivos e invertendo a tendência de crescimento irracional e desajustado ao espaço disponível. Pretende-se através da política de cidades recorrer ao planeamento para reestruturar o desenho urbano (mantendo os marcos e traços da sua identidade) e privilegiar a participação da população nas tomadas de decisão de modo a estruturar cidades coerentes, sustentáveis, saudáveis, seguras, funcionais e inovadoras.

Relativamente à requalificação urbana, o objectivo é analisar o papel e o contributo deste processo para a revitalização física e funcional, a preservação e valorização dos elementos simbólicos (materiais e imateriais) mais relevantes no contexto da relação do Homem com o espaço geográfico (nas suas diferentes temporalidades), e ainda para a identidade e a imagem do território.

Conjugando estes objectivos, pretende-se direccionar o contexto da investigação para os efeitos provocados pelo Homem no espaço urbano de modo a explicitar a aplicação de uma estratégia de acção (política de cidade) vocacionada para a requalificação urbana (Programa Polis), onde as principais preocupações são a competitividade, inovação, atractividade, saúde ambiental, preservação e salvaguarda dos elementos simbólicos com valor excepcional que traduzem a herança histórica e cultural de um lugar. Como já referimos, a cidade de Leiria será a matriz geográfica para aprofundar esta temática.

Para a prossecução dos objectivos estabelecidos foi necessário efectuar uma intensa pesquisa bibliográfica, contando com o auxílio de livros, relatórios, planos, revistas editadas e teses, algumas das quais disponíveis no repositório científico de acesso aberto de Portugal.

A internet revelou ser uma ferramenta bastante útil dada a sua rapidez no que diz respeito à consulta de legislação no site do Diário da República Electrónico, e ainda para a consulta de fontes com dados estatísticos e bases cartográficas. No que concerne aos dados estatísticos que são analisados e apresentados ao longo da dissertação, foram recolhidos no *site* do INE (Instituto Nacional de Estatística). Para cartografar os dados recolhidos recorri ao software ArcGis 9.3 com o intuito de concretizar da melhor maneira a elaboração de mapas com a distribuição espacial dos indicadores analisados. As bases cartográficas utilizadas foram recolhidas na internet no *site* do IGEO (Instituto Geográfico Português).

### **1.3. Estrutura da dissertação**

Esta dissertação resulta de uma intensa pesquisa, recolha e tratamento de informação e dados bem como do conhecimento que foi sendo adquirido ao longo do percurso académico. Deste modo, o trabalho está dividido em oito partes, sendo que na primeira parte são discriminados o tema e o âmbito da investigação, os objectivos e metodologias utilizadas, e a estrutura da tese.

O enquadramento teórico é apresentado na segunda, terceira e quarta parte do trabalho. Este pretende fazer uma reflexão em torno da importância da política de cidades para a organização das cidades e resolução dos problemas urbanos e ambientais que aí ocorrem. Perante os aspectos negativos que marcam as cidades foram elaborados documentos orientadores e normativos que expressam as necessidades, preocupações e estratégias a adoptar em diferentes épocas e apelam a uma maior participação da sociedade para melhorar a qualidade de vida e a saúde ambiental no espaço urbano. Porém, não basta criar documentos, há que os pôr em prática. Neste sentido, foram criados programas de intervenção que funcionam como instrumentos decisivos para a valorização, inovação, competitividade e atractividade nas cidades.

Na terceira parte da dissertação é abordado o tema da requalificação urbana de modo a clarificar o seu conceito e objectivo. Neste sentido, de modo a implementar as

estratégias delineadas nas políticas de cidades são evidenciados alguns programas de intervenção urbana que recorrerem a processos (de requalificação urbana) dinâmicos, activos e em constante adaptação de acordo com os contextos territoriais.

A quarta parte do trabalho enfatiza o património como dimensão estruturante das intervenções urbanas. Tendo em vista a satisfação das necessidades da população e a melhoria da qualidade de vida da população, que se encontra a viver na cidade ou que aí se desloca (por motivos de trabalho, de lazer, entre outros), a requalificação urbana deve atender a alguns elementos-chave para a dinamização, valorização e revitalização da cidade, como é o caso dos elementos simbólicos com valor patrimonial.

A quinta, sexta e sétima partes da dissertação incidem no estudo de caso (parte prática), mais precisamente na caracterização da área de estudo bem como na análise do programa de requalificação urbana (Polis) em Leiria.

Na quinta parte, é apresentado o enquadramento histórico (breve “biografia” do lugar) e geográfico de Leiria, com o intuito de perceber como este território se comporta e posiciona em termos nacionais, regionais e locais. Nesta parte da investigação é ainda realizada uma análise evolutiva de Leiria, cidade e concelho, bem como das respectivas freguesias, quanto a indicadores de dimensão demográfica e económica.

Relativamente à sexta parte da dissertação, são apresentados os quatro planos de pormenor, que constituem parte integrante do Plano Estratégico elaborado para a cidade de Leiria, correspondentes às áreas intervencionadas no âmbito do Programa Polis. Ainda no que concerne aos planos de pormenor, foram assinaladas e identificadas as intervenções mais relevantes.

De modo a perceber a tipologia, as características e a opinião dos utilizadores dos espaços intervencionados pelo Polis foram realizadas entrevistas nas áreas de intervenção identificadas nos quatro planos de pormenor. Também foram realizadas entrevistas a indivíduos que têm uma ligação aos espaços Polis, devido à sua actividade profissional. Neste sentido, a sétima parte da tese configura uma abordagem exploratória relacionada com prossecução dos interesses metodológicos deste projecto de requalificação urbana, no sentido de compreender os efeitos deste programa na cidade de Leiria.

Na oitava (e última) parte da tese, são apresentadas as principais conclusões resultantes deste trabalho de investigação.

## 2. A evolução das cidades: problemas, orientações e estratégias de intervenção

“A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma” (CARTA DE ATENAS, 1933, p. 25).

### 2.1. Cidades e política de cidades

Ao longo dos séculos XIX e XX a cidade sofreu um processo de crescimento e desenvolvimento acelerado, sendo que as áreas periféricas a esta começaram a ser “engolidas” e influenciadas, surgindo deste modo fenómenos de urbanização<sup>1</sup>.

Neste contexto, quando se fala de cidade e tal como SALGUEIRO (1992, p. 26) afirma, “a cidade é uma entidade individualizadora com certa dimensão e densidade onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades. O conceito inclui a forma de ocupação do território, as actividades económicas desenvolvidas no seu interior, que em larga medida são subsidiárias das regiões tributárias, e o modo de vida dos habitantes, cada um destes vectores adquirindo sentido, principalmente, por comparação e oposição ao mundo rural”. A “(...) trilogia um território/uma população/uma circunscrição político-administrativa conferia a necessária unidade física a um espaço morfológico, funcional, social e político, espaço esse que, mesmo quando não muralhado, em tudo contrastava com o mundo rural envolvente. Unidade interna e distinção constituíam, pois, traços essenciais da condição urbana. E essa condição tinha um rosto: uma paisagem própria, cartografável nas suas formas e limites. Hoje vivemos cada vez mais em cidades sem confins (...) no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada. (...) A cidade real de hoje é, pois, uma cidade não reconhecida, porque morfológica e politicamente é invisível” (FERRÃO, 2003, pp. 220-221). Segundo BEAUJEU-GARNIER (1997, p. 47) “a cidade não é um espaço neutro: comporta forças de sobrevivência e de evolução; através da sua capacidade de produção, da sua administração, dos seus representantes, dos seus notáveis, a cidade tem uma capacidade de acção ou de reacção (...)”.

---

<sup>1</sup> Deve falar-se em fenómenos/processos de urbanização e não processo de urbanização, porque existe uma grande diversidade de meios para a expansão do espaço da cidade para a área envolvente. Estes fenómenos urbanos pressupõem um processo de mudança a nível morfológico (paisagem) e na sociedade e contribuem para que as áreas rurais se identifiquem cada vez mais com as áreas urbanas. Deste modo, o crescimento da cidade para além dos seus limites permite construir um espaço mais heterogéneo.

A cidade caracteriza-se como uma área com uma morfologia muito própria que se individualiza do espaço que a envolve e favorece os contactos entre o homem e o espaço. A cidade é um local de concentração de homens, de necessidades e de possibilidades de toda a espécie com uma capacidade de organização e transmissão de serviços. Através das actividades de produção, de gestão, de distribuição, de actividades culturais e infra-estruturas, as cidades oferecem tudo aquilo que a maior parte da população precisa. Perante este panorama, as cidades (aglomerações urbanas) crescem e (em muitos casos a um ritmo frenético) em função da oferta e da procura e, deste modo, desempenharam e desempenham, desde sempre, um papel fundamental na ocupação e organização do território, sendo consideradas como áreas centrais. Dito isto, as cidades são consideradas como um motor da civilização, impulsionadora do desenvolvimento, modernização, transformação e inovação (social, económica e cultural) que se desenvolve e propaga para um espaço vizinho e/ou um espaço mais amplo.

Os diversos espaços que mantêm relações e que se encontram sob influência da cidade “levam-nos” ao conceito de espaço urbano, que é utilizado pelos geógrafos como um termo que classifica todos os fenómenos relacionados com a cidade.

No interior do espaço urbano é difícil encontrar uma homogeneidade perfeita, isto porque existe uma área central mais densamente ocupada em oposição a uma periferia menos povoada. No caso dos países Europeus, Norte de África e algumas áreas da Ásia (cidades fortificadas), a área central é considerada o núcleo inicial que sugere uma concentração, “(...) uma construção mais densa, ruas frequentemente estreitas e tortuosas (...). Regra geral, no entanto, a parte central, mais precocemente ocupada, se não tiver sido renovada, distingue-se pela continuidade da construção, pelo tipo de edifícios, mais regulares em altura, pela ocupação de tudo quanto é utilizável” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, pp. 116-118). Este facto levou a que no passado não se projectasse o crescimento que poderia ocorrer no tecido urbano, tendo contribuído para os actuais problemas respeitantes ao modelo de urbanização contrário ao desejável, ou seja, denota-se que o processo de crescimento e desenvolvimento das cidades teve um carácter desordenado, desorganizado e disfuncional, traduzindo-se por uma morfologia inaceitável e irracional. Além dos problemas no ambiente físico, “com a industrialização e a urbanização massificadas, as cidades passaram também a concentrar os mais graves problemas civilizacionais: desemprego, exclusão social, solidão, poluição, insegurança e degradação do património. Mas não existe alternativa para a cidade. Mudam, ao longo da história, as condições tecnológicas, produtivas e sociais e,

com elas, alteram-se os padrões territoriais, as estruturas funcionais e os valores urbanos. Mas as cidades continuarão a polarizar a inovação, a criatividade, a cultura, o progresso social e a democracia” (FERREIRA, 2007, p. 29). No entanto “(...) para que a cidade europeia comece a ser entendida como um projecto para um novo estilo de vida, pressupõe atenuar ou resolver problemas como o ruído, melhorar a qualidade do ar, conciliar a salvaguarda e valorização do património edificado com as operações de renovação e reabilitação urbana, proteger e ampliar os espaços verdes, requalificar e revitalizar espaços abandonados e degradados, como antigas instalações industriais, troços ferroviários desactivados, sectores urbanos devolutos e insalubres, entre outros. Portanto, é necessário considerar uma visão integral do desenvolvimento urbano” (CARVALHO, 2008, pp. 328-329).

O actual desenvolvimento e crescimento do espaço construído contribuíram para que o território assumisse novas polaridades e novas geografias, proporcionando um crescente desequilíbrio entre o existente e o desejável. Dadas as grandes disparidades de dimensão física, ambiental, económica e social no território, a sociedade começou a consciencializar-se e a reconhecer a necessidade de solucionar desequilíbrios existentes.

As preocupações emergentes na sociedade iniciaram um período de elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento, denominadas de política de cidades, com incidência territorial privilegiando actores públicos e privados a fim de erradicar situações de impacte provocadas pelas actividades humanas e obter um desenvolvimento sustentável<sup>2</sup> e a uma reorganização coesa. Esta crescente necessidade de intervir no território contribuiu para que “(...) se modernizem os modos de intervenção do Estado, pelo reforço da coordenação das diversas intervenções provenientes de ministérios diferentes, e que se promova a adaptação destas intervenções às especificidades dos contextos locais. Pretende-se, de facto, alcançar sinergias e efeitos induzidos, e que as políticas públicas se adaptem aos territórios e não o inverso. O que está agora em causa é a passagem da igualdade à equidade territorial” (ROSMANINHO, 2002, p. 25).

Epistemologicamente o conceito de política<sup>3</sup> reside numa “ciência ou arte de

---

<sup>2</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável ficou definido no Relatório Brundtland elaborado pela Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1987. A definição adoptada para Desenvolvimento Sustentável consiste no “(...) desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

<sup>3</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (2004), da Porto Editora, p. 1316.



governar; uma orientação administrativa de um governo; princípios directores da acção de um governo; conjunto dos princípios e dos objectivos que servem de guia e tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de actividades em determinado domínio”, enquanto a cidade<sup>4</sup> é considerada como um “meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços (administrativos, comerciais, profissionais, educacionais e culturais) em que o tipo de vida e hábitos socioculturais são diferentes aos da população que vive no campo”.

As cidades têm que se ajustar aos instrumentos e às soluções projectadas na política de cidades, a fim de proporcionar novas condições relacionadas com a melhoria na qualidade de vida da população urbana, bem como daqueles que aí se deslocam diariamente para trabalhar ou simplesmente visitar. “Os comportamentos das cidades perante os programas de intervenção, a análise de alguns dos seus processos internos e a capacidade de organização dos actores locais revelaram-se de extrema importância para delinear ou alcançar a estratégia de desenvolvimento adoptada ou a adoptar pela cidade. Parte-se do princípio que os programas de intervenção possam ser um pretexto para a reorganização dos actores locais e que os projectos de transformação possam representar para a cidade, elementos de política urbana que constituem indicações estratégicas para o desenvolvimento local” (ROSMANINHO, 2002, p. 39).

As cidades, ao usufruírem de programas de intervenção urbana, podem promover a inclusão e coerência social, ajudar a realçar a necessidade de melhorar a qualidade ambiental adoptando estratégias eficazes de gestão de recursos, inculcar o sentido de identidade<sup>5</sup>, consciencializar a população para a preservação do potencial da cidade (elementos simbólicos que estabelecem uma ligação com o passado e o sentido de memória) e ainda aumentar a competitividade empresarial e comunitária. Tal como CLAVAL (2002, citado por FERNANDES e CARVALHO, 2003, p. 196) explica “los lugares están indisolublemente ligados a los sentimientos de identidad, puesto que algunos sirven como puntos de reunión para los que se sienten próximos. Conservar, en su paisaje, signos que han aprendido a valorar. Los lugares de identidad, cuando son adyacentes, forman conjuntos coalescentes y constiuyen territorios”.

---

<sup>4</sup> Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (2004), da Porto Editora, pp. 356-357.

<sup>5</sup> Entende-se como identidade “(...) a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, p. 6).

“(…) Para que a cidade europeia comece a ser entendida como um projecto para um novo estilo de vida, pressupõe atenuar ou resolver problemas como o ruído, melhorar a qualidade do ar, conciliar a salvaguarda e valorização do património edificado com as operações de renovação e reabilitação urbana, proteger e ampliar os espaços verdes, requalificar e revitalizar espaços abandonados e degradados, como antigas instalações industriais, troços ferroviários desactivados, sectores urbanos devolutos e insalubres, entre outros. Portanto, é necessário considerar uma visão integral do desenvolvimento urbano” (CARVALHO, 2008, pp. 328-329).

A política de cidades contribui para que as cidades criem modelos de auto-sustentação face aos problemas existentes, como o superpovoamento ou a exclusão social de grupos minoritários, défices ambientais e problemas relacionados com a degradação de habitações e do património. A política de cidades promove programas de intervenção urbana que permitem ajudar as cidades e que estas também se ajudem a si próprias, juntamente com os actores locais no desenvolvimento, na inovação e no crescimento económico.

A política de cidades é vista como um vector decisivo, estratégico e fundamental para promover um novo paradigma de mudança baseado na competitividade territorial, económica e social. Ou seja, pretende inverter as formas de agir e de pensar no território.

## **2.2. Documentos orientadores e normativos sobre a política de cidades**

A política de cidades resulta das constantes preocupações verificadas após a análise das espacialidades e funcionalidades no espaço urbano. Neste sentido, ao longo dos séculos XX e XXI foram elaborados diversos documentos referentes à organização do território e aos problemas decorrentes da falta de planeamento.

Serão apresentados alguns dos documentos que deram sentido e ajudaram a reforçar a ideia de que a cidade deve ser planeada de forma funcional e onde a qualidade de vida e as necessidades do Homem devem ser clarificadas a fim de assegurar a satisfação das mesmas.

A Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, também conhecida como Carta de Atenas (*La Charte d’Athènes*) foi publicada por Le Corbusier, e é considerada o primeiro documento normativo relacionado com as cidades. A adopção e difusão desta carta

resulta do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM<sup>6</sup>) realizado em 1933, na cidade de Atenas, na Grécia. Neste documento é reconhecido que o planeamento e o urbanismo devem respeitar a disposição das construções, a fisionomia e as características dos edifícios antigos das cidades, sem que haja prejuízo dos mesmos. Após uma análise à realidade da cidade como sendo uma parte integrante de uma região, tenta-se procurar soluções para os seus problemas atendendo às quatro funções consideradas como as responsáveis pela estrutura urbana: a habitação, o lazer, o trabalho e a circulação. Além da preconização das quatro funções urbanísticas básicas para a organização de uma cidade, o património histórico das cidades é enunciado como um valor que deve ser mantido e respeitado, tendo em conta a “(...) necessidade da salvaguarda dos edifícios com valor arquitectónico, isolados ou inseridos em conjuntos urbanos. Nesta mesma Carta, registaram-se as medidas a tomar quanto à construção nas zonas envolventes aos monumentos históricos, bem como, estilos e estética(s) para preservar a concepção artística”<sup>7</sup> e ainda apela à criação de mais espaços verdes. A Carta de Atenas apresenta-se como um documento orientador que pretende atingir a imagem de perfeição na cidade. Esta carta foi objecto de uma revisão em 1998, dando origem a um novo documento designado por Nova Carta de Atenas.

Durante este período, foi elaborada a Carta de Machu Picchu, em 1977 que propunha uma revisão aos princípios estabelecidos na Carta de Atenas, tendo inovado ao afirmar que a conservação e o restauro dos monumentos históricos e arquitectónicos integram o processo vivo do desenvolvimento urbano. Além disso, o referido documento considerou que a poluição ambiental é uma consequência directa, proveniente da urbanização não planeada e do uso massivo e desenfreado dos recursos, quer-se com isto dizer, que as actividades do Homem sobre o espaço têm impactes no usufruto do espaço urbano no dia-a-dia. É declarado que a falta de qualidade ambiental é incompatível com o desejável, com a saúde e o bem-estar da população.

No sentido em que as cidades começam a entrar nas preocupações da sociedade, elaboraram-se cada vez mais documentos como é o exemplo da Carta de Washington (Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas), adoptada e aprovada em 1987 pelo

---

<sup>6</sup> A fundação do CIAM data de 1928, quando um grupo de vinte e oito arquitectos, dos quais Le Corbusier, se reuniu na Suíça com a finalidade de reflectir sobre o problema e o papel da arquitectura contemporânea e introduzir um sentido real, social e económico à ideia da arquitectura moderna de forma a promover o progresso social.

<sup>7</sup> Url: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-urbanismo-moderno-atenas-1933>, último acesso a 20 de Julho de 2011.

ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios). “Esta Carta estabelece os princípios, objectivos e métodos necessários para a salvaguarda das cidades e das áreas urbanas históricas, tendo como objectivo complementar a Carta de Veneza, de 1964, que se centrava essencialmente em edifícios individuais. (...) Um dos aspectos inovadores deste documento é a inclusão das funções urbanas como um dos elementos patrimoniais a proteger nos tecidos urbanos, para além das suas características físicas. Reconhece-se também que a conservação das cidades históricas e áreas urbanas diz respeito, em primeiro lugar, aos seus residentes, pelo que a sua participação é um elemento essencial. Os planos de salvaguarda são considerados como um dos principais instrumentos para a protecção das áreas históricas” (PINHO, 2009, pp. 148-149). As grandes e as pequenas cidades, centros e bairros históricos são encarados como um documento vivo que representa a história e os valores de uma sociedade ao longo do tempo. Foi ainda declarado que deve haver uma conservação das “cidades históricas” que se encontram “(...) ameaçadas pela degradação, desestruturação ou destruição, consequência de um tipo de urbanismo nascido na industrialização e que atinge hoje universalmente todas as sociedades” (CARTA DE WASHINGTON, 1987, p. 222).

Aliada à preocupação pela conservação das cidades, a primeira iniciativa europeia com vista à melhoria da qualidade ambiental surge no Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (CCE, 1990), onde são salientados os problemas ambientais que afectam as cidades e que devem ser suprimidos. “Os problemas ambientais urbanos (como a poluição: ar, água, ruído, solo e resíduos, o espaço construído e os espaços verdes, entre os mais relevantes) e a sua complexidade constituem então vectores essenciais de um campo de forças, onde o económico, o político e o social desequilibram, a cada instante, esse espaço real e concreto, traçando mudanças mais ou menos profundas que se reflectem na vida e na cultura das cidades” (CARVALHO, 2008, p. 328). No que respeita ao planeamento urbano, este documento “(...) incide sobre a necessidade de uma revisão dos princípios da prática de planeamento da cidade e aponta para a contenção da expansão urbanística” (QUEIRÓS e VALE, 2005, p. 2). Contudo é ainda referido que se devem “substituir zonamentos restritos por zonas de usos mistos, favorecendo a habitação no centro da cidade; defender o património arquitectónico, evitando a uniformidade das paisagens urbanas; e evitar estender as periferias, resolvendo os problemas da cidade dentro da sua área” (VALE, 2004, p. 6).

Na sequência da publicação do Livro Verde sobre o Ambiente Urbano é criado o Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano pela Comissão Europeia, em 1991. Nesta

perspectiva das preocupações ambientalistas, o Grupo de Peritos trabalhou com o objectivo de evoluir com a política do ambiente nos países da Comunidade Europeia. Mantendo a preocupação ambientalista, em 1993 o Grupo de Peritos, “(...) lançou o projecto «Cidades sustentáveis» que incide sobre o desenvolvimento urbano sustentável e a integração dos objectivos nas estratégias de planeamento e gestão. O principal resultado do projecto, o relatório «Cidades europeias sustentáveis», trata da identificação dos princípios de desenvolvimento sustentável e dos mecanismos necessários para a sua realização, não apenas nas cidades, mas em todos os níveis da hierarquia urbana” (COMISSÃO EUROPEIA, 1996, p. 8).

Compreendendo os problemas ambientais que ocorrem nos espaços urbanos, e com os quais a população europeia se confronta, é realizada a Primeira<sup>8</sup> Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis, em Aalborg na Dinamarca, em 1994, tendo sido aprovado o documento estratégico base, que dá pelo nome de Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade ou, simplesmente, Carta de Aalborg e é lançada “A Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis”. A Carta de Aalborg representa um compromisso político baseado na aplicação de políticas de sustentabilidade, a aplicar nas áreas urbanas e em todas as políticas de cidade. Os países signatários da carta comprometeram-se a cumprir os objectivos do desenvolvimento sustentável (quadro I, em anexo) e o princípio de que a “a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental” (CARTA DE AALBORG, 1994, p. 2).

Dados os desafios e as oportunidades com que as cidades europeias se foram deparando, em 2000, na Terceira Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, foi elaborada a Carta ou Declaração de Hanôver<sup>9</sup>. A Declaração de Hanôver apelou ao reforço e à envolvimento do governo, das autoridades locais e dos cidadãos incluindo organizações não governamentais (ONG's) na promoção de boas práticas de desenvolvimento sustentável face aos desafios que as cidades enfrentam a fim de garantir o bem-estar, a coesão social e económica da população presente e futura. Os vários países devem ser visionários a fim de intervirem e erradicarem os desafios e

---

<sup>8</sup> A Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis realizou-se pela segunda vez em 1996, na cidade de Lisboa, pela terceira vez em 2000 na cidade de Hanôver e pela quarta vez em 2004, em Aalborg. A quinta conferência realizou-se em Sevilha, em 2007 e a sexta conferência em Dunkerque no ano de 2010.

<sup>9</sup> Disponível em [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&Itemid=33](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=33), último acesso a 23 de Julho de 2011.

barreiras que dificultam a sustentabilidade, através de uma gestão urbana que “(...) luta contra a exclusão social, o desemprego e a pobreza; promove o planeamento e gestão integrada do tecido urbano; impulsiona o desenvolvimento compacto da cidade e a regeneração das áreas urbanas degradadas; reduz o ritmo de consumo de solo e de outros recursos naturais para aumentar a eficiência ecológica das nossas cidades” (DECLARAÇÃO DE HANÔVER, 2000, p. 3). Os países europeus comprometeram-se, ainda, a aproveitar as oportunidades emergentes ligadas ao uso das novas tecnologias para os auxiliar nos processos de desenvolvimento urbano sustentável.

A quarta Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis realizou-se na cidade dinamarquesa de Aalborg em 2004, celebrando os dez anos da carta, tendo ficado conhecida como “Aalborg+10”. Nesta conferência foi aprovado o documento “Compromissos de Aalborg” (quadro 1), que aprovou dez compromissos com vista à implementação de estratégias políticas europeias para a sustentabilidade local. Para tal, os países contratantes comprometeram-se a reforçar e consolidar o envolvimento das autoridades locais, das cidades, das regiões e dos municípios, de modo a alterar e a influenciar os comportamentos dos indivíduos, bem como a estabelecer prioridades nas intervenções.

#### Quadro 1 – Compromissos de Aalborg

Compromissos de Aalborg
1. Governância;
2. Gestão Local para a Sustentabilidade;
3. Bens Comuns Naturais;
4. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida;
5. Planeamento e Desenho Urbano;
6. Melhor Mobilidade, Menos Tráfego;
7. Acção Local para a Saúde;
8. Economia Local Dinâmica e Sustentável;
9. Equidade e Justiça Social;
10. Do Local para o Global.

Fonte: AALBORG+10 (Compromissos de Aalborg), 2004, pp. 3-5.

Durante o tempo em que decorreram as Conferências Europeias das Cidades Sustentáveis, surgiu o Relatório Cidades Europeias Sustentáveis, em 1996, em resultado

dos trabalhos elaborados pelo Grupo de Peritos sobre “a integração; a mobilidade e o acesso; o planeamento e espaços públicos; a divulgação; sistemas sociais sustentáveis; o lazer, o turismo e a qualidade do ambiente urbano; a gestão técnica das cidades; a gestão urbana holística e a regeneração urbana” (COMISSÃO EUROPEIA, 1996, pp. 5-9). No último capítulo do referido relatório (capítulo 7) é feita uma reflexão em torno do papel do ordenamento do território, considerando que o Grupo de Peritos devia “estudar o modo como as futuras estratégias de planeamento urbano e utilização dos solos poderão integrar objectivos ambientais” (COMISSÃO EUROPEIA, 1996, p. 204).

Sabendo que o planeamento é essencial na execução de políticas urbanas, com o relatório das cidades europeias sustentáveis tentou-se consolidar e encorajar à integração de preocupações e objectivos ambientais na fase precedente do planeamento e a uma equidade quanto à participação pública no planeamento, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável (quadro 2). Segundo SHORTEN (1993, citado por AMADO, 2009, p. 42), “os princípios do desenvolvimento sustentável devem ser apoiados num processo de integração holística de análises e acções tendo como visão a integração do ambiente com base nos seguintes aspectos”:

#### Quadro 2 – Princípios do desenvolvimento sustentável

##### Princípios do desenvolvimento sustentável

- **Futuro** (consequências a longo termo para as gerações futuras);
- **Ambiente** (totalidade dos custos ambientais);
- **Igualdade** (distribuição das consequências das acções pela presente e futuras gerações);
- **Participação** (máximo envolvimento da participação individual e dos diferentes interesses no processo de tomada de decisão e implementação).

Fonte: AMADO, 2009, p. 42.

No que concerne à Nova Carta de Atenas, que foi adoptada em 1998 pelo Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), foi consentido que esta deveria sofrer um processo de revisão e/ou actualização de quatro em quatro anos. A primeira revisão foi realizada em 2003<sup>10</sup> e foi feita uma análise à cidade contemporânea passando esta a

<sup>10</sup> Realizada em Lisboa, a Nova Carta de Atenas é designada de “A Nova Carta de Atenas 2003. A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI”. Disponível em [http://www.ceu-ectp.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=85&Itemid=118](http://www.ceu-ectp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=118), último acesso a 19 de Julho de 2011.

apresenta-se como “A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do século XXI”. Este documento “(...) defende um modelo de “cidade coerente”, integrando um conjunto de mecanismos de interligação a diferentes escalas; incluindo quer elementos de coerência visual e material das construções, como os mecanismos de coerência entre as diversas funções urbanas, as redes de infra-estruturas e a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação. Nesta visão, os elementos de coerência económica, social e ambiental deverão ter uma forte influência e grande impacto sobre o urbanismo e o desenvolvimento e ordenamento do território” (QUEIRÓS e VALE, 2005, p. 3). Esta Nova Carta de Atenas coloca as populações no centro das preocupações, ou seja, centra-se nos habitantes e naqueles que usufruem da cidade como um todo, tendo em conta as suas necessidades. Esta nova visão propõe ainda o envolvimento activo das populações nos processos de tomada de decisão. A carta em questão debruça-se sobre o futuro das cidades, enunciando que este (futuro) deve estar assente no planeamento estratégico de modo a garantir uma “coerência social”, “coerência económica” e uma “coerência ambiental”. É também afirmado (parte A) que as cidades do século XXI deverão ter em consideração a conservação da riqueza cultural e diversidade que foi construída ao longo da história, de forma a estabelecer uma ligação entre o passado, o presente e o futuro; as cidades passarão a estar ligadas numa multitude de redes constituídas por conteúdos e funções; permanecerão criativamente competitivas, procurando simultaneamente a complementaridade e cooperação; irão contribuir decisivamente para o bem-estar dos seus habitantes e dos seus utilizadores, bem como integrar a mão-de-obra e os elementos naturais do ambiente (reforçando os imperativos associados ao desenvolvimento sustentável e às orientações do Livro Verde sobre o Ambiente Urbano e do Relatório das Cidades Europeias Sustentáveis).

No que diz respeito à parte B do presente documento, é feita ainda referência às principais questões, desafios e tendências que afectam as cidades no século XXI, bem como pretende assegurar que os urbanistas coordenem e obedeçam aos compromissos necessários a fim de construir uma cidade inovadora, produtiva e criativa, com a finalidade de assegurar a qualidade de vida da população na cidade. A Nova Carta de Atenas espera uma revisão<sup>11</sup> a fim de manter o documento actualizado de acordo com os pressupostos evidenciados na Nova Carta de Atenas de 1998.

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://aup.org.pt/index.php?q=node/235>, último acesso a 20 de Julho de 2011.



Mais recentemente, em 2007, foi adoptada na reunião informal dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial, a Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis<sup>12</sup>. De acordo com os “(...) desafios e das potencialidades com que se deparam as cidades europeias e da diversidade dos seus antecedentes históricos, económicos, sociais e ambientais (...)” (CARTA DE LEIPZIG, 2007, p. 1) elaboraram-se recomendações de modo a promover o progresso social, coesão territorial e o crescimento económico nas cidades (quadro 3).

### Quadro 3 – Recomendações para o desenvolvimento urbano

#### Recomendações para o desenvolvimento urbano

- Maior recurso a abordagens de política de desenvolvimento urbano integrado:
  - criação e preservação de espaços públicos de qualidade;
  - modernização das redes de infra-estruturas e melhoria da eficiência energética;
  - desenvolvimento de políticas activas em matéria de inovação e educação.
- Atenção particular aos bairros carenciados no contexto da cidade:
  - prosseguir estratégias para melhorar o ambiente físico;
  - reforçar a economia local e a política local de mercado de trabalho;
  - adoptar políticas activas em matéria de educação e de formação de crianças e jovens;
  - promover transportes urbanos eficientes e a preços razoáveis.

Fonte: CARTA DE LEIPZIG, 2007, pp. 2-7.

Nesta sequência torna-se exequível desenvolver ou, nalguns casos devolver o dinamismo e a competitividade às cidades (segundo GONÇALVES, 2005, p. 1, “apostar no “renascimento das cidades” [Renaissance der Städte]”).

“A Carta de Leipzig reconhece que as políticas de desenvolvimento urbano exigem estratégias holísticas e actuações coordenadas por parte de todas as pessoas e instituições envolvidas no processo de desenvolvimento urbano, cujo âmbito ultrapassa os limites de cada cidade. Reconhece igualmente que todos os âmbitos de governância têm responsabilidade sobre o futuro das cidades, o que torna necessária uma melhor coordenação das políticas sectoriais e ao desenvolvimento de um novo sentido de

<sup>12</sup> Adoptada em Maio de 2007, na cidade de Leipzig na Alemanha. Disponível para consulta em: [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5), último acesso a 23 de Julho de 2011.

responsabilidade(...)»<sup>13</sup>».

Segundo a resolução do Parlamento Europeu sobre a dimensão urbana da política de coesão, a concretização dos objectivos previstos na Carta de Leipzig consiste em “(...) assegurar uma abordagem integrada da aplicação da política de desenvolvimento urbano, a fim de criar espaços urbanos de alta qualidade, modernizar as redes de transporte, energia, serviços públicos e de informação, e encorajar a aprendizagem ao longo da vida, a educação e a inovação (...)»<sup>14</sup>.

### **2.3. Da política de cidades às intervenções**

A partir do século XVIII, em virtude do crescimento desorganizado e dos problemas sociais e económicos causados pela Revolução Industrial e pela 2ª Guerra Mundial, no século XX, sentiu-se necessidade de reestruturar os centros urbanos a fim de os tornar novamente pólos atractivos e funcionais.

A Revolução Industrial provocou uma intensa expansão urbana dada a existência de pólos industriais nas cidades. A industrialização conduziu ao incremento da urbanização, as cidades desenvolvem-se extra-muros consumindo progressivamente os espaços verdes ou seja, a cidade deixa de se caracterizar como um território delimitado e em contacto com a natureza.

O crescimento sem sensibilidade da cidade contribui para um novo traçado da malha envolvente à área urbana e leva ao surgimento de novos bairros na periferia, mas continuamente próximos dos locais de trabalho (centros fabris). Os centros urbanos registam, neste período, elevada pressão na ocupação do território e há um aumento da densidade populacional, levando conseqüentemente a um rompimento com o idealizado pela população.

Esta passa a viver num ambiente oprimido, acompanhado por uma diminuição da coesão social, degradação do ambiente, do património e das condições de habitabilidade (figura 1).

---

<sup>13</sup> Url: <http://www.dgotdu.pt/ue/bt2.htm>, último acesso a 19 de Julho de 2011.

<sup>14</sup> Ver <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:117E:0073:0078:PT:PDF>, último acesso a 19 de Julho de 2011.



Fonte: RAPOSO, 2007, p. 11.

Figura 1 – A Cidade Industrial

A 2ª Guerra Mundial também teve impacto na maioria das cidades europeias (figura 2) bem como nas áreas envolventes (figura 3). As cidades sofreram uma forte destruição, denotando-se condições precárias na habitação, agravadas pela ausência de condições de higiene. A necessidade de reconstruir novamente as grandes cidades e realojar os milhares de pessoas que tinham perdido as suas habitações, levou a que se instituísse um período de renovação dos espaços urbanos.



Fonte: JUDT, 2007, p. 1.

Figura 2 – Destruição em Varsóvia



Fonte: GILBERT, 2009, p. 787.

Figura 3 – Vila italiana de Cassino, a 18 de Maio de 1944

Os impactes provocados pela industrialização e pela guerra no território levaram ao aumento do descontentamento social e incomodidade perante o urbanismo vigente na época. A irracionalidade na estrutura urbana levou a que, gradualmente, e até à década de 90 do século XX, os países adoptassem políticas de intervenção urbana com vista ao progresso, à melhoria e renovação das condições nas áreas urbanas degradadas e na crescente defesa e protecção do ambiente.

Deste modo, “o território é o espaço socialmente produzido pelos grupos humanos nas suas práticas associadas à produção e à reprodução social. Apesar de ser um produto, o território comporta-se simultaneamente como condicionante das práticas sociais subsequentes, as quais se configuram também na sua relação com esse mesmo espaço que as suporta” (SALGUEIRO, 2006, p. 306). Perante esta realidade, tornou-se fundamental a aplicação de uma política que regulamentasse as intervenções no território com vista à atenuação de problemas que são comuns nos vários territórios (problemas ambientais, físicos e funcionais). Como SANTOS (2003, p. 110) menciona “na realidade, a relação homem-espaço desenvolve cadeias de relação que devido a diversos factores, (...) promove desenvolvimentos desiguais (...)”.

Porém não só a falta ou a deficiência na aplicação de uma política de cidades é vista como entrave à concertação e ao desenvolvimento equitativo de interesses e soluções para um território. Segundo FERREIRA (2007, p. 103) também coexistem

“(…) debilidades técnicas e financeiras (...). Mas há, principalmente, um défice de cultura e de hábitos urbanos. E esse é, (...) o principal problema com que nos deparamos para melhor urbanizar e (re)qualificar o território. Há falta de urbanidade e de cidadania. E há, conseqüentemente, uma grande falta de sensibilidade e de determinação dos nossos responsáveis políticos, tal como da parte dos cidadãos e dos agentes económicos”. Dito isto, houve necessidade de reestruturar a organização física e funcional das cidades, de modo a obter boas condições ambientais e de habitabilidade, segurança e conforto. Sublinhe-se neste contexto a importância que o planeamento tem vindo a assumir na política de cidades contribuindo para um novo paradigma na gestão e organização do território.

Em resposta a este novo paradigma, pretende-se envolver entidades públicas, privadas e a população de forma activa para uma organização espacial baseada no aproveitamento racional, ordenado e sustentável. Isto, a fim de potencializar as oportunidades (pontos fortes) e minimizar as ameaças (pontos fracos) que põem em causa a saúde ambiental e estrutura funcional da cidade.

Os agentes activos no território têm de reconhecer que para poderem usufruir de uma boa qualidade de vida, tem de haver uma correcta simbiose entre o sujeito, o território e o meio ambiente. O Homem, como agente activo, tem de pensar e planear como vai agir no território, pois é necessário articular o passado com as actuais tendências, a fim de se eliminarem as desigualdades nos padrões sociais e espaciais, e para que haja uma correcta consciencialização para a protecção e valorização dos recursos que se encontram ancorados à natureza. Partindo desta perspectiva, devem ser “definidas duas áreas prioritárias de acção: políticas viradas para a estrutura física da cidade e políticas viradas para a redução de impactes das actividades urbanas sobre o ambiente” (MADUREIRA, 2005, p. 4). Além destas preocupações políticas, torna-se ainda fulcral salvaguardar os elementos simbólicos que passaram a ser designados por bens patrimoniais (móvel e/ou imóvel) vinculados a um território e que permitem a afirmação, divulgação e promoção de uma identidade. Tal como YAÑEZ (1994, citado por MENEZES, 2005, p. 118) menciona “as coisas inertes e invisíveis, os desejos e velharias para onde tinha sido remetido o passado, tornam-se objectos de significação, readquirem uma nova função, a simbólica”, assim assumindo “ novo estatuto, o de ser Património”. As “(...) qualidades que transformam os bens em património, identifica três grupos de valores que caracterizam uma determinada estrutura edificada e lhes conferem o estatuto de património: o valor económico, o valor artístico ou estético e o

valor cognitivo ou de memória” (CHOY, 1992, citado por CARVALHO, 2005, pp. 68-69).

Perante a tendência de revitalização e harmonização do território, através da recuperação, requalificação, conservação, protecção, manutenção, dinamização, promoção e divulgação dos recursos endógenos das áreas urbanas, o planeamento surge assim como um processo dinâmico (contínuo e flexível) que conjuga diferentes áreas disciplinares e diversos agentes locais (sector público e ou privado) em permanente ajustamento e que têm como linha orientadora, a funcionalidade, a atractividade e utilidade do território de acordo com as necessidades da população.

De uma forma geral, “a área do planeamento é, acima de tudo, um campo onde a interdisciplinaridade, o trabalho de equipa, a contribuição de diferentes saberes se conjuga para uma aproximação consensual à realidade” (DOMINGUES, 2006, p. 13). Neste sentido, o planeamento abarca um conjunto de estratégias que visam o desenvolvimento do território, levando a cabo acções de protecção, salvaguarda de elementos identitários de um território (exemplo do património cultural) e a resolução dos problemas de desorganização espacial e ambiental. Cabe ao planeamento analisar as dinâmicas espaciais de um território a fim de fomentar o seu progresso. Findo o diagnóstico ao espaço urbano, torna-se exequível a planificação e intervenção de forma equilibrada, conjugando os bens patrimoniais existentes, com o “(...) aproveitamento adequado e racional dos espaços, potenciando a mistura de usos compatíveis e de funções, tornando os espaços mais atractivos e harmoniosos” (formalização) (MAOTDR, 2007, p. 6).

No entanto, o conceito de planeamento tem evoluído ao longo dos anos consoante as preocupações e necessidades sentidas pela população. Segundo CARVALHO (2009, p. 1436) o planeamento é “(...) reconhecido como ferramenta estruturante do desenvolvimento sustentável e eixo vertebrador dos instrumentos de gestão territorial, assumiu novas dimensões e preocupações, através da integração de componentes activas (como a avaliação e a monitorização) e mudanças de atitude no sentido de constituir cada vez mais uma plataforma de convergência de interesses, mediante processos de cooperação, parceria e participação esclarecida de todos os actores e interessados”.

Tal como é citado por AMADO (2009, p. 28), FIDÉLIS (2001) refere que “o processo de planeamento constitui um processo racional de tomada de decisão onde se conjugam objectivos, se desenham propostas de execução, se conjugam meios operativos, se implementam acções e se revêem resultados face aos objectivos iniciais”.

Todas as etapas do processo de planeamento devem estar interligadas e devem executar-se de forma contínua e flexível face às mudanças constantes e aos interesses comuns da população. Assim sendo, é exequível atingir um futuro desejável, potencializando os recursos endógenos e promovendo um conjunto de escolhas e oportunidades que visam uma (re)organização e consensualização de um território e de uma identidade.

Para MACIOCCO (2009, pp. 17-18) “(...) territorial planning has to face today: to stimulate the capacity on the part of communities to recognize themselves as a unit with respect to “notable places” with which their identity is bound and which therefore define the borders of their natural, social and cultural environment sphere, and to shift these borders, projecting themselves into supra-local scenarios, to build new urban solidarities and new, vaster and more complex forms of identity<sup>15</sup>”.

Ainda no que concerne ao conceito e ao plano de acção do planeamento, residem duas realidades díspares. Quando falamos em planeamento podemos direccionar o nosso estudo para o planeamento territorial convencional/tradicional ou para o planeamento estratégico, este último mais em voga nas sociedades contemporâneas. No caso do planeamento convencional, trata-se de um plano sectorial, orientado pela oferta, com carácter tecnocrático e rígido que “(...) não consegue dar resposta aos novos problemas do processo de urbanização que vivemos, é necessária uma abordagem que proponha uma nova relação entre as dimensões estratégica e operativa dos planos e projectos de intervenção” (URBANISMO, 2004, p. 43). Neste sentido, o planeamento “(...) teve de evoluir de uma perspectiva mais orientada para o desenho, para uma outra onde os aspectos de gestão e de formulação de estratégias de intervenção assumem um papel tão ou mais importante que o formalismo dos planos enquanto peças desenhadas e regulamentares. Antes do desenho há assim, cada vez mais, que encontrar os parceiros e os meios (dos técnicos aos financeiros) para concretizar um determinado projecto ou levar à prática uma dada estratégia ou política” (SILVA, 2003, p. 36).

É ainda essencial analisar as diversas configurações territoriais, a fim de impulsionar um processo justo, global, contínuo, integrado, prospectivo, participativo, flexível e orientado pela procura (planeamento estratégico) (quadro 4).

---

<sup>15</sup> “(...) o planeamento territorial passa nos dias de hoje por: estimular a capacidade por parte das sociedades para se reconhecerem como uma unidade com valor de “lugares notáveis” com a sua identidade vinculada e que, possa definir as suas fronteiras em contexto natural, social e ambiente cultural, e mudar essas fronteiras, projectando-se em cenários supra-local, de forma a construir novos paradigmas urbanos e novas, vastas e mais formas complexas de identidade”.

Quadro 4 – O planeamento urbano tradicional e o planeamento estratégico

Planeamento Convencional	• Planeamento Estratégico
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sectorial</li> <li>• Físico</li> <li>• Normativo/Regulador</li> <li>• Extrapolação de Tendências</li> <li>• Tecnocrático</li> <li>• Orientado pela Oferta</li> <li>• Rígido</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Global e Integrado</li> <li>• Diversas vertentes</li> <li>• Processual/Operacional</li> <li>• Prospectivo</li> <li>• Participativo</li> <li>• Orientado pela procura</li> <li>• Flexível</li> </ul>

Fonte: FERREIRA, 2007, p. 124.

O planeamento estratégico teve origem na década de 80 do século XX, nos Estados Unidos da América e as experiências pioneiras neste ramo deram-se em São Francisco (1981) e sucederam-se em Saint Louis e Pasadena (1984), Miami (1985), Birmingham (1986), Roterdão/Amesterdão (1986/1987), Filadélfia (1987), Detroit (1987), Barcelona (1988/1990), Madrid (1990) e em Lisboa (1990/1992).

Segundo FERREIRA, (2007, pp. 124-127), o planeamento estratégico “visa definir e realizar um projecto de cidade, reforçar a competitividade e melhorar a qualidade de vida (...) é um projecto de futuro para uma cidade ou uma região e, sobretudo, um “contrato” de gestão entre actores políticos, económicos e sociais para o progresso desse território. (...) O planeamento estratégico não fornece receitas. Dá um quadro de referências de linhas de orientação que servem para apoiar as decisões e os processos de gestão”. Ou seja, o planeamento estratégico “(...) auxilia um território a identificar as suas vantagens em relação ao contexto exterior (...) e identifica as suas vantagens comparativas, não apenas de índole económica, como também as culturais, sociais, paisagísticas, entre outras” (FONSECA, 2006, p. 31).

“O planeamento estratégico define um grande objectivo, um desígnio, os caminhos e os meios para atingir, enquanto o planeamento urbanístico projecta (desenha) objectivos sobre o espaço (carta). Contudo, (...) o planeamento territorial e o planeamento estratégico não se excluem. Eles são complementares. O planeamento estratégico, sendo embora de natureza diferente, carece do planeamento urbanístico para a concretização das acções de natureza espacial, que são sempre predominantes na qualificação e no reforço da competitividade das cidades e dos territórios” (FERREIRA,



2007, pp. 124-125). “Portanto, o planeamento estratégico do território e as políticas urbanas são indispensáveis para garantir um desenvolvimento sustentável e a resolução das principais questões e desafios que afectam as cidades no início do século XXI” (CARVALHO, 2008, pp. 331-332).

No caso de Portugal, a industrialização contribuiu para a dinamização e desenvolvimento das cidades, na medida em que estas ofereciam uma maior panóplia de emprego e melhores condições de habitabilidade. Este facto contribuiu para o despovoamento das áreas rurais (êxodo rural verificado de forma massiva sobretudo na década de 30 do século XX). Face à tendência de migração para as áreas onde se encontravam grandes pólos industriais (áreas urbanas do litoral), houve necessidade de dotar as cidades com mais equipamentos, tendo por isso que se proceder à construção de infra-estruturas de apoio aos novos residentes. O planeamento começa a ganhar destaque e importância nas intervenções e preocupações territoriais com vista à organização dos aglomerados urbanos e à eliminação de problemas. Segundo AMADO (2009, p. 17) “a concentração de sectores de actividade industrial com o consumo intensivo de recursos naturais, a par do uso, também ele intensivo, de mão-de-obra levou a que rapidamente fosse necessária a criação de condições de acessibilidade às indústrias e de alojamento para os trabalhadores. Esse crescimento urbano e de concentração populacional não foi contudo acompanhado das necessárias condições habitacionais e sanitárias. Esta situação deu origem a que fosse necessário proceder ao planeamento da cidade, planeamento esse que ficou denominado por «Cidade Sanitária»”. Os problemas decorrentes do processo de industrialização e de urbanização, induziram a que o planeamento contribuísse para a elaboração e implementação de medidas, que “(...) a partir dos anos 30 do século XX, sobretudo com a promulgação da Lei de Reconstituição Económica de 1935, onde se consignava um programa de investimentos públicos a realizar no prazo de 15 anos e, em particular, a partir da década de 50, com o arranque do ciclo dos Planos de Fomento” tinham como objectivo a diminuição do atraso económico e social verificado em Portugal quando comparado com os restantes países da Europa (GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 168).

Os Planos de Fomento Nacional foram formalmente elaborados e implementados durante o Estado Novo e permitiram que Portugal “vivesse” uma nova experiência e uma nova visão do ordenamento e planeamento do território bem como na defesa de forma justa, integrada e equilibrada dos vários domínios que permitiam o desenvolvimento económico, social e cultural do país. O I Plano de Fomento decorreu

no período entre 1952-1958; o II Plano de Fomento foi aplicado entre 1959-1964; o Plano Intercalar de Fomento decorreu entre 1965-1967; o III Plano de Fomento surge e é implementado entre 1968-1973; o IV Plano de Fomento não foi aplicado uma vez que o seu período de concretização seria entre 1974 e 1979, coincidindo com a Revolução de 25 de Abril de 1974. Contudo, apesar da contínua intervenção do Estado após o movimento militar e a queda do Governo Salazarista, inicia-se um período de ensaios de Planeamento de Médio Prazo, onde não são esquecidas as ideias de desenvolvimento e planeamento, sendo implementado um conjunto de planos com vista à regulação do sistema. Neste sentido, numa primeira fase de preocupação, em Fevereiro de 1975 é elaborado o Programa de Políticas Económico-sociais e, numa segunda fase, começam a ser implementados Planos de Médio Prazo entre 1977-1980 (figura I, em anexo) e 1981-1984. Todavia, estes não surtiram os resultados desejados. Em 1986, Portugal adere à C.E.E. (Comunidade Económica Europeia, que em 1992, com o Tratado de Maastricht, passa a designar-se União Europeia) e fica obrigado a elaborar um Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) de modo a poder candidatar-se e a usufruir dos fundos estruturais europeus. Nesta sequência, foi aprovado o Programa de Desenvolvimento Regional (PRODR) em 1985 pelo X Governo Constitucional para ser implementado entre 1986-1990. Posteriormente, o XI Governo Constitucional sentiu necessidade de elaborar uma estratégia de modo a clarificar um programa de acção de desenvolvimento regional para o território nacional. Desta forma, surgiu o PRODESREDI (Programa de Desenvolvimento Económico e Social regionalmente Diferenciado, com aplicação no período de 1989-1992, que incluía três documentos fundamentais para alcançar os seus objectivos: “(...) Grandes Opções do Plano (GOP 89/92), Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e Programas Operacionais de âmbito sectorial e regional que corporizam o PDR” (GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 184). Com a aprovação em 1988 das GOP e das principais directrizes do PDR, é elaborado e formalizado o 1º PDR de 1989-1993 (Quadro Comunitário de Apoio I (QCA I) – figura II e III, em anexo); posteriormente é estruturado o 2º PDR 1994-1999 (QCA II – figura IV, em anexo), seguido pelo 3º PDR 2000-2006 (QCA III – figura V).

Apesar desta contínua preocupação em impulsionar o planeamento em Portugal, LOBO (1995, p. 106) refere que “(...) no período pós guerra e nos anos 50/70 o planeamento urbanístico estava associado a um período de expansão económica e aos fenómenos de grande concentração nas áreas metropolitanas (...)”; a partir “(...) dos anos 70 e 80 assiste-se a um período de contestação (...) e os objectivos orientam-se

muito para a valorização da imagem identitária da cidade, do seu património, numa nova concepção de espaço, desenvolvendo-se políticas de renovação e reabilitação urbana (...)” e nos anos 90, sentiu-se necessidade “(...) de se obter uma melhor qualidade urbanística, quer a nível da estrutura quer do desenho urbano” e começa a introduzir-se um novo paradigma com vista à sustentabilidade e valorização da qualidade ambiental, de modo a melhorar e aumentar a competitividade e a qualidade de vida da população nas cidades. Apesar da mudança de atitude ao longo do século XX, até ao final dos anos 90 a morfologia urbana portuguesa apresentava um forte desordenamento caracterizado por um crescimento intensivo e caótico dada a falta de coordenação e operacionalidade institucional.

A implementação de políticas de cidades em Portugal com preocupações ao nível do planeamento urbano começa a emergir entre a década de 80 e a década de 90, coincidindo com a implementação do Quadro Comunitário de Apoio I (QCA I)<sup>16</sup>. Esta disponibilidade de investimento público levou a que muitos municípios elaborassem os respectivos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)<sup>17</sup>, sem os quais não era viável a candidatura aos QCA. Além disso, para validar a candidatura os instrumentos dos PMOT teriam que estar aprovados. Verificou-se que muitos municípios possuíam Plano Director Municipal (PDM)<sup>18</sup>, mas desajustados com a realidade<sup>19</sup> existente, contribuindo para o agudizar dos desequilíbrios sociais, económicos e ambientais. A candidatura aos QCA permitiu à política urbana uma articulação entre as políticas territoriais e as políticas sectoriais com incidência urbana, nomeadamente ao nível das infra-estruturas, dos equipamentos (ensino, saúde, sobretudo) dos transportes e da habitação que contribuíram para uma nova organização e consolidação do espaço urbano. Esta tendência de reorganização e aproveitamento do território, nacional de forma a potencializar e a estabelecer novos recursos, foi visível

---

<sup>16</sup> Segundo QUEIRÓS e VALE (2005, p. 6), “(...) não foi contemplada qualquer intervenção desenhada especificamente para a requalificação das cidades no I QCA (1989-1993), situação que de alguma forma se altera com o II QCA (1994-1999), designadamente através da criação de um Programa Operacional para o Ambiente e Revitalização Urbana”.

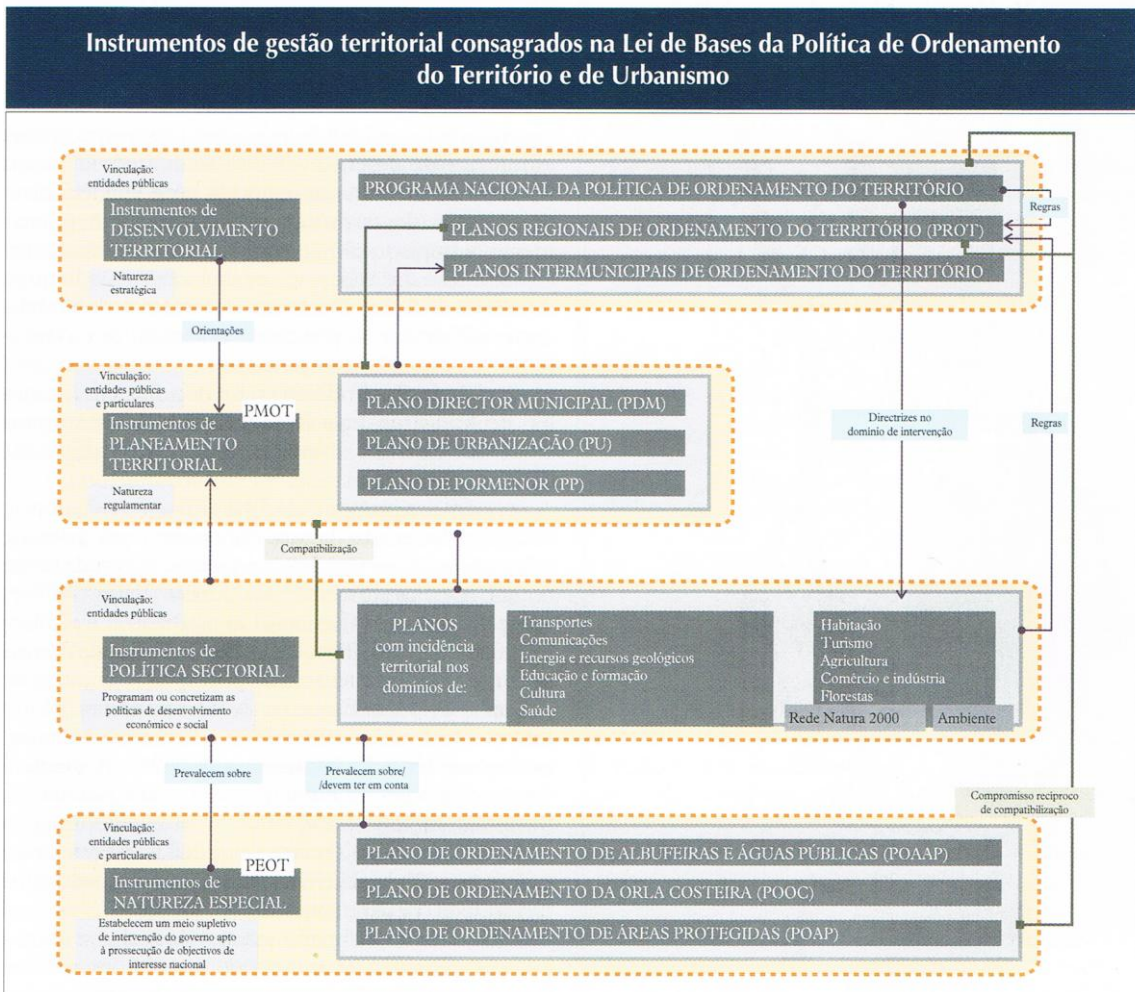
<sup>17</sup> Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março que regulamenta e aprova os “instrumentos” de planeamento, e que, segundo o artigo 2.º compreende: os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

<sup>18</sup> O Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio veio definir o quadro regulamentar dos Planos Directores Municipais, introduzidos pela Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro.

<sup>19</sup> Actualmente, este instrumento relativo a cada município encontra-se para a maioria dos casos em processo de revisão, esperando que após sua aprovação seja evidente uma preocupação na gestão sustentável dos recursos disponíveis (humanos e naturais).

com o projecto urbano EXPO'98<sup>20</sup>.

Actualmente, na perspectiva da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) de 1998, o planeamento consiste numa acção integradora e de transformação que tem como objectivo minimizar e corrigir os desequilíbrios territoriais em diversos níveis territoriais<sup>21</sup>, mediante uma acção combinada e coordenada de diferentes instrumentos de gestão territorial (figura 4).



Fonte: GASPARGASPAR e SIMÕES, 2006, p. 275.

Figura 4 - Instrumentos de gestão territorial em Portugal

<sup>20</sup> O projecto EXPO'98 é um exemplo de sucesso resultante da força articulada e coordenada de políticas urbanas por parte do Estado e financiadas pela União Europeia (QCA II). Os principais objectivos desta intervenção foram: promover a inovação e o aproveitamento racional do território tendo por base a valorização do meio ambiente. Esta política urbana permitiu a modernização e a polarização a uma área ribeirinha que se encontrava degradada e marginalizada, mediante um forte investimento na construção de infra-estruturas, inserção social, dinamização da actividade económica e gestão ambiental do espaço.

<sup>21</sup> Até à elaboração da LBOTU (Lei n.º48/98, de 11 de Agosto), Portugal não dispunha de quadro normativo integrado. Todavia, segundo o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, relativo ao sistema de gestão territorial, Portugal passa a dispor de uma “a política de ordenamento do território e de urbanismo assenta no sistema de gestão territorial, que se organiza, num quadro de interacção coordenada, em três âmbitos: o âmbito nacional, o âmbito regional e o âmbito municipal (...).

### **3. A requalificação urbana: processo interventivo para a valorização e competitividade nas cidades**

“Os espaços urbanos revelam, na sua natureza artificial, a marca que identifica um modo de vida, de habitar, de trabalhar, uma forma de recreação e de deslocação que deixa, no desenho da cidade e em cada época, o retalho da sua utopia!”  
(SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 21).

#### **3.1. Enquadramento da requalificação urbana**

Apesar de se querer aquilatar neste tópico o surgimento do termo, requalificação urbana, também merecerão destaque algumas considerações relacionadas com o papel desempenhado por este processo de intervenção urbana.

Dado o crescente consumo do espaço e dos recursos disponíveis, verificou-se um aumento da degradação do território, levando à adopção de processos que co-responsabilizem a população e contribuam para um retrocesso nesta tendência. A requalificação urbana é vista como um instrumento de intervenção que deve ser aplicado de modo a solucionar os problemas verificados no seio das cidades.

Actualmente, a requalificação urbana é considerada como um eixo prioritário nas intervenções urbanas, possibilitando uma operacionalização no tecido físico e social, ou seja, permite (re)criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade. A requalificação permite ainda uma revitalização das áreas mais antigas das cidades, que correspondem aos centros históricos, e que se encontram em risco de decadência, de abandono e de degradação. Todavia, a requalificação urbana não pode canalizar as suas intervenções só para o centro histórico, mas também para as áreas envolventes a esta e que se encontram sujeitas à acção interventiva do Homem. Neste sentido, o conceito de requalificação urbana tem evoluído constantemente em função dos actuais problemas verificados no espaço urbano.

Segundo a Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) a requalificação urbana consiste na “(...) operação de renovação<sup>22</sup>, reestruturação<sup>23</sup> ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria

---

<sup>22</sup> Segundo a DGOTDU (2008, p. 65), “por renovação urbana entende-se uma intervenção sobre o tecido urbano existente em que o património urbanístico e/ou imobiliário é substituído, no seu todo ou em parte substancial”.

<sup>23</sup> Entende-se por reestruturação urbana, a “(...) introdução de novos elementos estruturantes do aglomerado urbano ou de uma área urbana” (DGOTDU, 2008, p. 62).

do desempenho funcional do tecido urbano constituem objectivos primordiais da intervenção. (...) A valorização ambiental e a melhoria da qualidade do espaço urbano são normalmente abordadas num dupla perspectiva: de resolução de problemas ambientais e funcionais<sup>24</sup> (...) e a criação de factores que favoreçam a identidade, a habitabilidade, a atractividade e a competitividade das cidades ou áreas urbanas específicas” (DGOTDU, 2008, p. 67).

FERREIRA, LUCAS, e GATO (1999, citado por MOREIRA, 2007, p. 124) consideram que a “requalificação urbana é um processo social e político de intervenção no território que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos”.

Dada a crescente degradação das estruturas existentes no espaço urbano a requalificação urbana integra “(...) todo o processo que leva uma cidade, ou parte dela, a corresponder às expectativas de todos os estratos da população, incluindo os sócio-culturalmente mais habilitados, de forma que esta utilize o espaço urbano de forma durável e agradável” (MOREIRA, 2007, p. 124). Trata-se, deste modo, de um processo dinâmico, resultante de várias linhas de orientação delimitadas, a fim de melhorarem a desarticulação territorial existente e tornarem coerentes as funcionalidades e a qualidade de vida no espaço urbano.

A requalificação urbana passa a ser vista como um dos propósitos das políticas de intervenção urbana e, neste sentido, deve impor-se um conjunto de regras e imposições que defendam e assegurem a protecção e valorização das características de um território, tais como “(...) com aspectos físicos, do ambiente e de identidade histórico-cultural” (DOMINGUES, 2006, pp. 22-23).

Desta forma, “as políticas de regeneração, que exclusivamente incidindo na cidade consolidada e na valorização patrimonial, têm ocupado um papel central, alimentadas por situações cuja legitimação social e política é mais favorável junto da opinião pública: a revitalização dos centros históricos, reforçada pela tendência da patrimonialização, da identidade, e dos sectores económicos em expansão em áreas do turismo e da cultura (...)” (PORTAS, DOMINGUES e CABRAL, 2003, p. 81). Ou seja, a requalificação da cidade passa por (re)organizar a estrutura física do espaço urbano,

---

<sup>24</sup> “Por exemplo a ineficiência energética, a poluição sonora e de partículas, a poluição do meio hídrico ou constrangimentos à mobilidade e acessibilidade” (DGOTDU, 2008, p. 67).

quer em termos de morfologia, quer pela permanente defesa dos sistemas naturais que são essenciais para a divulgação de um padrão de vida coerente e sustentado. “As questões da estrutura física dizem respeito ao tecido urbano e às suas coerentes formas de expansão e coesão, ao reordenamento e reabilitação das áreas degradadas e ao melhoramento da qualidade de circulação, da oferta de locais de estacionamento e dos serviços de transportes. As questões do ambiente urbano, relacionam-se com os elevados níveis de infraestruturização básica, com o aumento da superfície verde e com a qualidade do tratamento e do desenho do espaço público, enquanto local de convivialidade, de encontro e de lazer. (...) A actual dinâmica de revitalização física, social e económica dos cascos antigos/centros históricos, perfila-se também como questão essencial na preservação da identidade e imagem de cada uma destas cidades, porquanto eleva as suas condições de vivência quotidiana, mantém e reutiliza um património e um espólio que marcam um percurso na história e criam fortes condições de atractibilidade turística que são essenciais ao desenvolvimento local” (DOMINGUES, 2006, pp. 23-24). “(...) A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade” (CARVALHO, 2008, p. 332).

A requalificação urbana é um processo interventivo que ocorre nas áreas urbanas, e que tem como intenção a manutenção dos elementos simbólicos (históricos e culturais) que remetem para uma sucessão cronológica de acontecimentos, a um contexto e a uma ideologia de um espaço geográfico, tornando-o mais atractivo mas não o descaracterizando. Tal como CARVALHO (2008, p. 332) refere “as estratégias para a requalificação urbana, em sintonia com as principais orientações e tendências evolutivas contemporâneas em matéria de desenvolvimento e planeamento urbano, revelam a primazia da reutilização de infra-estruturas e equipamentos existentes em detrimento da construção nova e a reutilização/reconversão de espaços urbanos (devolutos, abandonados ou degradados, em particular) com o objectivo de melhorar as suas condições de uso e fruição”.

No contexto de surgimento do termo requalificação em Portugal, para MOREIRA (2007, p. 117) “a utilização do termo requalificação urbana é muito recente em Portugal, aparecendo apenas no fim dos anos 80. Nos vocabulários urbanísticos publicados até

1998<sup>25</sup>, não aparece este termo, sendo usados os termos revitalização<sup>26</sup>, reabilitação<sup>27</sup> ou ainda recuperação para designar aparentemente o mesmo processo”.

### **3.2. O papel dos programas de requalificação urbana**

Apesar de na segunda metade da década de 80, terem surgido os primeiros programas de intervenção no espaço urbano, a área de intervenção da requalificação urbana só começou a ser aplicada efectivamente em Portugal a partir da segunda metade dos anos 90 do século XX, com o segundo plano de desenvolvimento regional (2º PRD: QCA II – 1994-1999). Segundo PAPUDO (2007, p. 91) o QCA II “inova ao distinguir um eixo com o título “Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social” (terceiro eixo de intervenção – ANEXO V). No terceiro eixo de intervenção são introduzidas pela primeira vez áreas de Intervenção Operacional no Ambiente, na Renovação Urbana e na Saúde. Denota-se um avanço conceptual na defesa e na procura de acções com vista à “(...) melhoria da qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas ou reabilitação de zonas degradadas”, que “(...) nem sempre foi plenamente concretizado no terreno, entre outras razões pela complexidade das tutelas e jurisdições que se exercem sobre os espaços urbanos, envolvendo os sectores do ambiente, ordenamento do território e as autarquias locais” (FERREIRA, 2006, p. 12).

A ausência de planeamento verificada nas áreas urbanas de Portugal levou a que, a partir da década de 80, inicialmente, no contexto do primeiro plano de desenvolvimento regional, se definissem e vigorassem programas de políticas de cidade com vista à requalificação urbana, tais como o PRU, PRAUD, RECRUA, PROSIURB, URBAN, REHABITA, RECRIPH, Expo`98, Polis e Polis XXI.

---

<sup>25</sup> “Num artigo sobre Lisboa o termo requalificação social e urbana é associado à qualidade urbana ligada a questões económico-ecológicas e sócio-culturais” (FERREIRA e CRAVEIRO, 1989, citado por MOREIRA, 2007, p. 117).

<sup>26</sup> Segundo a DGOTDU (2008, p. 63), a revitalização ou regeneração urbana, entende-se por “(...) uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objectivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica”.

<sup>27</sup> Como vem referido na proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial (DGOTDU, 2008, p. 60), a reabilitação urbana, consiste numa “(...) intervenção sobre o tecido urbano existente em que o património urbanístico e imobiliário é mantido e modernizado, através de obras de beneficiação das infra-estruturas urbanas e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação de edifícios”.



Em 1985, surge o Programa de Reabilitação Urbana (PRU) que tinha como finalidade apoiar financeiramente as autarquias, de modo a criarem processos de reabilitação urbana. Para o cumprimento deste objectivo foram criados Gabinetes Técnicos Locais (GTL), que segundo MADEIRA (2009, p. 5) tratavam-se de “(...) núcleos de planeamento e projecto urbano de carácter pluridisciplinar – que foram determinantes para conhecer de perto os problemas da cidade, porque muitos destes gabinetes funcionavam localmente havendo assim possibilidade de ouvir de perto as ideias e opiniões da população residente”. Todavia antes desta iniciativa política, já se tinham verificado algumas intervenções destinadas “(...) à concessão de empréstimos e subsídios para obras de reparação, conservação e beneficiação do património habitacional nacional público e privado, urbano e rural, incluindo as relativas à ligação às redes de abastecimento de água e electricidade e esgotos”<sup>28</sup>, através do Programa Especial para Reparação de Fogos ou Imóveis em Degradação (PRID<sup>29</sup>). O programa PRID foi substituído em 1988 pelo Programa de Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

Em 1988, o programa PRU foi reformulado, passando a designar-se Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), direccionado para intervenções nos centros históricos e nos centros urbanos degradados. Segundo o Despacho n.º1/88 de 20 de Janeiro<sup>30</sup>, “a reabilitação de áreas urbanas degradadas é uma componente importante numa política de ordenamento do território, dado que, para além do património histórico, cultural e social que essas áreas encerram e se urge salvaguardar, tal representa a economia de um recurso escasso, como é o solo”. Este programa visa a cooperação entre o Estado e as autarquias locais com vista à “(...) renovação e reabilitação de áreas urbanas degradadas, assumindo-se como um instrumento essencial das políticas de ordenamento do território, numa óptica de requalificação, revitalização e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos”<sup>31</sup>.

Ainda em 1988, surge o Regime Especial de Participação na Recuperação de

---

<sup>28</sup> Url: [http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd\\_igf/bd\\_legis\\_geral/Leg\\_geral\\_docs/DL\\_704\\_76.htm](http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_704_76.htm), último acesso a 26 de Julho de 2011.

<sup>29</sup> Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 704/76, de 30 de Setembro.

<sup>30</sup> Revogado pelo Despacho n.º 42/2003 (2ª. Série) do Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, de 2 de Janeiro, último acesso a 26 de Junho de 2011.

<sup>31</sup> Url: <http://www.dgotdu.pt/%5Cdetail.aspx?channelid=4F7F0258-2E3E-47B8-8713-E3D624A89FD2&contentid=68BE6035-D0E4-4528-BB49-9D6675984A63&lang=pt&ver=1>, último acesso a 12 de Julho de 2011.

Imóveis Arrendados (RECRIA<sup>32</sup>), que estabelecia financiamentos destinados exclusivamente a obras de recuperação e conservação de habitações degradadas em concessão de arrendamento em centros urbanos (rendas antigas), bem como na melhoria das condições de habitabilidade das famílias que viviam nesses mesmo edifícios nas zonas mais antigas das cidades.

Face aos contrastes do modelo de organização urbana, de 1994 a 1999 (QCA II) foi implementado no território nacional o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (PROSIURB). O PROSIURB contribuiu para a definição de uma política de reordenamento de coesão interna, a fim de atenuar as assimetrias internas. Para tal, mediante financiamentos, pretendia-se desenvolver acções de qualificação urbana e ambiental tendo em vista a valorização das cidades médias e dos centros urbanos adjacentes e complementares às grandes áreas metropolitanas<sup>33</sup>.

No mesmo período, entre 1994 e 1999 decorreu a primeira grande fase do Programa de Iniciativa Comunitária URBAN (URBAN I) que está na génese dos programas europeus com vista ao desenvolvimento urbano e “(...) visava apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas – centros de cidades e suas periferias - com fortes sinais de depressão e degradação, com problemas graves de declínio económico e urbano, desemprego e deterioração da qualidade de vida e acumulação de fenómenos de exclusão social e insegurança”. O programa URBAN II (2000-2006), que surge após a implementação da iniciativa comunitária URBAN I; pretendia “promover a melhoria da qualidade de vida das populações de centros urbanos ou de subúrbios em crise das grandes cidades, pela formulação e a aplicação de estratégias inovadoras de revitalização sócio-económica sustentável; fomentar o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimentos sobre a revitalização e o desenvolvimento urbano sustentável”. De um modo geral, o Programa URBAN “(...) consiste numa abordagem territorial

---

<sup>32</sup> Instituído pelo Decreto-Lei n.º 4/88, de 6 de Janeiro, foi aperfeiçoado pelos Decretos-Leis n.ºs 420/89, de 30 de Novembro, 197/92, de 22 de Setembro, e 104/96, de 31 de Julho. Presentemente vigora o Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22 de Dezembro.

<sup>33</sup> Segundo PORTAS, DOMINGUES e CABRAL (2003, p. 57) o PROSIURB tinha como objectivos: “desenvolver os centros do território continental, exteriores às Áreas Metropolitanas e que desempenhem um papel estratégico na organização do território nacional; promover acções de reequilíbrio no sistema urbano nacional, tendo em conta, simultaneamente, o carácter hierárquico dos centros e articulação em rede das relações que estruturam os sistemas urbanos; articular, entre programas regionais e sectoriais, investimentos da administração central e local, envolvendo também parcerias com outras instituições e agentes (representadas nos Gabinetes de Cidade a quem cabia, juntamente com as Câmaras e Assembleias Municipais, a preparação e a ratificação dos Planos Estratégicos) ”.

integrada envolvendo uma sólida parceria local. Integra as dimensões económica e social através de uma série de operações que combinam a recuperação de infra-estruturas com acções nos sectores económico e do mercado de trabalho, complementadas por medidas destinadas a combater a exclusão social e a melhorar a qualidade ambiental”<sup>34</sup>.

No ano de 1996 é criado o Programa de Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA<sup>35</sup>) que consiste numa extensão do Programa RECRIA e tinha como objectivo “(...) apoiar a execução de obras de conservação, de beneficiação ou de reconstrução de edifícios habitacionais e as acções de realojamento provisório ou definitivo daí decorrentes, no âmbito de uma operação municipal de reabilitação urbana” (Decreto-Lei n.º 105/96, artigo 1.º, ponto 3). Este programa permitiu uma nova organização espacial em termos habitacionais nos centros históricos das cidades que fossem declarados como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.

“Ainda em matéria de reabilitação urbana veio a ser criado em 1996 o RECRIPH<sup>36</sup> – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal” (Decreto-Lei nº 7/99, de 8 de Janeiro), que apoiou financeiramente na execução de obras de conservação nas partes comuns<sup>37</sup> de edifícios.

Apesar da existência de um conjunto de programas que integraram e integram intervenções ao nível da requalificação dos imóveis existentes nas cidades, na melhoria da qualidade de vida e dinamização económica, é com o projecto Expo`98 que surge um grupo de trabalho que vem garantir que o processo de requalificação urbana e valorização do ambiente seja visto como o pilar estratégico para a dinamização das cidades. Segundo MAGALHÃES *et al* (2000, citado por FERREIRA, 2006, p. 13) “(...)

---

<sup>34</sup> Url: <http://www.qca.pt/iniciativas/urban.asp>, último acesso a 05 de Julho de 2011.

<sup>35</sup> Instituído pelo Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho.

<sup>36</sup> Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho.

<sup>37</sup> São considerados como partes comuns aos edifícios: “ponto 1: (a) o solo, bem como os alicerces, colunas, pilares, paredes mestras e todas as partes restantes que constituem a estrutura do prédio; (b) o telhado ou os terraços de cobertura, ainda que destinados ao uso do último pavimento; (c) as entradas, vestíbulos, escadas e corredores de uso ou passagem comum a dois ou mais condóminos; (d) as instalações gerais de água, electricidade, aquecimento, ar condicionado e semelhantes; ponto 2: (a) os pátios e jardins anexos ao edifício; (b) os ascensores; (c) as dependências destinadas ao uso e habitação do porteiro; (d) as garagens e em geral, as coisas que não sejam afectadas ao uso exclusivo de um dos condóminos; (e) em geral, as coisas que não sejam afectas ao uso exclusivo de um dos condóminos” (Decreto-Lei nº 47 344 de 25-11-1966, artigo 1421.º).

o projecto da Expo'98 representa um exemplo de boas práticas na requalificação urbana de cidades, constituindo-se como um exemplo para outras cidades mundiais que tenham igualmente sofrido alterações na estrutura industrial (por se terem tornado mais orientadas para a prestação de serviços) e tenham herdado vastas áreas de terrenos abandonados, muitas vezes poluídos e ocupados por fábricas e docas antigas”.

O Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Polis<sup>38</sup>: 2000-2006), foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º26/2000, do dia 15 de Maio, e inspirou-se no projecto urbano Expo'98. O Polis, em articulação com Programa Operacional do Ambiente (POA) e Programas Operacionais Regionais (POR`s) pretendem reforçar a identidade das cidades e “(...) melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O Programa Polis pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre Governo e Câmaras Municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais”<sup>39</sup>. Deste modo, foram delimitados quatro objectivos específicos para as intervenções Polis (quadro 5).

#### Quadro 5 – Objectivos específicos do Polis

##### Objectivos específicos do POLIS

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

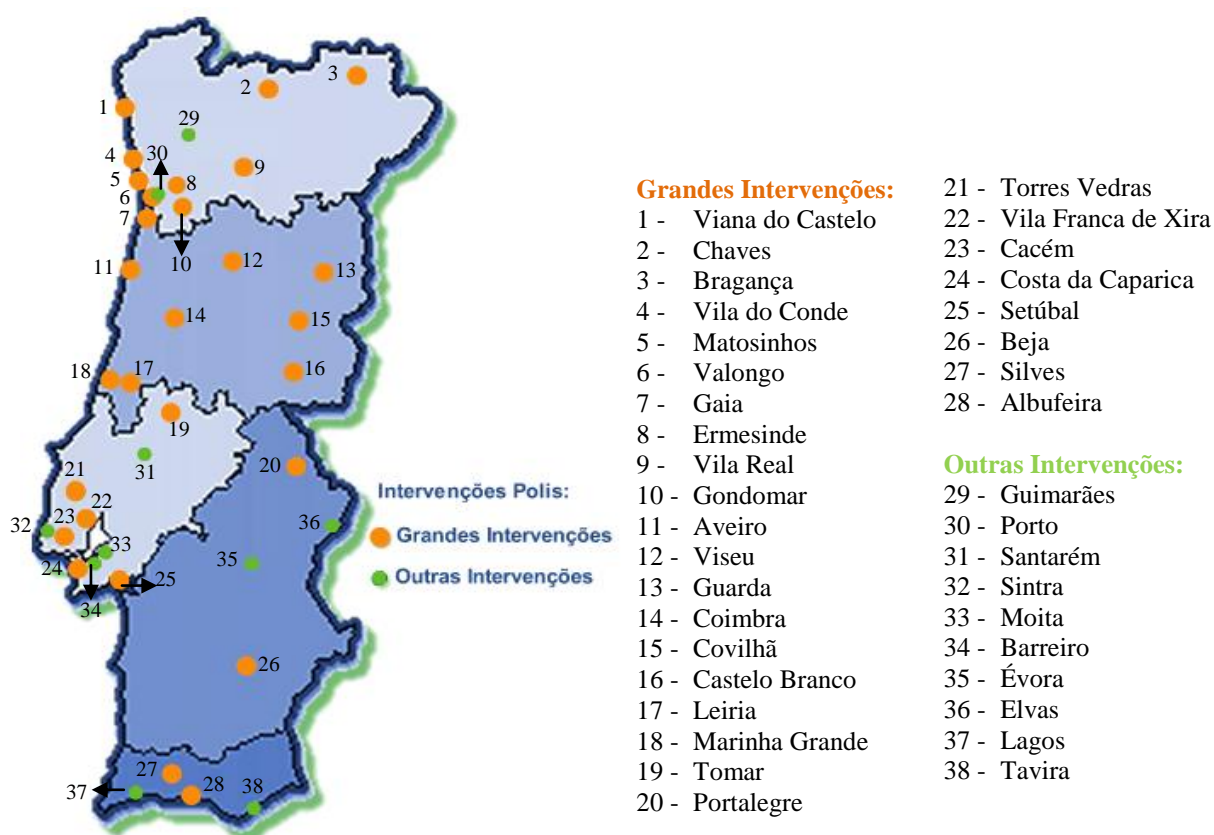
Fonte: <http://www.polis.maotdr.gov.pt/progpolis.html>, último acesso a 06 de Agosto de 2011.

<sup>38</sup> Financiamento comunitário proveniente do FEDER, de acordo com os vários programas operacionais do QCA III (Programa Operacional do Ambiente (medida 2.1); Programas Operacionais Regionais (Eixo 2 + medida Ambiente do Eixo 3) juntamente com a Iniciativa Comunitária INTERREG III.

<sup>39</sup> Url: <http://www.polis.maotdr.gov.pt/progpolis.html>, último acesso a 06 de Agosto de 2011.

Para reforçar e consolidar o sistema urbano nacional, tornando as cidades competitivas e atractivas, o Programa Polis estabeleceu um conjunto de quatro componentes (quadro II, em anexo) e respectivas áreas de intervenção para vinte e oito cidades portuguesas dezoito cidades foram escolhidas no lançamento do programa e numa segunda fase, foram seleccionadas por concurso nacional mais dez cidades) (figura 5).

Além destas vinte e oito cidades, ocorreram ainda intervenções de requalificação de menor dimensão em doze cidades, a fim de alcançarem, igualmente, um elevado nível de qualidade de vida e de competitividade territorial.



Fonte: <http://www.polis.maotdr.gov.pt/intervencoes.html>, último acesso a 07 de Setembro de 2011.

Figura 5 – As intervenções Polis

De modo a cumprir com os objectivos já referenciados foram criados instrumentos de gestão (quadro 6) fulcrais para garantirem a eficácia da aplicação das várias linhas de intervenção do Programa Polis.

## Quadro 6 – Instrumentos de gestão do Programa Polis

### Instrumentos de Gestão do Programa Polis

- **Instrumentos de intervenção urbanística:**
  - Plano Estratégico;
  - Planos de Urbanização, quando a área o justifique;
  - Planos de Pormenor, a elaborar pela entidade promotora e gestora do projecto;
- **Instrumentos empresariais:**
  - Constituição de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com programa de intervenção, calendário de execução e orçamento de realização;
- **Instrumentos de protocolarização com os municípios:**
  - Elaboração de um documento de referência, contendo as obrigações das partes e os prazos para o respectivo cumprimento;
- **Instrumentos de estrutura e procedimentos de gestão:**
  - Criação do Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP) sob a tutela directa do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- **Instrumentos jurídicos.**

Fonte: [http://www.polis.maotdr.gov.pt/instr\\_gestao.html](http://www.polis.maotdr.gov.pt/instr_gestao.html), último acesso a 06 de Agosto de 2011.

Após a implementação das intervenções Polis, em 2007, o XII Governo Institucional iniciou uma nova fase de valorização das cidades e qualidade ambiental com o Programa Polis XXI. A aplicação das medidas estabelecidas no Programa Polis XXI<sup>40</sup> está compreendida para o período do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN, 2007-2013) e “(...) integra-se nos objectivos da Estratégia de Lisboa (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego-PNACE) e da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) (...)”<sup>41</sup>. De igual modo está de acordo com “O Modelo Territorial consagrado no PNPT e as Orientações Estratégicas para os sistemas urbanos dos diversos espaços regionais (...)”<sup>41</sup>. Esta política de cidades procura responder aos constantes desafios que lhe são impostos e visa torná-las territórios de inovação e competitividade; territórios de cidadania e coesão social; territórios de qualidade de ambiente e de vida, bem planeados e governados.

<sup>40</sup> Esta política de cidades é co-financiada pelos programas operacionais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN 2007-2013).

<sup>41</sup> Fonte em <http://www.dgotdu.pt/pc/>, último acesso a 15 de Julho de 2011.

Para atingir tais ambições, o Polis XXI, à semelhança do Polis, delimitou objectivos operacionais (quadro 7).

#### Quadro 7 – Objectivos específicos do Polis XXI

##### Objectivos específicos do POLIS XXI

- Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade;
- Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade;
- Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de forma a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a dotar o conjunto de cada cidade-região de um maior potencial de desenvolvimento;
- Inovar nas soluções para a qualificação urbana.

Fonte: MAOTDR, 2008, p. 2.

O Programa Polis XXI foi projectado para ser implementado no período entre 2007-2013, todavia vai ser alargado até 2015. No que concerne à prossecução dos objectivos mencionados no quadro 7, o programa Polis XXI, recorre a três dimensões de intervenção territorial (um programa específico de regeneração urbana, outro de competitividade e diferenciação de cidades ou redes de cidades e um outro de integração regional).

Quanto ao programa da regeneração urbana, este “visa a coesão e coerência do conjunto da cidade, isto é, das várias comunidades que a constituem, e a qualificação dos factores determinantes da qualidade de vida da população” tais como habitação, reabilitação e revitalização urbanas, coesão social, ambiente, mobilidade, entre outros.

Relativamente à competitividade e diferenciação o (então) secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão anunciou que o programa tem um cariz “(...) intersectorial, vai mobilizar a economia, cultura, ensino superior, ciência e transportes e comunicações, pelo que envolverá os ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território, da Economia, da Cultura e do Ensino Superior e Ciência” (FERRÃO, 2007). Ou seja, esta dimensão de intervenção “(...) visa a coesão e coerência do conjunto da cidade, isto é, das várias comunidades que a constituem, e a qualificação dos factores determinantes da qualidade de vida da população” (MAOTDR, 2008, p. 2).

Quanto ao programa de integração regional, este está “(...) destinado à apresentação de projectos inovadores para o desenvolvimento urbano que, segundo o

secretário de Estado, visa estimular novas soluções para os problemas. Estão abrangidos por este programa projectos de prestação de serviços de proximidade, acessibilidades e mobilidade, de segurança e prevenção de risco, de gestão de espaço público, ambiente urbano e construção sustentável, numa lógica de infra-estrutura ou de cidade-região” (FERRÃO, 2007). Pretende-se, deste modo, envolver “iniciativas que visam estruturar aglomerações, ganhar dimensão urbana através da cooperação de proximidade, fomentar complementaridades e economias de aglomeração e racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que a cidade disponibiliza à sua região” (MAOTDR, 2008, p. 3).

“O primeiro e o terceiro instrumentos de política para a implementação do Polis XXI são os mais relevantes em matéria de requalificação integrada de espaços urbanos. Como metas, até 2015, foram definidas 60 operações de regeneração urbana, 31 cidades envolvidas em redes e 75 projectos inovadores de desenvolvimento urbano. (...) Portanto, pretende-se que as cidades configurem espaços activos de competitividade, cidadania e qualidade de vida, e ao mesmo tempo procura-se estimular a transição de uma visão isolada da cidade para um quadro de cooperação urbana em rede” (CARVALHO, 2008, p. 337). De modo a atingir as metas estabelecidas foram definidos quatro instrumentos que auxiliam na estruturação dos processos de intervenção da política de cidades/Polis XXI (quadro 8).

#### Quadro 8 – Instrumentos específicos da política de cidades/Polis XXI

##### Instrumentos específicos da políticas de cidades/Polis XXI

- **Parcerias para a regeneração urbana** (acções integradas de regeneração de espaços intra-urbanos);
- **Redes urbanas para a competitividade e a inovação** (apoiar a cooperação estratégica de actores urbanos organizados em rede quer sejam municípios, entidades públicas ou privadas, numa perspectiva de elaborar e implementar um programa estratégico de desenvolvimento urbano);
- **Acções inovadoras para o desenvolvimento urbano** (visa a dinamização de soluções inovadoras ou projectos com resposta às procuras e aos problemas urbanos, centradas, nomeadamente, na eficiência e reutilização de infra-estruturas e equipamentos existentes, na exploração das oportunidades que as novas tecnologias oferecem, na capacitação das comunidades locais e no desenvolvimento de novas formas de parceria público-privado);
- **Equipamentos estruturantes do sistema urbano nacional** (visa a construção ou requalificação de equipamentos especializados de elevada raridade, que contribuam para a estruturação, desenvolvimento, afirmação e ou diferenciação dos centros urbanos no sistema urbano nacional).

Fonte: MAOTDR, 2008, pp. 4-6.



## 4. O património como elemento dinâmico e decisivo na requalificação urbana

“A salvaguarda e valorização do património é garantia de uma paisagem mais equilibrada e atractiva, reforçando a sua identidade, e pode construir um recurso importante na afirmação do território” (FERNANDES e CARVALHO, 1998, citado por FERNANDES e CARVALHO, 2003, p. 198).

### 4.1. Contextualização do património

Todos os territórios estão balizados segundo uma lógica de incerteza, ou seja, ao longo do tempo vão-se verificando dinâmicas resultantes dos comportamentos da população. Neste sentido, os territórios têm que se organizar de forma complexa, conjugando várias estratégias (aproveitar e explorar os recursos locais de forma sustentável, sem pôr em causa a sua existência para as gerações futuras), a fim de corresponderem à satisfação das necessidades e desejos da população, e fortalecerem o tecido económico, social, político e cultural sem se perderem os confinamentos territoriais. Como HEALEY refere (2007, p. 17), “(...) the ‘places’ of cities and urban areas cannot be understood as integrated unities with a singular driving dynamic, contained within clearly defined spatial boundaries. They are instead complex constructions created by the interaction of actors in multiple networks who invest in material projects and who give meaning to qualities of places<sup>42</sup>”.

Segundo NUNES (1999, p. 19) o território “(...) é o protagonista activo do processo de desenvolvimento; (...) objecto das intervenções é também seu agente, na medida em que assume uma dimensão integrativa capaz de tornar possível e perfeitamente aceitável o estabelecimento de compromissos entre as políticas de combate à precarização, marginalização, exclusão sociais e políticas de promoção da competitividade territorial”. Porém, os territórios nem sempre corresponderam da melhor forma às necessidades da população, tendo crescido de forma acelerada, desmesurada, desregrada e irracional, em torno de elementos simbólicos (exemplo de um castelo, uma igreja) que “entram” na morfologia urbana e atribuem uma imagem a um território bem como influenciam no planeamento urbanístico. É com base neste

---

<sup>42</sup> “(...) Os “lugares” das cidades e das áreas urbanas não podem ser entendidas como unidades integradas com uma dinâmica singular, contêm fronteiras espaciais devidamente definidas. Elas são a instância complexa, que resulta da interacção de múltiplos actores que investem em projectos e que dão sentido às qualidades/potencialidades dos lugares”.

crescimento que os territórios ganharam e ganham uma estrutura, uma imagem e uma identidade<sup>43</sup>.

Face a esta realidade têm-se adoptado estratégias de protecção, reabilitação, (re)vitalização, requalificação e promoção, tendo por base os elementos simbólicos bem como a área geográfica onde estes se encontram. Dadas as características arquitectónicas, é-lhes atribuída a designação de património cultural, considerando que têm valor universal. O património cultural<sup>44</sup> (bens materiais<sup>45</sup> ou imateriais<sup>46</sup>) surge como um elemento que permite promover a economia<sup>47</sup>, valorizar e divulgar a identidade de um território e/ou de uma sociedade. CARVALHO (2003, p. 199), refere que “a (re)descoberta dos territórios e dos seus valores patrimoniais são hoje condições basilares na construção de novas identidades e na identificação de alternativas de desenvolvimento (dos territórios e das populações)”.

Os primeiros documentos normativos com vista à protecção dos valores patrimoniais remontam à Antiguidade, uma vez que estes, desde muito cedo, eram vistos como uma herança cultural de toda a humanidade. Todavia “(...) as primeiras normas internacionais consagradas à salvaguarda do património, arquitectónico e arqueológico, só surgiram após a 1ª Guerra Mundial, e podem agrupar-se do seguinte modo: convenções, tratados ou pactos; recomendações; resoluções do Conselho da

---

<sup>43</sup> A identidade trata-se de uma evidência de uma sociedade, remetendo para o seu percurso histórico-cultural, socioeconómico e político.

<sup>44</sup> “(...) Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (Lei de Bases do Património Cultural – Lei n.º 107/01, artigo 2.º, ponto 1).

<sup>45</sup> De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/01, artigo 15.º, ponto 1) os bens materiais englobam os bens imóveis que “(...) podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional (...)” e os bens culturais móveis integram “(...) espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas (...)” (Lei n.º 107/01, artigo 55.º, ponto 3), “(...) que representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura (...)” (Lei n.º 107/01, artigo 14.º, ponto 1). “Tanto os bens móveis e imóveis “ (...) podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal” (Lei n.º 107/01, artigo 15.º, ponto 2).

<sup>46</sup> A Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/01, artigo 91.º, ponto 1) refere que como bens imateriais devem considerar-se as “(...) realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas”.

<sup>47</sup> Na sequência do 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP) em Viena, foi elaborada a DECLARAÇÃO DE VIENA (2009, p. 2) onde se considerou que “(...) os benefícios do investimento em património a curto e longo prazo e a (...) inclusão de um orçamento específico para a conservação/reabilitação de edifícios e sítios históricos nas políticas nacionais de recuperação económica, (...) é um instrumento eficaz no relançamento da actividade económica e na criação de emprego”.

Europa; cartas, princípios, orientações, conclusões de encontros, declarações e «normas»<sup>48</sup>».

CARVALHO (2005, p. 209) menciona ainda que “o património entrou de forma definitiva, nos últimos anos, na agenda das preocupações políticas, científicas e sociais do nosso planeta”, visto que os países sentiram necessidade de preservar as suas identidades, contando com a participação da população e das diversas entidades (públicas ou privadas). Tais preocupações contribuíram para que se elaborassem e adoptassem documentos normativos que regulamentam o uso, protecção, defesa, conservação e promoção dos bens, costumes e tradições (património cultural) que caracterizam uma sociedade, ou seja, que identificam um território.

Só desta forma será possível colocar em foco as “raízes” de um território e atrair a população, fomentando actividades económicas, como é o caso do turismo. Neste sentido, FERNANDES (1998, p. 68) considera que “a concretização e aproveitamento das potencialidades internas de cada unidade geográfica apenas se concretizará com o envolvimento das populações locais e a motivação dos autóctones; com a sedimentação de raízes e a afirmação de sentimento de pertença e de co-responsabilização por um território” ou património.

Perante este sentido de preocupação, torna-se fulcral consciencializar e responsabilizar a população para a salvaguarda e a valorização do património (a educação patrimonial é o primeiro caminho a tomar), visto que esta (população) é considerada como um agente activo na construção e divulgação de elementos associados a um território. Elementos esses (bens patrimoniais) que permitem distinguir uma identidade e individualizar cada território como único. Com esta afirmação pretende-se confirmar o que FERNANDES (1998, p. 68) referiu, que “o património, enquanto elemento associado à imagem diferenciadora de um território, assume valor estratégico no processo de reafirmação das diferentes identidades geográficas”. Ou seja, o património transmite uma imagem para o espaço, “funcionando” como testemunho vivo e herança histórica, que permite individualizar um território como único. “O património, enquanto valores próprios ou herdados, materiais ou espirituais, define a natureza e o carácter de cada indivíduo, lugar ou território. Pode ser utilizado como referência de memória e identidade e como motor de activação de meios de vida e até de capacidades de fixação” (CARVALHO, 2003, p. 200).

---

<sup>48</sup> Url: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=enquadramento-historico>, último acesso a 18 de Julho de 2011.

Com base na valorização e conservação do património existente num território, torna-se possível reafirmar as identidades geográficas e impedir que haja uma homogeneização e descaracterização dos aspectos que prefiguram numa área geográfica, pois a população vai desenvolvendo um vínculo a um território e a todos os bens que aí se encontram ancorados. Segundo SALGUEIRO (1992, p. 388), “tal como as pessoas, as sociedades e os povos possuem uma memória colectiva que constitui parte essencial da sua identidade como grupo e cuja perda poderá causar graves perturbações. Sabe-se que esta memória colectiva constitui um quadro de referências fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas sociedades”. Desta forma, a requalificação é vista como um processo que tem por objectivo “(...) recuperar o sentido de localização residencial das populações, através de múltiplas acções e medidas, que vão da infra-estruturação à valorização da imagem interna e externa (...) e deve levar a acções que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património - o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir o espírito do tempo” (CEDRU, 1990, citado por MOREIRA, 2007, p. 118).

#### **4.2. O património como elemento identitário de um território**

“O termo património tem sido conotado com significados bastante distintos dos elementos da cultura e da natureza que hoje valorizamos. O sentido original – ancorado ao *patrimonium* romano – apareceu ligado à ideia de herança material (bens móveis e imóveis, capitais...) e de transmissão legal de pais para filhos. Mais tarde, o conceito veio a aplicar-se também ao intangível: ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma colectividade (MORALES MIRANDA, 1998, citado por CARVALHO, 2005, p. 68). As tradições populares, rituais, crenças e todo um conjunto de actos sociais estão incluídos neste conceito” (CARVALHO, 2005, p. 68)

Para MARQUES e MARTINS (1998, p. 125), “a noção de património é cada vez mais abrangente, tendo-se alargado do material ao imaterial, do objecto localizado ou do simples monumento evocativo, a conjuntos territoriais mais vastos, às paisagens (...)”. Poder-se-á afirmar que o património é visto como um bilhete de identidade que reúne todo um conjunto de bens que permitem a identificação histórica, isto é, permitem (re)descobrir e (re)afirmar os valores patrimoniais de um território, promovendo o

desenvolvimento humano e da sociedade em termos históricos, sociais, económicos e culturais. Porém, o conceito de património também evoluiu no sentido em que inicialmente estava “(...) relacionado com os aspectos históricos e artísticos, contudo também se constitui um discurso sobre o passado cuja referência é um conjunto de valores arbitrados por determinados agentes sociais no sentido de legitimar determinados *status* vigentes” (LOPES, CASTRO e FERNANDES, 2005, p. 171), ou seja, o património permite caracterizar e levar-nos a reflectir sobre os ideais de uma população e o seu envolvimento na organização de um espaço. O património permite estabelecer uma ligação entre o passado, o presente e o futuro. Actualmente, o património surge-nos como um motor de divulgação de uma imagem de um território, a nível nacional e/ou internacional, de qualidade e distinção bem como representa as políticas de decisão e acção, de carácter social, económico e cultural. Isto significa “o património construído reflecte as marcas das formas culturais de produzir a cidade e decorre da decisão dos grupos sociais que modelaram e ocuparam a cidade. Nos nossos dias é a arquitectura monumental (igrejas, conventos, mosteiros, palácios e palacetes e algumas construções relacionadas com obras públicas) a que mais perdura no tecido urbano (...)” (FERNANDES e CARVALHO, 2003, p. 197). Nesta lógica de divulgação e afirmação de um território ou lugar, a cultura surge como um meio para a “preservação e activação das memórias e identidades” (CARVALHO, 2003, p. 223) que caracterizam uma sociedade. Segundo CLAVAL (1999, p. 25), a cultura é “(...) um processo inacabado e em constante mutação levado a cabo pelas pessoas. Este processo estabelece as categorias com que os indivíduos e as sociedades analisam a realidade, partindo sempre de uma escala local”. Ou seja, representa uma ligação com a tradição e a inovação. A cultura pode ser vista como um puzzle composto por vários elementos resultantes da interacção entre o homem e o meio que o envolve, como é o caso da língua, religião, costumes, valores, tradições e história, que vão evoluindo no tempo e no espaço. A conjugação do património com a cultura pode ser considerada como um eixo essencial na promoção do desenvolvimento territorial e “(...) de melhoria da qualidade de vida das populações locais”, através da correcta gestão do uso do solo<sup>49</sup> e “através da diversificação das fontes de rendimento”<sup>50</sup> (MARQUES e MARTINS, 1998,

---

<sup>49</sup> Delimitação de áreas destinadas à edificação; protecção das áreas onde existem ecossistemas ricos em fauna e flora e que são mais susceptíveis de serem destruídos pela acção humana.

<sup>50</sup> O aumento da oferta turística pode contribuir para a vitalização e dinamização de áreas destinadas ao comércio tradicional, através da venda de produtos relacionados com a estadia em determinado local.

p. 124). Torna-se inquestionável a influência destes dois elementos (património e cultura) para a valorização dos espaços. Considera-se que o património e a cultura são mecanismos que fomentam a promoção, dinamização e o desenvolvimento de uma unidade territorial, valorizando os recursos que lhe estão afectos. Crê-se que o património e a cultura apresentam uma multiplicidade de recursos que potencializam e caracterizam um território. Estabelecendo uma inter-relação entre estes dois termos, chegamos ao conceito de património cultural, que consiste num “(...) conjunto de valores e tradições que caracterizam uma sociedade e que foram transmitidos através da história” (LEIMGRUBER, 2002, citado por FERNANDES e CARVALHO, 2003, p. 197), de geração em geração, constituindo aspectos históricos, culturais e sociais de um território, susceptíveis de serem modificados consoante as formas de pensar e de agir da população. O património cultural é essencial para a divulgação de “(...) valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (Lei de Bases do Património Cultural n.º 107/2001, artigo 2.º, ponto 3, citado por CARVALHO, 2005, p. 214) que celebram uma relação aos acontecimentos passados, ou seja, permite recordar tudo aquilo de que se esqueceu. Segundo DURHAM (1984, citado por LOPES, CASTRO e FERNANDES, 2005, p. 171), “o património cultural deve ser concebido como cristalizações de um trabalho morto que se torna importante na medida em que se investe nele um novo trabalho cultural, através do qual o espaço adquire novos usos e novas significações” com o objectivo de alcançar o correcto desenvolvimento territorial.

Segundo FERNANDES (2003, p. 229) o desenvolvimento faz parte de um “(...) grupo de conceitos cuja reflexão se afigura fundamental, quer para se entender o presente quer sobretudo para acautelar e condicionar o futuro”, e que “(...) associamos, numa primeira leitura, a ideia de movimento, de uma dinâmica que traduzirá na passagem de um estágio a outro: um processo, por isso, ao qual se associam ideias de construção, destruição, reconstrução ou mesmo reintegração”. Este processo não é aplicável de igual forma nos territórios, em virtude das assimetrias existentes em termos económicos, políticos, históricos e socioculturais. É necessário adequar as estratégias e decisões, de acordo com as mudanças nas características territoriais e populacionais. Para FERNANDES e CARVALHO (2003, p. 193) “(...) as territorialidades das populações, muda o seu envolvimento com os espaços geográficos. Directa ou indirectamente, de modo mais ou menos pronunciado, intervém-se sobre o ordenamento do território, e por via desta intervenção, modelam-se as paisagens”. Quer-se com isto dizer que, “(...) as populações-alvo das estratégias de desenvolvimento devem revelar-

se não como meras espectadoras mas sim como agentes activos, empreendedores e criativos nas dinâmicas de mudança, estas em grande parte estruturadas localmente”. Desta forma, apela-se ao “desenvolvimento participativo ou desenvolvimento local” (FERNANDES, 2003, p. 241), em que todos agem com o objectivo de adequar de forma sustentável as necessidades e interesses da população.

Através da dinamização das áreas que aparentemente se encontravam mortas e sem vitalidade, a preservação, conservação do património e a sua divulgação implicam um aprofundar do conhecimento da realidade e no desenvolvimento do território. O desenvolvimento resume-se a um processo, uma dinâmica activa, em constante mutação associado ao progresso, ao bem-estar e qualidade de vida. Um território com qualidade e com identidade é capaz de atrair população e actividades económicas.

A protecção patrimonial e o desenvolvimento territorial passam pelo “(...) o papel dos educadores, criando nos jovens o respeito pelo património habituando-os a não o degradar” (SALGUEIRO, 1992, p. 389). Ou seja, é indispensável incutir nos cidadãos o sentido de prevenção, responsabilização e educação ambiental e patrimonial bem como implementar medidas preventivas e penalizadoras destinadas a quem não actuar no sentido da preservação, recuperação e defesa do património e do território.

Em suma, é fundamental preservar e conservar o património devendo este ser visto como um recurso para o desenvolvimento, ordenamento e planeamento do território. O património é uma condição necessária (mas não o suficiente) para assegurar uma correcta sustentabilidade e utilização da paisagem, tendo em conta que cada cidadão tem o dever de o defender e preservar. Assim sendo, os Estados vêm-se “obrigados” a promover a conservação e preservação dos bens, tendo em consideração o correcto uso do solo e gestão urbanística.

### **4.3. Defesa do património como pilar de referência para o desenvolvimento urbano**

Nas grandes linhas de intervenção para atingir o desenvolvimento urbano, as políticas urbanas têm mostrado uma tendência crescente para a defesa do património<sup>51</sup>,

---

<sup>51</sup> Conjunto de Cartas e Documentos relacionados com a conservação, o restauro e a salvaguarda dos monumentos disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacao sobrepatrimonio/>, último acesso a 18 de Julho de 2011.

considerando-o como um domínio de trabalho muito importante. E, porque o património adquire uma posição enquanto realidade de dimensão variada e de índole identitária “(...) o Homem moderno olha o património edificado como garante de solidez e estabilidade e, concomitantemente, como objecto mediador do processo de articulação entre tradição e modernidade; o património enquanto ideal emerge, por conseguinte, das contradições do presente – tempo de vidas consumistas, individualistas, em que nada – ou quase nada – interpela à transcendência” (REBELO, 2001, citado por CARVALHO, 2005, pp. 67-68).

Os primeiros documentos normativos internacionais com vista à salvaguarda do património apareceram após a 1ª Grande Guerra Mundial (1914-1918). De forma análoga ao que fizemos em relação à política de cidades, neste ponto de análise pretendemos identificar os principais actos normativos que têm o património como elemento de referência nas intervenções.

Nesta perspectiva, em 1931 realizou-se em Atenas, o primeiro Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, cuja temática estava relacionada com a “(...) longevidade dos monumentos históricos susceptíveis de ameaça externa, aqui se constituiu o primeiro acto normativo internacional exclusivamente dedicado ao património e incidindo sobre a problemática do restauro de monumentos”<sup>52</sup>. Neste congresso foi adoptada a Carta de Atenas sobre o restauro de Monumentos Históricos, também conhecida como Carta do Restauro. Na Carta de Atenas foram aprovadas sete resoluções, considerando que “devem ser criadas organizações internacionais de carácter operativo e consultivo na área do restauro; as propostas de projectos de restauro devem ser submetidas a crítica fundamentada, para prevenir erros que causem perda de características e valor histórico nas estruturas; os problemas de preservação dos sítios históricos devem ser resolvidos legislativamente ao nível nacional em todos os países; os sítios escavados que não sejam submetidos a programas imediatos de restauro devem ser recobertos para protecção; as técnicas e materiais modernos podem ser usados no trabalho de restauro; os sítios históricos devem merecer estritas medidas de custódia e protecção e uma atenção particular deve incidir sobre as zonas de protecção dos sítios históricos” (CARTA DE ATENAS, 1931, p. 1).

---

<sup>52</sup> Url: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-restauro-de-monumentos-1931>, último acesso a 19 de Julho de 2011.



Em 1964, realiza-se o segundo Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos em Veneza, tendo sido aprovada a Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. Esta Carta declara que “os monumentos de um povo, portadores de uma mensagem do passado, são um testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores humanos e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade” (HENRIQUES e JORGE, 1996, p. 1). A Carta de Veneza permitiu uma actualização e um aprofundamento de alguns princípios abordados na Carta de Atenas. Algumas das alterações verificadas prendem-se com o conceito de monumento histórico, deixar de estar somente ligado a criações arquitectónicas isoladamente, passando a englobar “(...) a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiram com o tempo um significado cultural”. Quanto aos processos de conservação e restauro (tal como na Carta de Atenas - conclusão IV a VII – quadro III, em anexo), estes “(...) constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental. A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos (...) e é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade (...). O restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional e destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja pela antiguidade e pela autenticidade)” (CARTA DE VENEZA, 1964, pp. 1-2). É irrefutável que “o monumento é inseparável da História – da qual é testemunho - e também do meio em que está situado” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Na sequência da evolução de políticas urbanas que pretendem reduzir os riscos de degradação e promover a salvaguarda do património construído, no ano de 1972, em Paris, reuniu-se para a décima sétima sessão, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), da qual resultou a Convenção para a

Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, também denominada de Convenção do Património Mundial. Considerando que o património cultural e natural se encontra em constante ameaça e que o seu empobrecimento e desaparecimento no mundo é um processo irreversível, pela primeira vez são apresentadas as definições para património cultural e natural. Segundo o artigo 1.º da convenção, o património cultural é constituído pelos “monumentos: obras arquitectónicas, esculturas ou pinturas monumentais, objectos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos (...); os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitectura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional (...) e os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos (...)”. Quanto ao património natural, o artigo 2.º considera “os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações (...); as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas (...) e os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas (...)”. Cada Estado-membro da convenção tem a obrigação primordial de “(...) assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural (...) situado no seu território (...)” (UNESCO, 1972, p. 2), bem como recorrer a “(...) programas de educação e de informação, por reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural (...)” (UNESCO, 1972, p. 13).

Três anos mais tarde, o Conselho da Europa declarou que 1975 seria o Ano Europeu do Património Arquitectónico. Neste âmbito é proclamada a Carta Europeia do Património Arquitectónico<sup>53</sup>, em Outubro de 1975 em Amesterdão, no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu “Congresso de Amesterdão”, com o objectivo de sensibilizar a população para a crescente necessidade de preservar os elementos históricos construídos que identificam uma cidade ou um país. No presente documento, são adoptados e proclamados os princípios (ameaças, soluções e benefícios) da preservação do património arquitectónico, sendo que “o património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído; a encarnação do passado no património

---

<sup>53</sup> Documento original disponível em [http://www.icomos.org/docs/euroch\\_e.html](http://www.icomos.org/docs/euroch_e.html), último acesso a 20 de Julho de 2011.

arquitectónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem. O património arquitectónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível cuja estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso entre as sociedades. O património arquitectónico tem um valor educativo determinante” na formação dos homens, e sabendo, que os estilos de vida e os comportamentos da sociedade põem o património em perigo (ameaçado pela ignorância, pelo envelhecimento, pela degradação e pelo abandono; pela exagerada pressão urbanística, económica e ambiental), a conservação integrada afasta as ameaças e “(...) é o resultado da acção conjugada de técnicas de restauro e da procura de funções apropriadas”. Porém “a conservação integrada requer o emprego de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos” e o seu sucesso depende da participação indispensável de todos. “Se bem que o património arquitectónico seja propriedade de todos, cada uma das suas partes está à mercê de cada um” considerando-o “(...) um bem comum do nosso continente” (CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, 1975, pp. 2-4). Deste modo, a carta pretende “(...) promover uma política europeia comum e uma acção concertada de protecção do património arquitectónico, apoiando-se sobre os princípios da sua conservação integrada” e “(...) no desenvolvimento do interesse do público para uma tal política (...)” (CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, 1975, p. 2). As conclusões do “Congresso de Amesterdão” encontram-se descritas na Declaração de Amesterdão, onde foi reconhecido pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa que “(...) o património arquitectónico da Europa é uma parte integral do património cultural do mundo inteiro (...) e no “planeamento de uma cidade ou de um país a conservação arquitectónica deve ser considerada, não como um assunto marginal, mas como um objectivo principal” onde todos cooperam para a sua protecção, pois “(...) os edifícios de hoje vão ser o património de amanhã” (ARAÚJO, 2007, p. 2).

Os princípios indicados na Declaração de Amesterdão, que visavam a cooperação entre Estados para defender a protecção e divulgação dos elementos históricos europeus como um elemento integrante da cultura mundial, foram reafirmados em 1985, na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, também designada de Convenção de Granada, promovida pelo Conselho da Europa em Estrasburgo. Nesta convenção é preconizado como objectivo “(...) transmitir um sistema de referências culturais às gerações futuras, melhorar a qualidade de vida urbana e rural e incentivar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico, social e

cultural dos Estados e das regiões (...) e garantir a salvaguarda e o engrandecimento do património arquitectónico” (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DA EUROPA, 1985, p. 2). Os países signatários da convenção comprometeram-se a proteger o património arquitectónico que é considerado integrante dos bens imóveis (monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios), a criarem ou manter o respectivo inventário e documentação adequada às possíveis necessidades de reparação e a implementarem um sistema legal de protecção, de modo “a impedir que bens protegidos sejam desfigurados, degradados ou demolidos e (...) não permitir a remoção, total ou parcial, de um monumento protegido, salvo na hipótese de a protecção física desse monumento o exigir de forma imperativa” (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DA EUROPA, 1985, pp. 3-4).

Em 2000 é aprovada a Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, na Conferência Internacional sobre Conservação, realizada na Polónia. Baseada no espírito proclamado na Carta de Veneza (1964), a Carta de Cracóvia reconhece que a entrada no novo milénio apresenta novos desafios à humanidade e ao património. Os países participantes na conferência mostraram estar “conscientes de viver um tempo no qual as identidades, num contexto cada vez mais amplo, se tomam mais distintas e singulares. A Europa actual caracteriza-se pela diversidade cultural e, assim, pela pluralidade de valores fundamentais associados ao património móvel, imóvel e intelectual, o que implica diferentes significados que originam conflitos de interesse. (...) Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património”. Neste sentido “os instrumentos e os métodos utilizados para uma correcta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança”. (...) “A conservação deste património<sup>54</sup> (...) pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, pp. 1-2). No que diz respeito à gestão, formação e educação pelo património, é expresso na Carta de Cracóvia 2000 que “a pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma

---

<sup>54</sup> Diz respeito ao “(...) património arquitectónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem (...)”, ou seja o património arqueológico, monumentos e “edifícios com valor histórico, decoração arquitectónica, as esculturas e os elementos artísticos, as cidades e as aldeias históricas e as paisagens” (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, pp. 2-4).

estrutura de comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais”, e que se integre a temática da conservação e do restauro do património nos sistemas de educação de cada país (CARTA DE CRACÓVIA, 2000, p. 5).

A preocupação pelo património continuou após a elaboração da Carta de Cracóvia e, em 2002 (Ano das Nações Unidas para o Património Cultural), a UNESCO comemorou em Budapeste, o trigésimo aniversário da adopção da Convenção do Património Mundial. “Considerando que em trinta anos a Convenção demonstrou ser um instrumento ímpar de cooperação internacional para a protecção do património cultural e natural de valor universal excepcional”, nesta celebração foi aprovada a Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial. A presente declaração reconhece a “(...) necessidade de assegurar a sua aplicação ao património em toda a sua diversidade, enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável de todas as sociedades, pelo diálogo e pela compreensão mútua”, de modo a contrariar a tendência de degradação e destruição do património. Os países signatários da Declaração de Budapeste comprometem-se a zelar “(...) pela preservação de um justo equilíbrio entre a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger os bens do património mundial através de actividades adequadas que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida das nossas comunidades”. As actividades, que promovem e credibilizam o desenvolvimento e crescimento económico sustentável, devem atender à participação activa da Humanidade “(...) pela via da comunicação, da educação, da investigação, da formação e da sensibilização” (DECLARAÇÃO DE BUDAPESTE, 2002, pp. 1-2).

Dentro das linhas orientadoras da declaração de Budapeste, em 2008 surge um novo documento internacional que aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade<sup>55</sup>, que ficou conhecida pela Convenção de Faro<sup>56</sup> (que fora assinada em Faro em 2005). A convenção reconhece e confirma que “(...) o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural (...)” e que todos têm direito e ao mesmo tempo responsabilidade sobre o seu usufruto, sabendo que “(...) a preservação do património cultural e a sua utilização

---

<sup>55</sup> Consultada em <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/ConvencaoDeFaro.pdf>, último acesso a 06 de Setembro de 2011.

<sup>56</sup> Disponível em <http://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/2005-convencao-de-faro-conselho-da-europa.pdf>, último acesso a 06 de Setembro de 2011.

sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida”. É ainda preconizado na presente convenção que “(...) a comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras” (CONSELHO DA EUROPA, 2005, p. 2) a diversidade cultural no que diz respeito ao património europeu. À semelhança de outros instrumentos normativos internacionais, todas as actividades que se gerem em torno dos elementos de património cultural devem promover a sua importância para a sociedade e assegurar que haja um ambiente auspicioso em termos socioeconómicos.

Em 2009, em Bruxelas, foi aprovada a Carta de Bruxelas<sup>57</sup> que pretende estabelecer uma rede europeia para a divulgação e reconhecimento do Património Cultural.

Para dar “voz” aos princípios enunciados nos diversos documentos normativos para a protecção, conservação, restauro e manutenção do património, foram criadas instituições que implementam, em termos internacionais, as várias estratégias aprovadas nas convenções, nas conferências e proclamadas nas declarações, cartas, recomendações e orientações. As primeiras organizações com o objectivo de reforçar o cumprimento das normativas apresentadas começaram a ser fundadas após a 1ª Guerra Mundial.

Em 1933 foi criada a Comissão Internacional dos Monumentos Históricos que é considerada como a precursora do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). A Comissão Internacional dos Monumentos Históricos foi uma consequência da realização do Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, do qual resultou a Carta de Atenas de 1931.

Durante e após a 2ª Guerra Mundial, dada a destruição verificada nos países intervenientes no conflito armado, foi criada, em 1945, uma instituição denominada Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Dos muitos objectivos da UNESCO, no que concerne à cultura, esta organização pretende salvaguardar e conservar todos os bens que permitam estabelecer uma ligação com o passado e o presente, defendendo os costumes, valores culturais e os ideais que estão na base da identidade de uma população (“são seus objectivos principais preservar e respeitar as especificidades de cada cultura, agindo para que as diferentes culturas se respeitem entre si, e pondo em acção mecanismos que permitam a sua interacção e

---

<sup>57</sup> Para consulta em <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>, último acesso a 07 de Setembro de 2011.

maior conhecimento mútuo”<sup>58</sup>). Assim sendo, a UNESCO tem a responsabilidade de incrementar o sentido de preservação e respeito pelas especificidades de cada cultura mediante a protecção legal dos valores/bens culturais de cada Estado.

Além da UNESCO, após a 2ª Guerra Mundial, é criada em 1949 uma organização intergovernamental, o Conselho da Europa<sup>59</sup>. Esta organização foi criada com o intuito de defender os Direitos Humanos e é um dos principais organismos responsáveis por “(...) realizar uma união mais estreita entre os seus Membros, a fim de salvaguardar e de promover os ideais e os princípios que são o seu património comum e de favorecer o seu progresso económico e social”<sup>60</sup>.

Além destas instituições orientadas para a defesa, preservação e conservação do património, em 1956 a UNESCO criou o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) que “(...) é uma organização intergovernamental internacional com sede em Roma, Itália. (...) O ICCROM tem por funções estatutárias executar programas de investigação, documentação, assistência técnica, formação e sensibilização para melhorar a conservação do património cultural imóvel e móvel. O papel específico do ICCROM é (...) ser o parceiro prioritário em matéria de formação para os bens do Património Mundial possuidores de valor cultural, assegurar o acompanhamento do estado de conservação dos bens do Património Mundial com valor cultural, analisar os pedidos de Assistência Internacional apresentados pelos Estados parte e dar o seu contributo e o seu apoio às actividades de reforço das competências” (UNESCO, 2010, p. 19).

O ICOMOS é outra organização não-governamental, criada em 1965, na sequência da realização do 2º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos (1964), durante o qual foi elaborada a Carta de Veneza. O papel do ICOMOS assenta nos princípios da conservação e do restauro dos monumentos inscritos na Carta de Veneza, “ (...) mais precisamente avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Património Mundial, assegurar o acompanhamento do estado de conservação dos bens do Património Mundial possuidores de valor cultural, analisar os pedidos de Assistência Internacional apresentados pelos Estados parte e dar o seu contributo e

---

<sup>58</sup> Url: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/cultura.php>, último acesso a 02 de Agosto de 2011.

<sup>59</sup> O Tratado de Londres institui o Conselho da Europa foi assinado por dez países europeus. Portugal integrou esta organização em 1974.

<sup>60</sup> Url: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conselho Europa/Conselho Europa Estatuto.htm>, último acesso a 02 de Agosto de 2011.

apoio às actividades de reforço das competências” (UNESCO, 2010, p. 19).

A nível nacional, a tendência de salvaguarda e conservação do património também se verificou, tendo surgido o IPPAR (designação inicial do Instituto Português do Património Arquitectónico) e que posteriormente passou a designar-se de IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), e que se responsabiliza por propor a classificação dos bens culturais de interesse nacional ou internacional. Cabe ao IGESPAR, de acordo com a “Lei Orgânica (Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março), promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa, valorização do património cultural arquitectónico e arqueológico, nomeadamente através da coordenação de acções educativas e de formação no âmbito da Educação para o Património<sup>61</sup>”. O IGESPAR tem também como objectivos: reforçar o sentimento de identidade cultural, recuperar, conservar, restaurar os bens patrimoniais de forma a afirmar o território no mundo e a coordenar os indivíduos e entidades (públicas ou privadas) para acções de educação e sensibilização do património. Neste sentido cabe ainda ao IGESPAR, promover boas condições de acessibilidade às áreas onde se encontram elementos de interesse nacional ou internacional, disponibilizar informação, roteiros e gerir de forma eficaz e valorizar as áreas envolventes aos Monumentos, tornando-as em espaços dinâmicos e com vitalidade.

É ainda da responsabilidade do IGESPAR, emitir os pareceres/licenças que autorizam a construção de infra-estruturas de apoio (de forma a facilitar o acesso dos indivíduos aos locais de interesse); autorizar ou não a construção de áreas habitacionais na área em causa ou nas áreas envolventes e próximas; bem como autorizar a realização de intervenções que visem a alteração do interior ou exterior dos bens imóveis.

No âmbito da educação para a defesa do património, o IGESPAR “tem desenvolvido, desde a década de 1980, inúmeras iniciativas culturais e pedagógicas destinadas a todos os segmentos de público, com especial incidência no público infantil e juvenil”.

Com base nos documentos normativos, vão-se elaborando programas com vista à recuperação dos espaços degradados, valorização e reestruturação urbana, ambiental e económica, de modo a tornarem os territórios mais dinâmicos e atractivos. As normativas devem ser vistas como directrizes incontornáveis, pois representam as actuais tendências (necessidades e preocupações) que os países têm de cumprir, de

---

<sup>61</sup> Fonte: <http://www.igespar.pt>, último acesso a 30 de Novembro de 2009.



modo a garantirem a salvaguarda da qualidade de vida. Os programas de intervenção territorial pretendem confirmar que é inegável a importância do património edificado imóvel, pois permite promover e reavivar as memórias que traduzem a identidade de um território.

Incidindo o estudo nos programas de intervenção e considerando como eixo estratégico a protecção do património, no capítulo seguinte será analisada a importância e os impactes resultantes da aplicação do Programa Polis no domínio da protecção do património histórico na cidade de Leiria.

Após esta análise, centrada nas orientações e estratégias de acção para as cidades, pretende-se explicitar a requalificação urbana e outros instrumentos, e ainda sublinhar a importância do património nesses processos. Desta forma vai-se fazer a ligação ao estudo de caso (Leiria) que servirá para aprofundar estas temáticas.

## 5. Leiria, uma posição estratégica no território nacional

*Está a fermosa terra situada  
Numa planície fresca e deleitosa  
A huma rocha íngreme encostada,  
Donde o Castelo a mostra mais fermosa;  
De dous alegres rios rodeada,  
E de fresca verdura graciosa, vales ao redor verdes, sombrios,  
Que cortam mansamente os brandos rios* (ANDRÉ, 2008, p. 107).

### 5.1. Enquadramento histórico e geográfico

Leiria é considerada o “(...) centro de um território com uma unidade geográfica estruturante definida pela bacia hidrográfica do Rio Lis e Lena. De um ponto de vista histórico, essa é, efectivamente, a sua área de influência mais marcante. O papel histórico assumido ao longo dos séculos (...) catapultou a cidade para a função de centro gravitacional de unidades político-administrativas mais vastas (...)”. A sustentação deste território, que assumiu desde cedo importância e relevância, baseava-se na “(...) extracção de minerais e inertes, em ordem a prover o abastecimento de uma rede de mercado altamente especializado na construção urbana de imóveis comuns (casa-rio e mobiliário urbano conexo) ou de grande vulto (castelos, igrejas, mosteiros), bem como para efectivação de uma rede viária organizada e funcional (novos caminhos, novas pontes) que culminava na adequação de antigos portos marítimos a novas estruturas portuárias capazes de sustentar alguns circuitos de exportação de matérias-primas (especialmente madeiras, vasilhames, louças, sal e sal-gema, produtos agrícolas correntes) (...)”. Por um lado, Leiria também ganhou destaque, devido à exploração das madeiras proveniente do Pinhal Real, mais conhecido por Pinhal de Leiria, para a construção de navios na época dos Descobrimentos. E, por outro lado, esta cidade ganhou também importância com a “(...) construção e /ou descoberta de novos engenhos ou sistemas de moagem e pisoagem por força hidráulica (1420/30), à produção de papel<sup>61</sup> (desde 1411) e à própria actividade topográfica (na década de 1490). Estas duas últimas encontravam-se relacionadas com a capacidade financeira da comunidade judaica local para promover os circuitos económicos de investimento e de consumo desses mesmos bens. No caso do papel, por exemplo, procedia-se à sua venda para

<sup>61</sup> Julga-se que o moinho existente em Leiria, para o fabrico de papel, tenha sido o primeiro em Portugal.

mercados “externos” como o de Lisboa (...)” (NERLEI, 2002, pp. 35-39).

Denota-se que o sucesso e importância de Leiria resultavam das actividades económicas praticadas na época, bem como também devido à sua centralidade numa escala regional e nacional. A centralidade da cidade de Leiria favoreceu o desenvolvimento de indústrias diversas, da própria cidade e da sua região. Região essa, que viveu e vive sobretudo do comércio, da agropecuária, da produção de cimentos e da indústria, destacando-se o fabrico de objectos de cerâmica, vidros, plásticos e moldes. A dinâmica industrial de Leiria possui uma vertente interessante na medida em que detém uma forte ligação à actividade industrial muito diversificada mas pouco especializada, e por isso, não se consegue individualizar no espaço como um foco principal na produção de um só bem, ou na oferta de um serviço. Todavia, não se pode esquecer de mencionar, que a construção civil também tem um peso bastante importante para a dinamização e fomento da competitividade e da atractividade da região. No entanto, quando falamos de Leiria, esta unidade geográfica ganha mais expressão no território português, quando é associada à indústria metalúrgica, do vidro (cristalaria) e às indústrias dos plásticos e dos moldes da Marinha Grande (constituindo o Eixo Leiria-Marinha Grande).

Perante este breve retrato territorial, Leiria desde cedo vivenciou experiências relacionadas com o comércio e trocas comerciais num contexto nacional e mundial, que foram fundamentais para o seu desenvolvimento e crescimento.

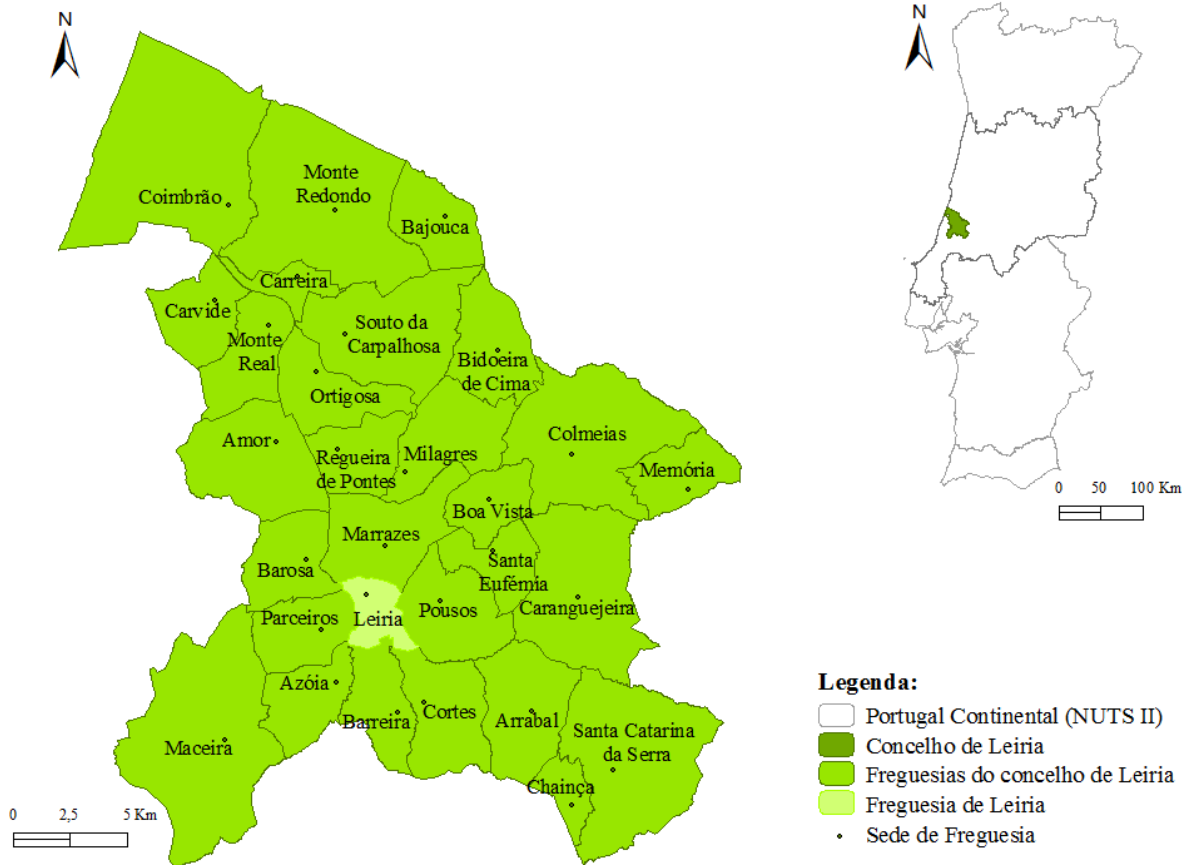
Leiria é sede de concelho e capital de distrito, localiza-se na Região Centro e na sub-região do Pinhal Litoral. O concelho de Leiria tem aproximadamente 568,02 km<sup>2</sup> e regista um quantitativo populacional de cerca de 127.468 habitantes<sup>62</sup>.

O concelho de Leiria está subdividido em vinte e nove freguesias (figura 6), sendo elas: Amor, Arrabal, Azóia, Bajouca, Barosa, Barreira, Bidoeira de Cima, Boa Vista, Caranguejeira, Carreira, Carvide, Chainca, Coimbra, Colmeias, Cortes, Leiria, Maceira, Marrazes, Memória, Milagres, Monte Real, Monte Redondo, Ortigosa, Parceiros, Pousos, Regueira de Pontes, Santa Catarina da Serra, Santa Eufémia e Souto de Carpalhosa. A maior freguesia é Coimbra, seguindo pelas freguesias de Maceira e Monte Redondo.

A cidade de Leiria permanece como principal centro urbano do Pinhal Litoral e da comunidade urbana de Leiria. Como freguesias integrantes na malha urbana de Leiria temos Parceiros, Pousos, Barosa, Barreira, Cortes, Marrazes e Azóia.

---

<sup>62</sup> Os dados de 2011 utilizados nesta parte da dissertação têm como suporte os resultados preliminares dos CENSOS 2011.



Fonte: Elaboração própria.

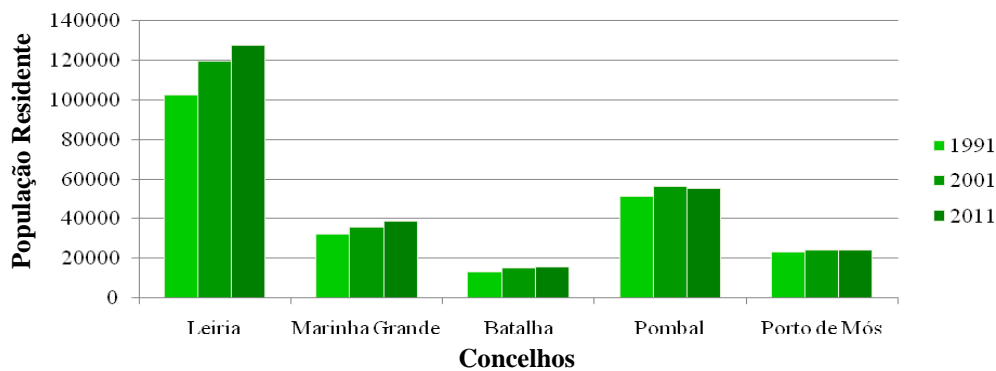
Figura 6 – Enquadramento nacional e regional de Leiria

Relativamente à localização geográfica de Leiria (figura 6), pode dizer-se que esta ocupa uma posição privilegiada e estratégica no contexto do território nacional particularmente no quadro regional, porque se localiza entre o Norte e Sul, ou seja entre as duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Leiria apresenta uma área de influência socioeconómica no que diz respeito às trocas, distribuição e circulação de mercadorias e pessoas. Tal influência resulta das acessibilidades existentes, ou seja Leiria situa-se num eixo de confluência entre as principais vias rodoviárias (A1; A8; A17), pelo itinerário complementar (IC2 – EN1), pelas estradas nacionais (n.º 109 que estabelece a ligação à Figueira da Foz; a estrada n.º 113 que permite a ligação à Marinha Grande e a estrada n.º 242 que liga o concelho de Leiria aos concelhos de Ourém e Tomar) e pela via ferroviária (linha do Oeste, que aparece no Concelho de Leiria como um modo de transporte e comunicação alternativo, mas deficiente).

## 5.2. Dinâmica demográfica

### 5.2.1. Evolução da população residente no Pinhal Litoral

A população é um importante indicador de atracção ou repulsão de um lugar. Deste modo, pretende-se analisar a situação da sub-região do Pinhal Litoral (gráfico 1) de modo a perceber a sua posição no contexto nacional.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 7 – Evolução da população residente no Pinhal Litoral, (1991-2011)

No que diz respeito à evolução da população residente na sub-região do Pinhal Litoral (quadro IV, em anexo) desde 1991 até 2011, houve um aumento de 38.353 habitantes nesta sub-região. Observando o gráfico relativo aos cinco concelhos que integram esta sub-região, de 1991 para 2011, o concelho de Leiria aumentou 24.706 habitantes, Marinha Grande aumentou em 6.393 residentes, Pombal registou um acréscimo de 3.826 pessoas, Batalha aumentou em 2.508 habitantes, seguido por Porto de Mós com mais 921 indivíduos. Através da análise figura 7, conclui-se que o concelho de Leiria tem maior peso nos quantitativos populacionais da sub-região do Pinhal Litoral. Os dados recolhidos em 2011, indicam que Leiria tem um peso de 48,8% na sub-região, seguida pelos concelhos de Pombal com 21,1%, a população de Marinha Grande representa 14,8%, Porto de Mós influencia em 9,3% e Batalha em 6,1%.

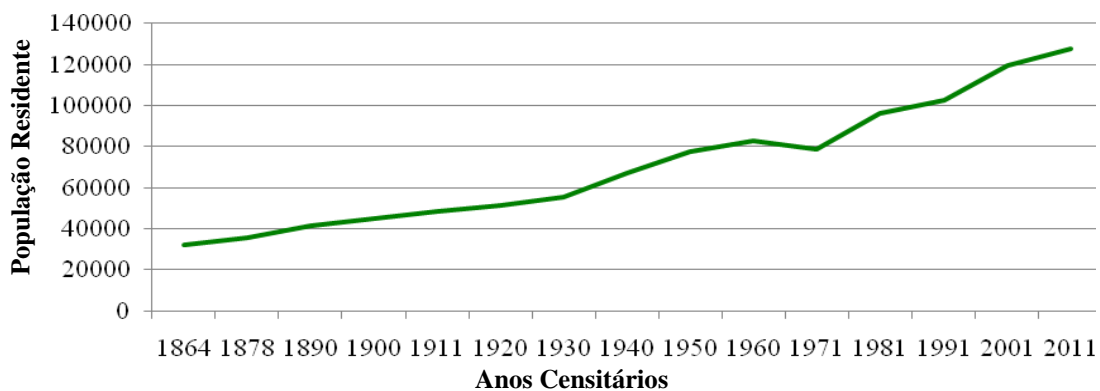
Dos cinco concelhos que integram o Pinhal Litoral, o que registou maior taxa de crescimento de 2001 para 2011 (quadro IV, em anexo) foi Marinha Grande com 8,59% (correspondendo a um aumento de 3.056 habitantes) seguido por Leiria (6,36% que

equivale a um acréscimo populacional de 7.621 residentes) e por Batalha (5,57% que corresponde a um aumento de 835 indivíduos).

O concelho que registou menor variação de população foi Pombal com -1,98%, que, por sua vez, corresponde a um decréscimo de 1.116 habitantes e Porto de Mós com -0,03% equivalendo a menos 8 pessoas. No contexto da NUT II, apesar de se ter verificado um aumento de população de 2001 para 2011 no Pinhal Litoral, a Região Centro registou uma diminuição de 21.371 indivíduos.

### 5.2.2. Evolução da população residente no concelho de Leiria

A evolução da população residente no concelho de Leiria é contínua, com diferentes ritmos e tendências (figura 8 e quadro V, em anexo).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

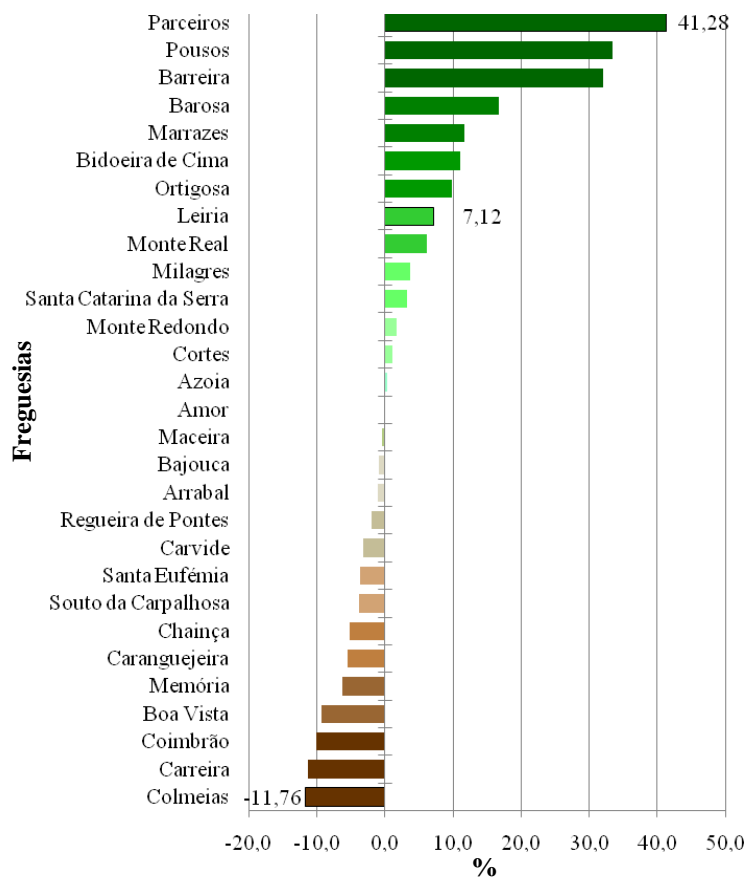
Figura 8 – Evolução da população residente no concelho de Leiria (1864 a 2011)

Desde o primeiro recenseamento da população em 1864 até 1960 houve um aumento populacional no concelho de Leiria que viria a ser contrariado em 1971. O decréscimo populacional verificado entre 1960 e 1971 “(...) poderá ser explicado pelo início de uma dinâmica migratória nacional para Lisboa e para fora do país, que começou a ter maior expressão no início dos anos 60 e pela Guerra Colonial” (CML, 2004, p. 11). A tendência para a diminuição da população foi invertida e, na década de 80, voltou a registar-se um aumento populacional justificado pelo desenvolvimento e expansão da actividade industrial, ligada à produção de vidro, plásticos e dos moldes que atraiu mais população a estas actividades do sector terciário (terciarização da

economia e da população). O concelho de Leiria apresenta uma tendência contínua para o aumento populacional, tal facto resulta do forte investimento verificado no âmbito dos equipamentos de apoio ao ensino, na habitação, nas acessibilidades e na criação de novos postos de trabalho sobretudo no domínio do sector terciário.

### 5.2.3. Variação da população residente nas freguesias de Leiria

Apesar da evolução positiva verificada no concelho de Leiria, esta área exerce grande pressão demográfica sobre as freguesias do concelho (figura 9), particularmente as que se encontram dentro do perímetro urbano.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 9 – Variação da População Residente nas freguesias de Leiria, (2001-2011)

Numa escala mais desagregada ao nível do concelho de Leiria, no que concerne ao comportamento da população residente nas suas freguesias (quadro VI, em anexo) constata-se que as freguesias que cresceram mais nesta última década foram Parceiros,

registando um aumento de 41,28% correspondendo a um total de população residente de 4.668 (aumento de 1364 pessoas em relação a 2001), segue-se a freguesia de Pousos com aumento de 33,48% (equivalendo a um acréscimo de 2.453 habitantes em relação aos dados de 2001, passando a registar um total de 9.779 residentes) e, em terceiro lugar, a freguesia de Barreira com uma taxa de crescimento populacional de 32,08% o que corresponde a um aumento de 1.002 indivíduos (cujo total de população residente é de 4.125 habitantes).

Importa destacar que a freguesia de Leiria registou um aumento de 7,12% que corresponde a um acréscimo de 993 pessoas comparativamente ao ano de 2001.

Quanto às freguesias que registaram menor taxa de variação populacional, a freguesia de Colmeias registou uma taxa de -11,76% (correspondendo a uma perda de 437 pessoas), seguida pela freguesia de Carreira com -11,29% (menos 151 habitantes) e, em terceiro lugar pela freguesia de Coimbrão com menos 194 pessoas (o que corresponde a uma taxa de variação da população de -10,05%).

Apesar dos resultados obtidos, as freguesias mais populosas em 2011 (consultar quadro VI, em anexo), à semelhança dos dados recolhidos nos CENSOS de 2001, são Marrazes com 22.834 habitantes, Leiria com 14.939 residentes e Maceira com 9.930 habitantes.

Em contrapartida, as freguesias que registam menos população em 2011, e também à semelhança dos valores dos CENSOS de 2001, são Chainça com 772 indivíduos, Memória com 830 residentes e Ortigosa, esta última com 1.979 habitantes.

#### **5.2.4. Projecção demográfica**

Embora se verifiquem ao longo dos anos diferentes ritmos de crescimento da população provocados por factores atractivos ou repulsivos, para se poder constatar se a tendência de crescimento se manterá para as freguesias de Leiria, foi realizada uma projecção demográfica (como consta no quadro VII, em anexo) até 2031.

A análise dos valores obtidos na projecção, apresentados no quadro 9, comprova a tendência evolutiva de 2011, ou seja, prevê-se que as freguesias que cresceram mais de 2001 para 2011 continuem a crescer até 2031, bem como as freguesias que registaram menor crescimento populacional e menor taxa de variação populacional se mantenham até ao ano censitário de 2031.



Quadro 9 – Projecção demográfica e variação populacional

Freguesias	Anos Censitários			Variação 2011-2031	Variação em % 2011-2031
	2011	2021	2031		
Amor	4730	4722	4714	-16	-0,34
Arrabal	2690	2661	2633	-57	-2,12
Azóia	2277	2285	2293	16	0,71
Barosa	2155	2516	2937	782	36,28
Barreira	4125	5448	7197	3072	74,46
Boa Vista	1746	1583	1435	-311	-17,82
Caranguejeira	4697	4437	4192	-505	-10,76
Carvide	2821	2732	2646	-175	-6,22
Coimbrão	1736	1562	1405	-331	-19,09
Colmeias	3280	2894	2554	-726	-22,13
Cortes	3066	3100	3135	69	2,26
Leiria	14939	16003	17142	2203	14,75
Maceira	9930	9879	9829	-101	-1,02
Marrazes	22834	25506	28490	5656	24,77
Milagres	3071	3185	3303	232	7,57
Monte Real	2948	3130	3322	374	12,69
Monte Redondo	4409	4484	4561	152	3,44
Ortigosa	1979	2173	2387	408	20,61
Parceiros	4668	6595	9318	4650	99,61
Pousos	9779	13053	17424	7645	78,18
Regueira de Pontes	2218	2174	2131	-87	-3,94
Santa Catarina da Serra	4089	4220	4355	266	6,51
Santa Eufémia	2332	2247	2165	-167	-7,14
Souto da Carpalhosa	3864	3716	3573	-291	-7,52
Bajouca	1996	1977	1959	-37	-1,88
Bidoeira de Cima	2301	2554	2835	534	23,21
Memória	830	778	730	-100	-12,04
Carreira	1186	1052	933	-253	-21,31
Chainça	772	731	693	-79	-10,27
<b>Leiria (concelho)</b>	<b>127468</b>	<b>135574</b>	<b>144195</b>	<b>16727</b>	<b>13,12</b>

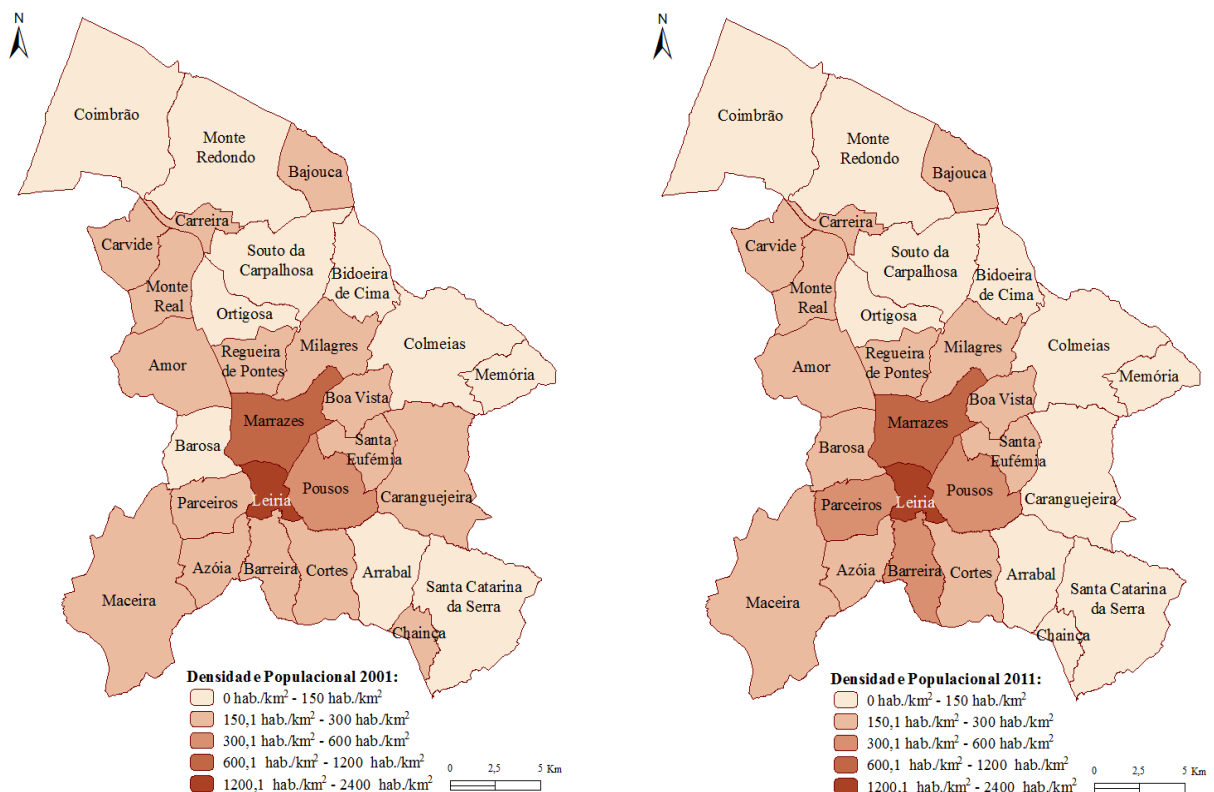
Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

O quadro 9 demonstra que a freguesia de Parceiros continuará a registar um elevado crescimento populacional, prevendo-se que até 2031 atinja uma variação populacional de 99,61% (mais 4.650 indivíduos), seguida por Pousos com 78,18% (mais 7.645 pessoas) e por Barreira, 74,46% (mais 3.072 indivíduos). Quanto à freguesia de Leiria, prevê-se que haja um aumento de 14,75% (aumento de 2.203 habitantes). No que concerne às freguesias onde se registou menor crescimento populacional no ano censitário de 2011, até 2031 a freguesia de Colmeias continua a registar a menor taxa de variação (-22,13%, correspondendo a menos 726 residentes),

Carreira (-21,31%, ou seja, um decréscimo de 253 habitantes) e Coimbrão (-19,09%, uma diminuição de 331 indivíduos).

### 5.2.5. Densidade populacional nas freguesias do concelho de Leiria

É evidente que a população evolui no tempo e no espaço. No que concerne à distribuição da população residente por superfície (habitantes por  $\text{km}^2$  – hab./ $\text{km}^2$ ), constata-se que existe uma desigual repartição pelas freguesias de Leiria (figura 10).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 10 – Densidade populacional nas freguesias de Leiria (2001-2011)

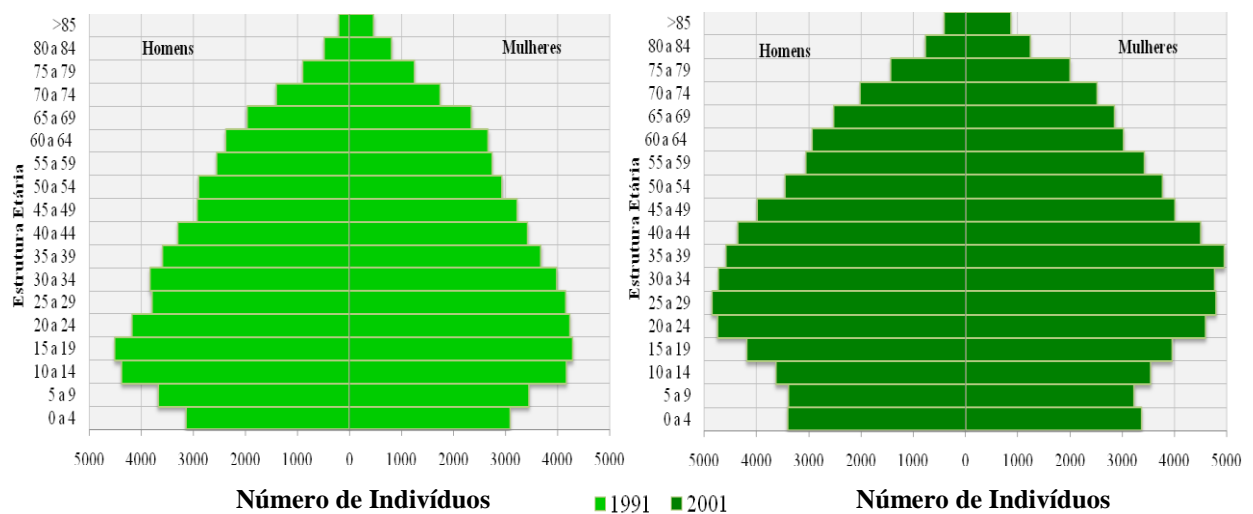
Analisando e comparando as duas imagens que constituem a figura 10, conclui-se que a freguesia de Leiria possui uma elevada densidade populacional (quadro VIII, em anexo), em 2001 e 2011 (com 2.162,2 e 2.316,1 hab./ $\text{km}^2$ , respectivamente), bem como Marrazes (freguesia com maior quantitativo populacional) com uma densidade populacional de 1066,4 hab./ $\text{km}^2$  em 2001 e 1191,1 hab./ $\text{km}^2$  em 2011. Além destas, Pousos também regista uma elevada densidade populacional, com 437,6 hab./ $\text{km}^2$  em

2001 e 584,2 hab./km<sup>2</sup> em 2011, seguido por Parceiros (freguesia com maior variação populacional entre 2001/2011) com 272,8 e 385,5 hab./km<sup>2</sup> nos anos de 2001 e 2011, respectivamente. As freguesias apresentadas coincidem com as áreas com maior quantitativo populacional, no concelho de Leiria. Tal facto, resulta da difusão e pressão do espaço urbano, sobretudo para as freguesias que beneficiam de boas acessibilidades.

Em contrapartida, Coimbrão (terceira freguesia com reduzida taxa de variação no crescimento da população) e Memória (segunda freguesia com menos população do concelho) correspondem às freguesias que registam menor densidade populacional com 35,8/32,2 hab./km<sup>2</sup> e 79,4/74,4 hab./km<sup>2</sup>, respectivamente para os anos de 2001 e 2011.

### 5.2.6. Pirâmides etárias do concelho de Leiria

As tendências de crescimento, de variação e distribuição populacional vão conduzindo sucessivamente a mudanças na estrutura etária da população nos diferentes territórios. Tais comportamentos podem observar-se nas pirâmides etárias (figura 11)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

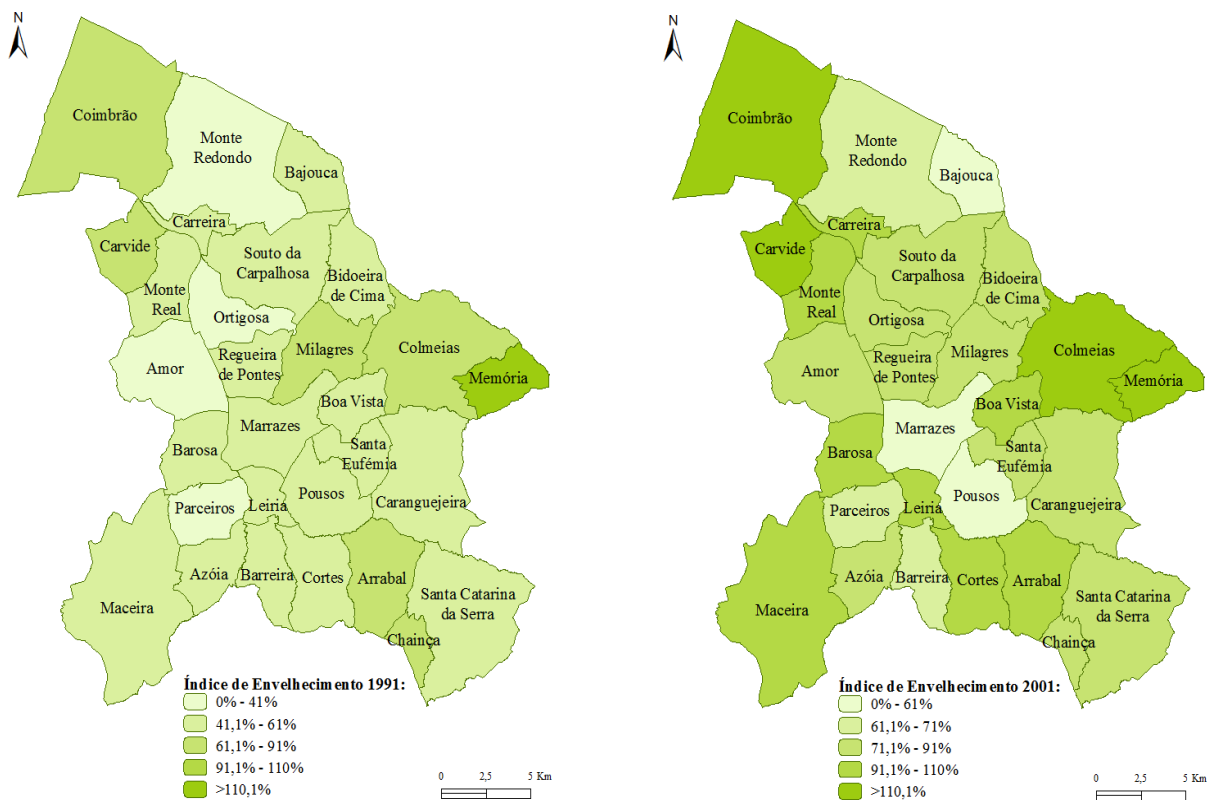
Figura 11 – Pirâmide etária do concelho de Leiria, (1991- 2001)

O concelho de Leiria caracteriza-se por uma sociedade onde predomina a população adulta (15-64 anos). Observando a base das pirâmides etárias de 1991 para 2001 houve uma ligeira diminuição da população jovem (0-14 anos) (quadro IX, X e XI, em anexo). No que diz respeito ao número de idosos (a partir dos 65 anos) conclui-se que tem vindo a aumentar, reflectindo-se uma tendência para o envelhecimento da

população, característico dos países ocidentais e desenvolvidos, dada a diminuição da mortalidade e o aumento da esperança média de vida. Este aumento é evidente, pois o topo da pirâmide alargou, e essa evidência é mais esclarecedora na população de género feminino. Observando a base da pirâmide (classe etária dos 0-4 anos de idade) referente ao ano de 2001 denota-se um ligeiro aumento de indivíduos. Este ligeiro aumento da natalidade deve-se à situação socioeconómica e à expansão urbana verificada nesta área de forte dinamismo, contribuindo para uma maior polarização da população jovem em idade fértil e activa. Deste modo, torna-se possível começar a inverter, mas com pouca expressão, o índice de fecundidade e a estrutura etária da população, bem como contribuir para o rejuvenescimento da população.

### 5.2.7. Índice de envelhecimento nas freguesias de Leiria

A tendência para o envelhecimento resulta da melhoria das condições de vida (habitação, alimentação e saúde). Neste sentido, pretende-se analisar a evolução do índice de envelhecimento (quadro XII, em anexo) nas freguesias de Leiria (figura 12).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 12 – Índice de envelhecimento em Leiria, por freguesia (1991-2001)

Considerando os valores das freguesias da área de estudo, pode constatar-se que em 1991 a freguesia de Memória apresentava índices de envelhecimento superiores aos das restantes freguesias, registando 166,2 %, seguindo-lhe a freguesia de Colmeias com 87,9 % e a freguesia de Coimbra com 77,6%. Todavia, as freguesias que apresentavam um menor índice de envelhecimento eram as freguesias de Parceiros (37,2%), Amor (39%) e Ortigosa (40,6%).

Relativamente aos valores de 2001, mais uma vez, a freguesia de Memória continua a apresentar os valores de índice de envelhecimento mais elevados, com 264,5%. Seguidamente a esta freguesia, e com um índice de envelhecimento também elevado, surgem as freguesias de Colmeias com 126,1% e Carvide com 116,9%. Em contrapartida, as freguesias que apresentam um menor índice de envelhecimento são Marrazes com 54,1%, Bajouca (58,4%) e Pousos (60,6%).

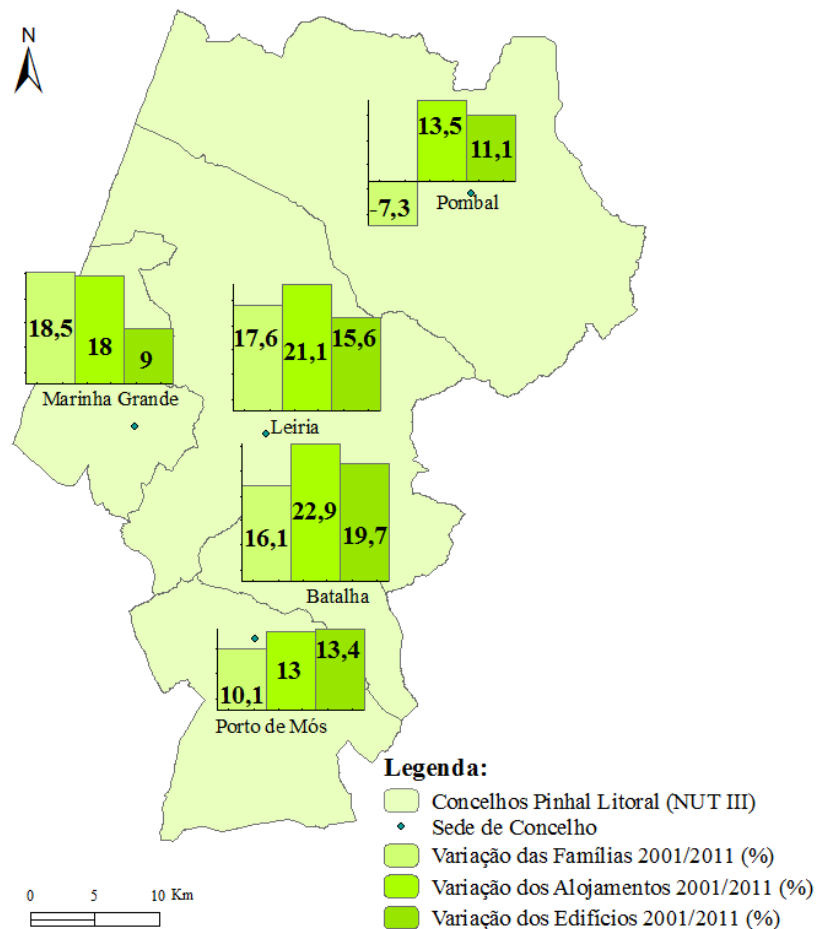
Após a análise da evolução do índice de envelhecimento das freguesias pode concluir-se que houve um aumento dos valores de 1991 para 2001, logo esta dinâmica traduz uma tendência para o crescente envelhecimento da população. Quanto ao concelho de Leiria, o índice de envelhecimento em 1991 era de 52,9% e, em 2001, passou para 80,8%. Perante esta situação, verifica-se uma variação média de 61,8%, nas freguesias da área em estudo de 1991 para 2001. Esta situação deve-se a uma maior facilidade no acesso a medicamentos, a consultas, a tratamentos e a postos de saúde que permitem prolongar a vida dos idosos. O elevado índice de envelhecimento pode ainda resultar de um outro factor: o da redução da natalidade. Esta crescente tendência para o envelhecimento pode ainda resultar dos elevados fluxos migratórios (internos e externos), ocorridos na área em análise.

Após a análise da dinâmica demográfica, conclui-se que o concelho de Leiria se caracteriza com um povoamento difuso e díspar. Salientam-se as freguesias de Marrazes e Leiria como sendo as mais populosas e com maior densidade populacional no ano de 2011, as freguesias de Parceiros e Pousos representam as áreas com maior taxa de crescimento (quanto a 2011) e Pousos e Monte Redondo registam os valores mais reduzidos no que concerne ao indicador índice de envelhecimento em 2001.

A Chainça e Memória evidenciam-se como as freguesias com menos população (em 2011), Colmeias e Carreira são as freguesias com menor taxa de crescimento populacional (relativamente ao ano de 2011), Memória e Colmeias destacam-se por registarem o maior índice de envelhecimento (em 2001) e Coimbra e Memória registam os valores mais reduzidos de densidade populacional em 2011.

### 5.2.8. Variação das famílias, alojamentos e edifícios

Segundo a projecção apresentada para as freguesias e para o concelho de Leiria até 2031 (quadro 9), a população continuará a crescer e a exercer grande pressão no que se refere à procura e oferta de construções destinadas, sobretudo, à função residencial. Neste sentido, para perceber a dinâmica da área em estudo em termos de povoamento e habitação, consideram-se as unidades estatísticas: famílias, alojamentos e edifícios (quadro XIII, em anexo) para os concelhos do Pinhal Litoral (figura 13).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 13 – Variação das famílias, alojamentos e edifícios no Pinhal Litoral (2001/2011)

Perante a análise da figura 13, conclui-se que tem havido uma variação positiva no número de famílias, alojamentos e edifícios no Pinhal Litoral. Quer dizer-se com isto que os valores apresentados confirmam o ritmo de crescimento da área em estudo. Porém, no caso do concelho de Pombal, denota-se que a evolução do número de

famílias não acompanha o aumento habitacional (alojamentos e edifícios), ou seja, de 2001 para 2011 houve uma variação de crescimento de -7,3% que corresponde a uma perda de 1.680 famílias enquanto a variação de alojamentos e edifícios registou uma variação de 13,5% (aumento de 4.069) e 11,1% (aumento de 2.989), respectivamente.

### 5.2.9. Evolução da dinâmica urbana de Leiria

Com base nos elementos e unidades estatísticas apresentados anteriormente e de forma a analisar a realidade da malha urbana de Leiria, segue-se uma descrição da realidade existente na malha urbana afectada à investigação (quadro 10).

Quadro 10 – Dinâmica urbana de Leiria em 2001

	Leiria
Áreas Km <sup>2</sup>	39,37
População residente	42.745
Famílias	15.821
Alojamentos	21.354
Taxa de crescimento populacional 1991-2001 (%)	33,21
Densidade Populacional (hab./km <sup>2</sup> )	1.085,70
Densidade Alojamentos	542,4

Fonte: Atlas das cidades de Portugal, 2004, p. 126.

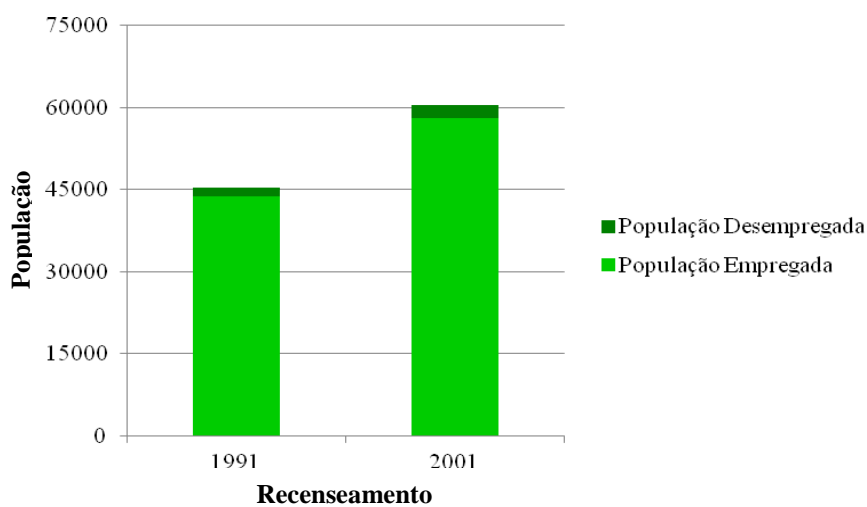
Segundo os últimos dados publicados em 2004, no Atlas das cidades de Portugal, a população residente na malha urbana de Leiria era de 42.745 habitantes, abrangendo uma área total de 39,37km<sup>2</sup>.

Parceiros, Pousos, Barreira, Barosa e Marrazes (freguesia mais populosa do concelho de Leiria) são as freguesias que registaram maior variação no crescimento da população de 2001 para 2011, e, como já foi mencionado, possuem parte da sua área geográfica nos limites urbanos de Leiria. Além destas freguesias, acrescentam-se ainda Cortes e Azóia que tiveram um crescimento mais tímido de 1,12% e 0,35%, respectivamente, não deixando de contribuir para o quantitativo populacional do espaço urbano de Leiria.

### 5.3. Dinâmica económica

#### 5.3.1. População activa no concelho de Leiria

As actividades económicas possuem enorme importância para um território uma vez que fomentam o crescimento, geram riqueza e contribuem para a fixação de população. A criação de (novos) postos de trabalhos é fundamental, pois confere maior dinâmica empresarial e permite recrutar e valorizar os potenciais recursos humanos (figura 14).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 14 – População activa no concelho de Leiria (1991-2001)

O facto de Leiria possuir centralidade geográfica, ser sede de distrito e concelho, ter boas acessibilidades e elementos favoráveis à formação de profissionais, caracteriza-se por uma base sólida e atractiva no domínio da empregabilidade. A figura 14 reflecte e acompanha a dinâmica demográfica do concelho de Leiria. Deste modo, verifica-se que o conjunto de população empregada de 1991 para 2001 aumentou em 14.334 activos. No que concerne à população desempregada houve um aumento de 617 activos, no período evidenciado anteriormente.

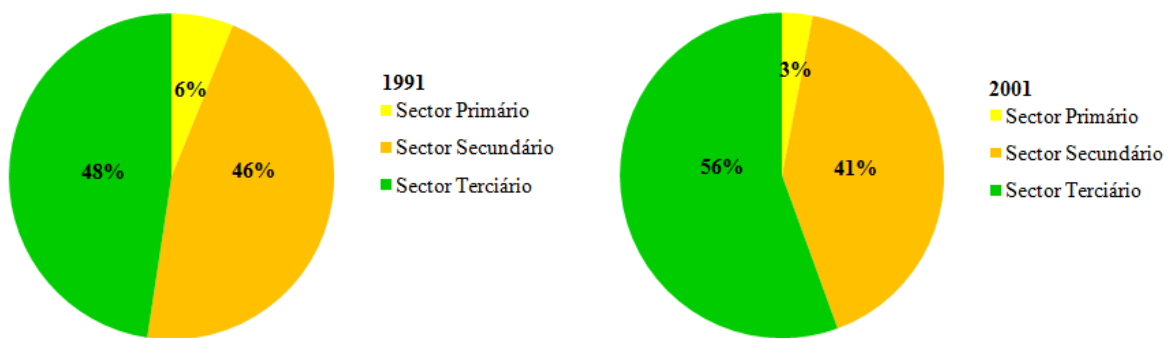
Apesar dos dados não reflectirem a actual tendência da economia portuguesa (aumento da insolvência de empresas e aumento do desemprego), Leiria demonstra ser um concelho que se tenta individualizar e polarizar população e activos. Neste sentido, Leiria tem demonstrado uma dinâmica emergente no que diz respeito ao



empreendedorismo contribuindo para a existência de postos de emprego tal como nos restantes concelhos que integram o Pinhal Litoral e Região Centro (quadro XIV e XV, em anexo). Quanto à variação de população activa (1991-2001), Leiria é o concelho da NUT III que regista um ritmo de crescimento elevado de activos (14.951), seguida pelos concelhos de Pombal e Marinha Grande com um crescimento moderado de 4.850 e 2.925 activos, respectivamente. Nos concelhos de Batalha e Porto de Mós, verificou-se uma variação reduzida em termos de activos (aumento de 1.478 e 1.416 activos, respectivamente).

### 5.3.2. População empregada por sectores de actividade

As tendências territoriais e socioeconómicas vão incutindo diferentes realidades no número de população activa. A estrutura da população activa assume diferentes configurações segundo os sectores de actividade (figura 15).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Figura 15 – Distribuição da população empregada no concelho de Leiria (1991-2001)

Observando a figura 15, constata-se que, de 1991 para 2001, a população a exercer actividade no sector primário passou de 6,2% para 3,1%, correspondendo a uma perda de 920 activos. No que diz respeito ao sector secundário em 1991, a percentagem de população empregada era de 46,3% enquanto em 2001 era 41,4%. Apesar da diminuição do valor percentual, quando analisados os valores absolutos (quadro XVI, em anexo), verifica-se que o total de população no sector secundário aumentou em 3.787 indivíduos. Tal facto resulta do maior peso que o sector terciário possui e da diminuição da população empregada no sector primário. Deste modo, em 1991 registou-

se um total de 20.864 habitantes empregados (46,6%) e, em 2001, 32.331 indivíduos empregados (correspondendo a 55,6%).

Quanto ao sector terciário, tem-se verificado uma tendência contínua para a terciarização da economia, comprovando-se o aumento do número de população activa de 1991 para 2001 (20.864 e 32.331, respectivamente).

## 6. Programa Polis em Leiria

Leiria ficou reconhecida pela ligação ao Rei D. Dinis e ao Pinhal de Leiria (mandado semear por este monarca). Porém a imagem de Leiria também está associada ao castelo, mandado erguer por D. Afonso Henriques (no século XII), e ao rio Lis.

Entre o castelo e o rio, nasceu e desenvolveu-se a cidade de Leiria. E é o rio Lis que serve de mote ao Programa Polis (“devolver o rio Lis a Leiria”) (CORREIA, 2007, p. 9), que pretende desenvolver nas cidades a atractividade e a competitividade através de intervenções urbanísticas e ambientais.

A área de intervenção do Programa Polis compreende o centro histórico de Leiria e os espaços envolventes ao rio Lis. O centro histórico de Leiria, corresponde à área que se desenvolveu desde o castelo (vínculo à função defensiva) até ao rio (maioritariamente na margem esquerda), ou seja, trata-se de um espaço urbano antigo, densamente ocupado e caracterizado por ruas estreitas, tortuosas e sem saída. Os edifícios nesta área destacam-se pela sua regularidade em termos estéticos e morfologia, conferindo uma malha urbana irregular, típica das cidades ligadas ao tempo medieval.

É evidente que a expansão da cidade de Leiria fez-se ao longo do percurso natural do rio. Porém, nos finais do século XX, constatou-se que “(...) o rio Lis foi perdendo o estatuto de linha de água estruturante para o desenvolvimento morfológico e económico da cidade através de um abandono geral e até de um desrespeito das suas características como elemento natural. (...) No final do século passado, a cidade cresceu de “costas voltadas” para o seu rio” (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 23).

Com a passagem para o século XXI, com o agudizar das preocupações ambientais e com a necessidade sentida em solucionar os problemas urbanos, começou a surgir um novo paradigma de organização do espaço urbano que se diz ser sustentável, gerando intervenções que promovem a coerência entre o urbano e o ambiente.

Em virtude dos problemas urbanos verificados no centro histórico de Leiria, actualmente esta área está a ser alvo de um processo de requalificação que tem por objectivo melhorar a qualidade ambiental, bem como a própria organização do espaço urbano mais antigo da cidade, onde a função habitacional entrou em declínio dada a decadência das condições de habitabilidade. À semelhança do Programa Polis que veio dar novo alento à organização da área urbana, o PALOR (que significa Programa de Acção Local para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Leiria – 2009/2011) “(...) contempla um conjunto de actividades integradas de valorização de áreas de

excelência urbana, nomeadamente do centro histórico e da frente ribeirinha do Rio Lis (...)” (CML, 2011, p. 9). Em ambos os programas é patente uma preocupação em requalificar os espaços públicos que são utilizados diariamente pelos residentes, população que aí se desloca diariamente para trabalhar, mera população que se encontra de passagem ou turistas.

No caso específico do Programa Polis em Leiria, este “(...) assentou na criação de novos espaços públicos e na requalificação dos já existentes. Entende-se por “devolver o rio” permitir que a população usufrua dele e dos espaços públicos com a qualidade que lhes é merecida retribuindo a importância, que desde sempre lhes foi devida” (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 17). Este programa permitiu a criação de espaços verdes ao longo do espaço urbano sabendo que proporcionam uma melhoria na qualidade ambiental, bem como a construção de percursos pedonais e cicláveis. Por outro lado, apoiou intervenções na vertente de lazer e de recreio nas áreas adjacentes ao rio e, deste modo, revalorizar o rio e a paisagem urbana. O “contacto” entre a população e o rio veio conceder à cidade maior vitalidade, mais harmonia, segurança, conforto e beleza e que, de forma excepcional tornaram a cidade mais digna, encantadora, atractiva, competitiva e funcional.

O Programa Polis contribuiu para a afirmação de Leiria no contexto regional e nacional, “(...) reforçando a sua posição na região em que se insere, promovendo as suas multifuncionalidade e competitividade e criando condições para a afirmação de novas centralidades” (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 17).

De modo a afirmar a competitividade de Leiria, o Programa Polis foi objecto de estudo, do qual resultou um Plano Estratégico (elaborado em 2000), que tinha como objectivo redesenhar a cidade de modo a “aproximar” a cidade ao rio Lis. Neste Plano Estratégico foram delimitados quatro objectivos<sup>1</sup> que pretendiam:

- Promover uma requalificação urbana efectiva orientada para a resolução das funcionalidades numa articulação positiva entre a cidade e o rio Lis repensando o papel da área de intervenção como parte da cidade e como catalisador de uma requalificação urbana mais extensa;
- Potenciar os valores fundamentais identificados nas valências histórica e ambiental, orientando a determinação de vocações colectivamente aceites e dirigindo as acções no sentido de conquistar uma população jovem de grande autonomia e

---

<sup>1</sup> Fonte: SOCIEDADE LEIRIAPOLIS (2007, p. 17).

mobilidade;

- Recuperar o rio Lis nas suas características qualitativas como elemento natural único permitindo a sua integração na vivência urbana como elemento lúdico, estruturante e de referência;
- Promover a imagem de Leiria através da renovada situação exemplar e diferenciada de valorização ambiental e requalificação urbana.

Como foi referido anteriormente (quadro 6), para a execução do programa de cidades (POLIS), foi necessário elaborar instrumentos de gestão para alcançar a correcta intervenção e gestão dos recursos e potencialidades do território. Neste sentido, foram elaborados quatro planos de pormenor (figura VI, em anexo) a fim de materializar os objectivos e onde se “(...) desenvolve e concretiza propostas de organização espacial, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infraestruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores” (MAOT e POLIS, 2000, p. 60). Numa perspectiva mais detalhada a cada plano de pormenor, foram delimitadas áreas de intervenção (quadro 11), “seis referentes aos Planos de Pormenor de Valorização e Requalificação do “Sistema Rio” e uma referente ao Plano de Pormenor da Zona Histórica” (MAOT e POLIS, 2000, p. 50).

Quadro 11 – Planos de Pormenor do Polis em Leiria e respectivas áreas de intervenção

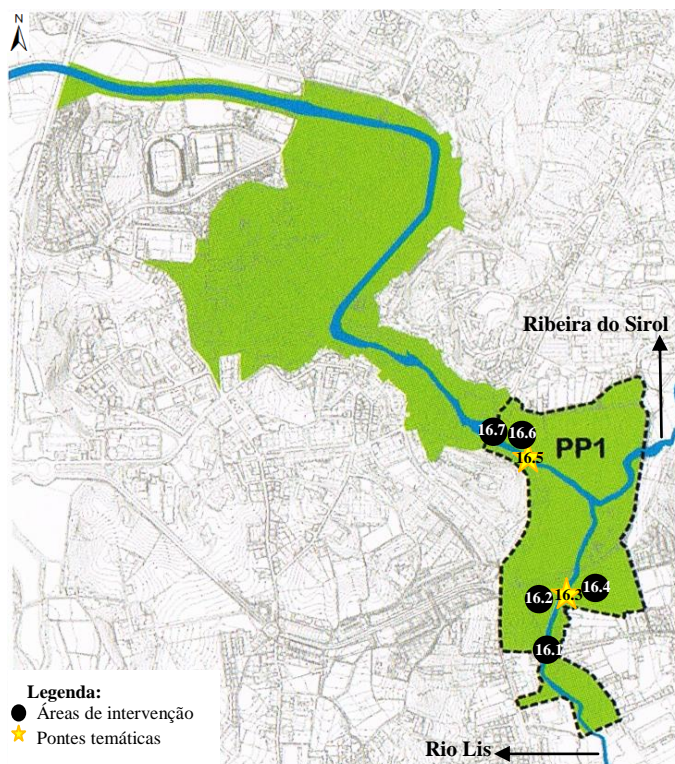
Plano de Pormenor	Áreas de Intervenção
S. Romão/Olhalvas “Sistema Rio” (43,1 ha)	“Zona” 1 – São Romão; “Zona” 2 – Quinta da Fábrica.
St.º Agostinho “Sistema Rio” (14,2 ha)	“Zona” 3 – Ponte dos Caniços/Ponte Hintze Ribeiro/ Ponte Eng.º Afonso Zúquete.
Leiria Centro “Sistema Rio” (28,9 ha)	“Zona” 4 – Jardins/Marachão; “Zona” 5 – Ponte Sá Carneiro/Ponte do Arrabalde; “Zona” 6 – Ponte do Arrabalde/EN1 (IC2).
Centro Histórico (38,2 ha)	“Zona” 7 – Zona Histórica.

Fonte: Adaptado de MAOT e POLIS, 2000, p. 50.

Durante o tempo de intervenção (2003-2008) foram evidentes as alterações na paisagem e na estrutura da cidade relativamente as áreas afectas abrangidas pelos planos de pormenor.

## 6.1. Plano de Pormenor de S.Romão/Olhalvas (PP1)

O Plano de Pormenor S. Romão/Olhalvas (figura 16) corresponde à área de mais periférica do espaço urbano de Leiria, de recente ocupação e onde ocorre a confluência da ribeira do Sirol com o rio Lis. O PP1 é constituído por duas “zonas” de intervenção, compreendendo a área envolvente ao rio Lis, desde a Ponte de São Romão até à Ponte dos Caniços. Ao longo desta área procedeu-se à limpeza do leito do rio Lis, tratamento das margens e dos espaços adjacentes ao rio incluindo a área envolvente à estação de tratamento de águas residuais (ETAR), criação de espaços verdes e arranjo dos já existentes, pavimentação, instalação de mobiliário urbano, iluminação e passadiços, criação de espaços desportivos, de recreio e de estada e construção de pontes temáticas, túnel sob a variante sul e parques de estacionamento. De modo a facilitar a deslocação da população a estas áreas teve ainda que se proceder à reformulação dos acessos rodoviários.



Legenda:

- 16.1 – Ponte de São Romão;
- 16.2 – Parque radical;
- 16.3 – Ponte sofá;
- 16.4 – Parque desportivo Dr. Rui Garcia da Fonseca (Clube de Ténis de Leiria);
- 16.5 – Ponte Piquenique;
- 16.6 – Parque Infantil dos Caniços;
- 16.7 – Ponte dos Caniços.

Fonte: Adaptado de SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 27.

Figura 16 – Plano de Pormenor de S. Romão/Olhalvas

A “zona” 1 – São Romão, compreende a área envolvente ao rio Lis, que se localiza desde a Ponte de São Romão até ao viaduto da ponte da variante sul. Quanto às

obras mais relevantes na “zona” 1 destacam-se a criação de um percurso ciclo-pedonal que aproxima o contacto da população com o rio e facilita o acesso da população ao centro da cidade, remodelação da Ponte de São Romão (16.1), construção um parque radical (16.2), requalificação das margens e espaços envolventes ao rio e a criação de espaços verdes, de estada e de lazer na margem direita e esquerda do rio Lis bem como a construção de uma ponte temática (16.3) que estabelece a ligação entre as margens. A intervenção Polis permitiu ainda a construção de um equipamento desportivo para a prática de ténis (16.4), a construção de parques de estacionamento nas áreas adjacentes ao campo de ténis de Leiria e ao parque radical.



A “zona” 2 – Quinta da Fábrica, contempla as áreas localizadas entre a variante sul e a Ponte dos Caniços. É neste espaço periférico à cidade de Leiria que se verifica a confluência entre a ribeira do Sirol e o rio Lis. Ao longo desta área deu-se continuidade ao percurso pedonal e ciclável bem como foram requalificadas as margens e áreas envolventes ao rio (inclusive a área inerente à ETAR) e foi construída uma ponte temática que dá pelo nome de Ponte Piquenique (16.5), que estabelece a ligação entre as margens do rio. Nesta área foram criadas áreas de estada e uma área de recreio, o

Parque Infantil dos Caniços (16.6) que se encontra próximo de áreas habitacionais. Uma das obras resultantes do Programa Polis foi a construção da nova Ponte dos Caniços (16.7) contribuindo para o melhoramento do comportamento hidráulico do rio Lis bem como foi garantida a passagem pedonal sobre a ponte.



## 6.2. Plano de Pormenor de St.º Agostinho (PP2)

O Plano de Pormenor de St.º Agostinho (figura 17) diz respeito a uma das áreas da cidade de “(...) ocupação mais antiga, que remonta ao século XVII, época do estabelecimento das unidades moageiras na margem direita do rio Lis (...)” e de ocupação religiosa dada a existência do Convento de Santo Agostinho (MAOT e POLIS, 2000, p. 51). O PP2 considera a área a jusante da Ponte dos Caniços até à Ponte Eng.º Afonso Zúquete. Nesta área foram criados espaços ajardinados e arborizados, foram requalificadas as margens e os espaços envolventes ao rio, procedeu-se à limpeza do leito do rio, instalação de sinalética, iluminação, mobiliário urbano e construção de passadiços. Além das intervenções mencionadas, deu-se continuidade ao circuito ciclo-pedonal e foi reestruturada a circulação viária. Tendo em conta a história da cidade de



Leiria, nesta área de intervenção foi adquirido pela Câmara Municipal de Leiria (CML) o Moinho de Papel o qual estabelece uma ligação com o passado e a antiga Casa Mortuária deu lugar ao CIA (Centro de Interpretação Ambiental). Os espaços referentes ao Jardim e envolvente ao Convento de Santo Agostinho e às actuais instalações da Cruz Vermelha foram requalificados e à semelhança das “zonas” 1 e 2, estabeleceu-se a ligação entre as margens do rio instalando pontes temáticas. Além das empreitadas mencionadas, foram ainda recuperadas e reformuladas as Ponte Hintze Ribeiro e Eng.º Afonso Zúquete bem como foi refeita a sua iluminação.

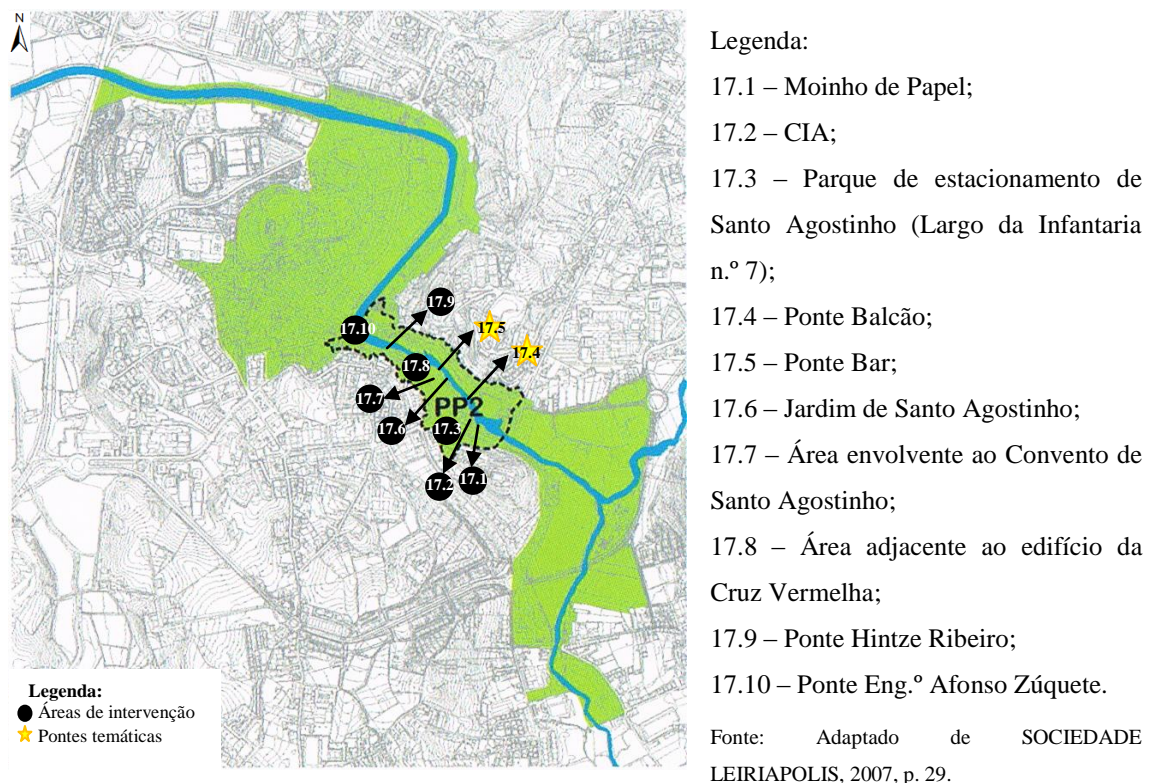
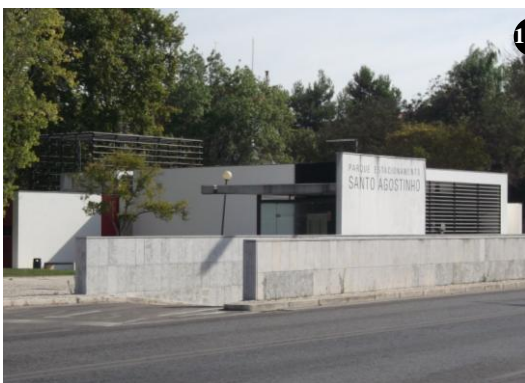
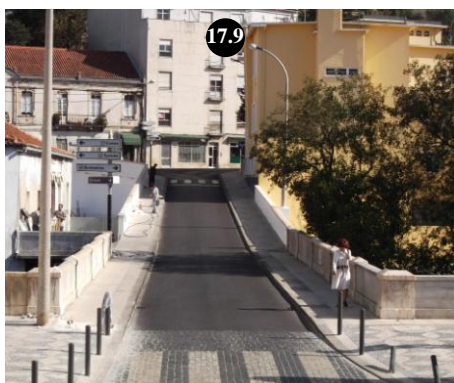
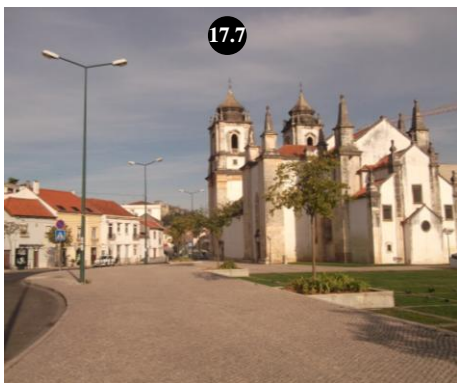


Figura 17 – Plano de Pormenor de St.º Agostinho

A ligação com o passado é fundamental nas sociedades permitindo a consolidação de uma identidade. Deste modo na “zona” 3 – Ponte dos Caniços/Ponte Hintze Ribeiro/ Ponte Eng.º Afonso Zúquete, o Moinho de Papel (17.1), existente na margem esquerda do rio Lis foi recuperado e reconvertido em espaço musealizado, dando vitalidade a uma área até então inóspita da cidade. Um elemento comum a todas as intervenções Polis é o CMIA (Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental) e que no caso excepcional de Leiria é designado de CIA (17.2). O local escolhido para a instalação deste equipamento foi o Jardim de Santo Agostinho, para tal tiveram que realizar obras de

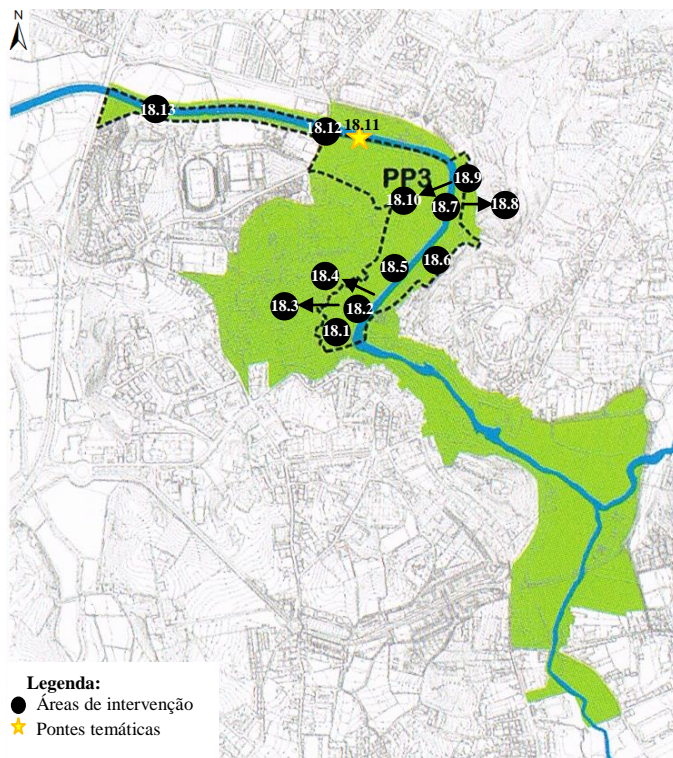
reconversão, na antiga Casa Mortuária (actualmente situada na Rua de Santo António, junto ao cemitério de Leiria), a fim de criar as condições e espaços adequados às acções de educação e formação ambiental. Nos objectivos para a “zona” 3 definiu-se que deveria ser feita uma reformulação da circulação viária, neste sentido foi construído um parque de estacionamento subterrâneo no Largo da Infantaria N.º7 (17.3). A fim de tirar benefícios das potencialidades ambientais, foram colocadas clarabóias na área à superfície do parque subterrâneo de modo a fornecer luz natural para o seu interior minimizando a necessidade de utilizar a luz eléctrica. Outras das intervenções relevantes nesta área foram a ligação das margens do rio mediante a instalação de duas pontes temáticas, a Ponte Balcão (17.4) e a Ponte Bar (17.5) bem como se procedeu à requalificação do Jardim de Santo Agostinho (17.6) e do espaço envolvente ao Convento de Santo Agostinho (17.7) e às actuais instalações da Cruz Vermelha (17.8). Quanto às Pontes Hintze Ribeiro (17.9) e Ponte Eng.º Afonso Zúquete (17.10) a primeira sofreu um processo de limpeza dos muros e foram colocadas floreiras e de foram recuperadas e melhoradas as condições pedonais de modo a garantir a segurança dos peões.





### 6.3. Plano de Pormenor de Leiria Centro (PP3)

O Plano de Pormenor de Leiria Centro (figura 18) foca-se numa área central da que dinamiza a cidade e exerce pressão sobre o espaço envolvente. O PP3 integra três “zonas”. O PP3 é limitado a partir da Ponte Eng.º Afonso Zúquete até à Almoinha Grande. Tal como nos PP1 e PP2, no PP3 verificou-se a continuidade do percurso ciclo-pedonal ao longo do rio até à área junto do estádio municipal e estabeleceu-se a ligação pedonal entre as áreas ribeirinhas e o centro histórico da cidade. Além disso, também se procedeu ao tratamento das margens e dos muros do rio, criação de espaços verdes e de áreas arborizadas, instalação de iluminação, pavimentação, colocação de sinalética, mobiliário urbano e colocação de dois cais flutuantes. Verificaram-se obras de requalificação urbana no “rossio” de Leiria (desde o posto de Turismo até ao terminal rodoviário), foi construída a Ponte-Açude e reconstruído o Açude da Fonte Quente. A jusante da Ponte Sá Carneiro instalou-se uma ponte temática, requalificou-se e alargou-se a Ponte do Arrabalde de modo a permitir a criação de passagens laterais e ainda se construiu uma infra-estrutura de apoio a actividades náuticas e lúdicas e à satisfação de necessidades básicas junto ao estádio municipal de Leiria.



Legenda:

- 18.1 – Praça Goa, Damão e Diu e parque de estacionamento;
- 18.2 – Jardim Luís de Camões;
- 18.3 – Largo 5 de Outubro de 1910;
- 18.4 – Marachão;
- 18.5 – Praça Paulo VI;
- 18.6 – Parque da Cidade;
- 18.7 – Ponte-Açude;
- 18.8 – Açude da Fonte Quente;
- 18.9 – Parque de estacionamento da Fonte Quente;
- 18.10 – Restauração da Fonte Quente;
- 18.11 – Ponte Parque Infantil;
- 18.12 – Ponte do Arrabalde;
- 18.13 – Margens do rio Lis desde a Ponte

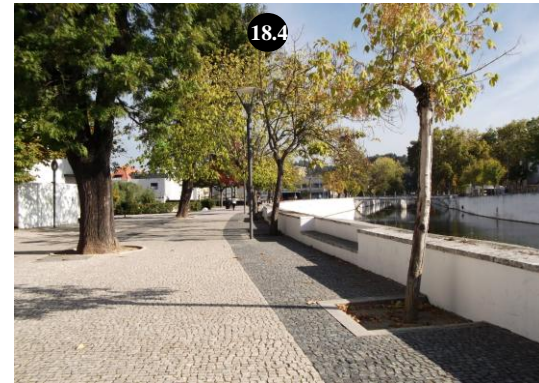
Fonte: Adaptado de SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 31. do Arrabalde até à Almoinha Grande.

Figura 18 – Plano de Pormenor Leiria Centro

A “zona” 4 – Jardins/Marachão, localiza-se desde a Ponte Eng.º Afonso Zúquete até à Ponte Sá Carneiro. Trata-se de uma “(...) zona que, a partir do século XVI, se constitui como o “rossio” da cidade de Leiria, no contacto permanente e sempre mutável com o curso e as margens do Rio Lis” (MAOT e POLIS, 2000, p. 51). Nesta área de intervenção reformulou-se e requalificou-se a Praça Goa Damão e Diu (Fonte Luminosa) (18.1), o Jardim de Camões (18.2), o Largo 5 de Outubro de 1910 (18.3), a Praça Paulo VI (18.5) e o Parque da Cidade (Parque Jardim Tenente Coronel Jaime Filipe da Fonseca) (18.6). É de salientar que se deu continuidade ao percurso pedonal e ciclável, ao longo da frente ribeirinha, estabelecendo a ligação ao centro da cidade através do Marachão (Alameda Afonso Lopes Vieira) (18.4), “sofrendo” deste modo obras de arranjo paisagístico. Ainda no que concerne a empreitadas relevantes é de destacar a construção da Ponte-Açude (18.7) próxima à Fonte Quente e a reconstrução do Açude da Fonte Quente (18.8) que trouxe benefícios para o rio, permitindo que se realizassem actividades náuticas e lúdicas através da regulação do caudal do rio. Um exemplo evidente desta intervenção foi a instalação de um cais flutuante, aproximando e permitindo o contacto e o acesso ao rio.

Relativamente à “zona” 4 foram ainda construídos dois parques de estacionamento, o parque subterrâneo da Fonte Luminosa (18.1) e da Fonte Quente (18.9), sendo que, o primeiro parque de estacionamento é subterrâneo e o segundo tem as duas vertentes, ou seja tem estacionamento superficial e subterrâneo. Neste espaço junto à Fonte Quente criou-se um espaço auxiliar com equipamentos de restauração, quiosque e as instalações sanitárias foram remodelados (18.10). Para terminar, deu-se primazia à pedonalização de muitas áreas, condicionando a circulação viária e atribuindo nova estrutura física e funcional ao espaço urbano.





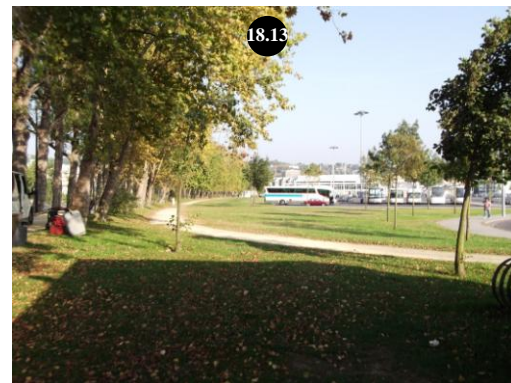
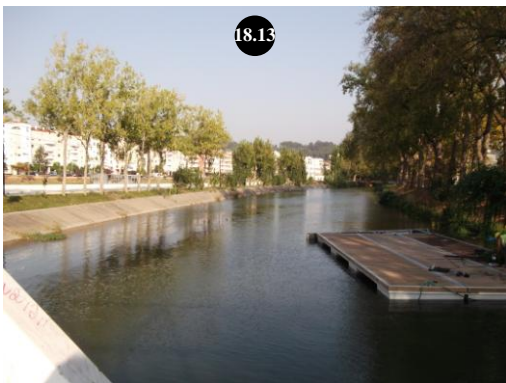
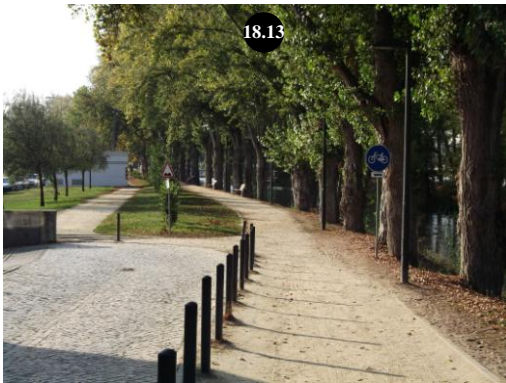


No que diz respeito à “zona” 5 – Ponte Sá Carneiro/Ponte do Arrabalde, é abrangida a área envolvente ao rio Lis desde a Ponte Sá Carneiro até à Ponte do Arrabalde. Nesta secção de intervenção garantiu-se a ligação e a continuidade do percurso ciclo-pedonal permitiu que passasse a haver uma manutenção mais constante e contribuiu para a criação de espaços verdes ao longo das margens do rio. Tratando-se de uma área bastante atractiva e de recente ocupação construiu-se uma ponte temática, a Ponte Parque Infantil (18.11) de modo a estabelecer a ligação entre as margens do rio e a atrair novos públicos, nomeadamente as crianças. Além destas intervenções, destaca-se o alargamento da Ponte do Arrabalde e a construção de passeios laterais na ponte (18.12) de modo a facilitar o acesso e deslocação dos peões e ciclistas.



A “zona” 6 – Ponte do Arrabalde/EN1 (IC2) é considerada a partir da Ponte do Arrabalde até à Almoinha Grande, ou seja, esta área de intervenção termina na área junto ao Estádio Municipal Magalhães Pessoa. Nesta área da cidade encontram-se instalados equipamentos desportivos (como é o caso do estádio municipal, das piscinas municipais e uma área para a prática de salto em altura, salto em comprimento entre

outras actividades) e onde foi colocada uma segunda plataforma flutuante no rio Lis de apoio a actividades de cariz náutico, lúdico, de lazer e de recreio. Em conformidade com as “zonas” de intervenção já referenciadas, mais uma vez que se dá seguimento ao percurso ciclável e pedonal (18.13) até à EN1. Ao longo das margens do rio Lis requalificaram-se as faixas arborizadas e plantaram-se novas espécie vegetais (herbáceas, arbustivas e arbóreas), de modo a tornarem ainda mais aprazível e revitalizado este percurso e a constituir condições ideais para a avifauna autóctone.



#### 6.4. Plano de Pormenor Centro Histórico (PP4)

O Plano de Pormenor Centro Histórico (figura 19) “(...) compreende o Núcleo Histórico da cidade de Leiria, (...) corresponde a uma zona de alto valor histórico, cultural e ambiental, integrando edificações de especial interesse arquitectónico e urbanístico (...)” (MAOT e POLIS, 2000, p. 52). As principais intervenções prendem-se com a requalificação do espaço público do centro histórico de Leiria, repavimentação, reestruturação da circulação viária restringindo áreas ao estacionamento e dando primazia à criação de espaços pedonais. Com a implementação do Polis adveio a



colocação de sinalética urbana, mobiliário urbano e iluminação pública e cénica do centro histórico e do castelo de modo a garantir a segurança e o conforto de quem se desloca a estes locais. Neste sentido, foi fundamental otimizar a relação entre a população e o castelo, para tal o Polis permitiu a construção de uma infra-estrutura de estada, lazer e circulação facilitando o acesso ao castelo. Além disto, melhoraram-se as condições de acesso ao alto da cidade e ao castelo na encosta Norte, construindo uma escadaria e reconverteu-se o Regimento de Artilharia n.º 4 (junto à Igreja de S. Pedro e ao edifício da PSP) no Museu da Imagem em Movimento (m |i| m o), trazendo deste modo mais vitalidade a esta área inicial e nobre do centro histórico.

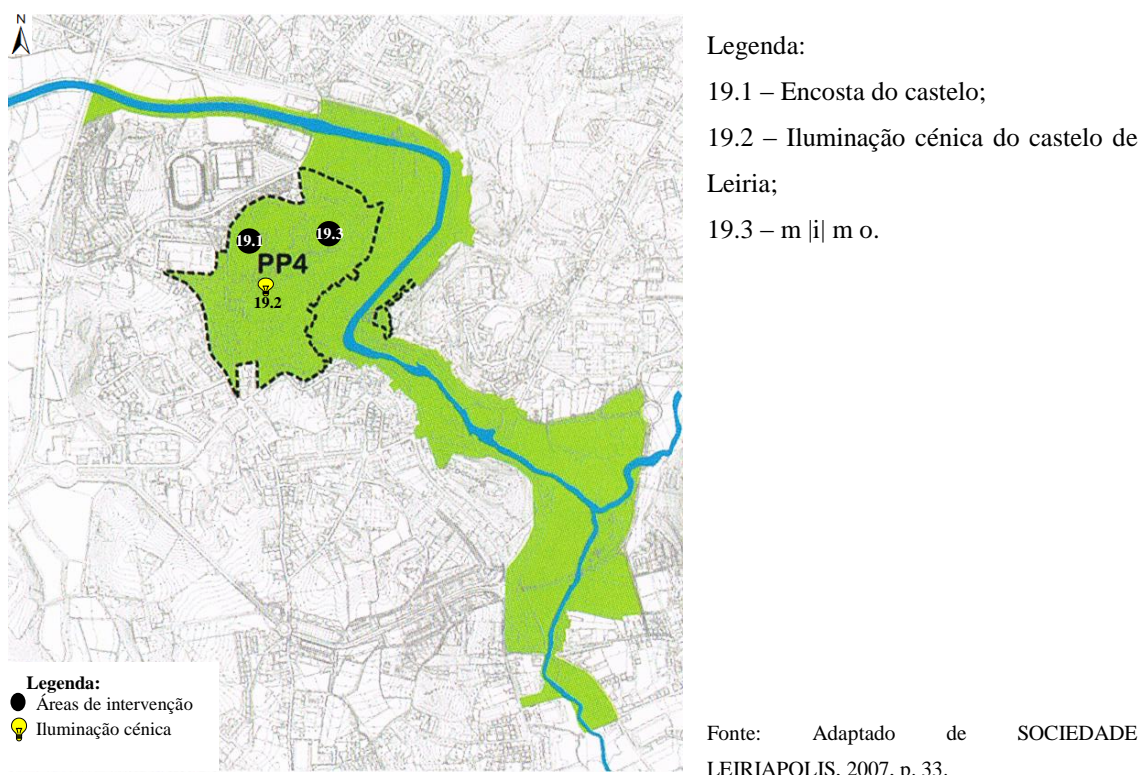


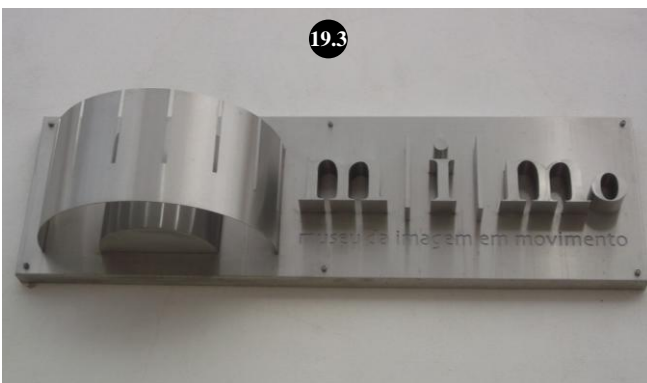
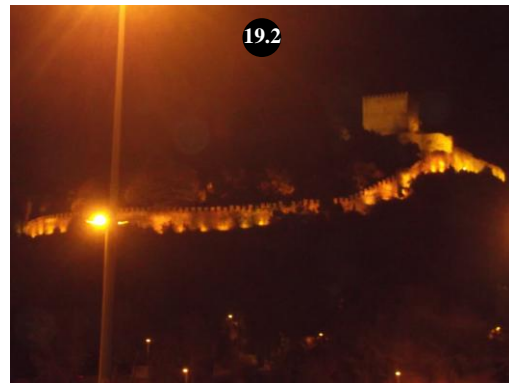
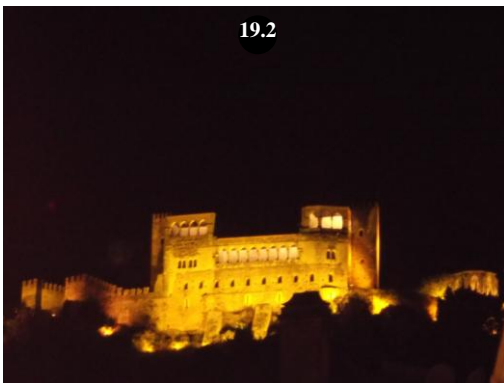
Figura 19 – Plano de Pormenor Centro Histórico

A implantação imponente do castelo de Leiria no cume do monte atribui-lhe notoriedade e visibilidade para quem passa pela cidade e confere uma grande carga simbólica ao lugar e um sentimento de pertença. A partir do castelo consegue observar-se com excelência a paisagem ampla sobre a cidade e área circundante. Além da melhoria da qualidade de vida da população, o Polis também pretendeu devolver o rio à cidade de Leiria através da requalificação urbana e ambiental, e o mesmo ocorre com o castelo. Ou seja, através do mesmo processo de intervenção requalificou-se a encosta do

Castelo tendo sido construído um equipamento facilitador no acesso ao castelo e ao usufruto dos espaços verdes que se localizam entre as muralhas (19.1). De modo a embelezar o castelo e torná-lo mais atractivo recorreram-se a sistemas de iluminação cénica durante a noite (19.2), de modo a realçar as “(...) Muralhas, as Portas do Castelo, a Torre dos Sinos, a Igreja de Santa Maria da pena, Os Paços Novos, a Torre de Menagem, a Porta da Traição, a Casa da Guarda, as Ruínas da Colegiada, o Pátio Interior e os Celeiros Medievais” (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS, 2007, p. 63). Na antiga Cerca Medieval do Castelo, foi requalificado o conjunto que fora utilizado no passado com a configuração de Antigos Celeiros da Mitra/ Antigo Quartel de Cavalaria e ex-Regimento de Artilharia Ligeira n.º 4 para instalar o m |i| m o (19.3). A localização deste espaço museológico no núcleo primitivo da cidade de Leiria e numa área *non aedificandi* teve em conta dois factores: tratar-se de uma “(...) renovada estratégia urbana para Leiria e a reorganização deste núcleo museológico” (MONTEIRO e NEVES, 2009, p. 86). O m |i| m o foi instalado numa área em que o “papel determinante atribuído ao Castelo enquanto elemento urbano primário, cuja presença e significado, no uso como na cultura, se inserem na vida quotidiana da cidade” (MONTEIRO e NEVES, 2009, p. 86). O m |i| m o “(...) está na fronteira entre o “museu” e o “observatório” (observar, conhecer, transformar)”, confirmando e reforçando a ideia de que “a memória – social, religiosa, política ou industrial – sempre foi motivo de preferência para instalação de museus, na procura da sua mais directa e segura inscrição na história das cidades e das comunidades, contribuindo eles, depois, para a sua evolução. O museu torna-se “monumento” na memória em que fixa e promove a evolução do património e das memórias colectivas e pessoais. Daí, a importância da sua arquitectura enquanto representação, identidade, de suporte que permita a inovação” (MONTEIRO e NEVES, 2009, p. 88). O m |i| m o dinamiza actividades lúdicas e educativas e divulga conteúdos temáticos de diversas áreas, “(...) nos domínios da ciência, da técnica e da arte, na sua relação com o cinema e a fotografia, o serviço educativo actua no âmbito da educação para o património cinematográfico, para além do desenvolvimento da sensibilidade artística do público, a divulgação e animação das colecções do museu, através de oficinas e ateliers, acções de formação, visitas guiadas, ciclos e sessões de cinema, entre outras actividades<sup>1</sup>”. O m |i| m o criou uma nova dinâmica e permitiu a requalificação e recuperação de edifícios abandonados e degradados.

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://mimo.cm-leiria.pt/seccao/caracterizacao-47>, último acesso a 30 de Outubro de 2011.





Além das intervenções urbanas e ambientais mais relevantes verificadas nas sete “zonas” anteriormente apresentadas, tornou-se fundamental disponibilizar informação relativa aos novos espaços tendo-se desenvolvido transversalmente ao Programa Polis, o Perlis, que consiste num projecto vocacionado para a criação de percursos urbanos do Lis devidamente sinalizados através do fornecimento de informações históricas e características arquitectónicas, localização espacial e divulgação de elementos e espécies existentes nos espaços Polis. Esta sinalética dispõe ainda de informação em Braille para proporcionar uma equidade ao acesso à informação. Este projecto urbano foi reconhecido pela sua vanguarda e originalidade, tendo sido galardoado com o prémio Red Dot Design Award 2008, promovido na Alemanha pelo Design Zentrum Nordrhein Westfalen. O Perlis abrange várias temáticas como é o exemplo do perlis avifauna, arte pública (figura 20), arquitectura antiga (figura 21), flora (figura 22), fauna aquática, museus, mobilidade e arquitectura contemporânea. Além desta sinalética informativa distribuída ao longo da cidade, também se encontram informações relativas aos espaços (figura 23), às suas funcionalidades bem como são disponibilizados nalguns espaços de recreio os contactos a efectuar em caso de urgência.



Figura 20 – Perlis arte antiga



Figura 21 – Perlis arquitectura antiga



Figura 22 – Perlís flora



Figura 23 – Indicações relativas às idades recomendadas para a utilização de equipamentos.

## 7. Análise exploratória (perspectivas dos utilizadores) sobre a intervenção Polis

De modo a complementar a análise às áreas de intervenção e aos projectos concretizados no âmbito do Polis, foram realizadas entrevistas aos principais utilizadores das sete áreas de intervenção de modo a recolher as opiniões que estes têm em relação aos espaços existentes e ao contributo do programa para Leiria.

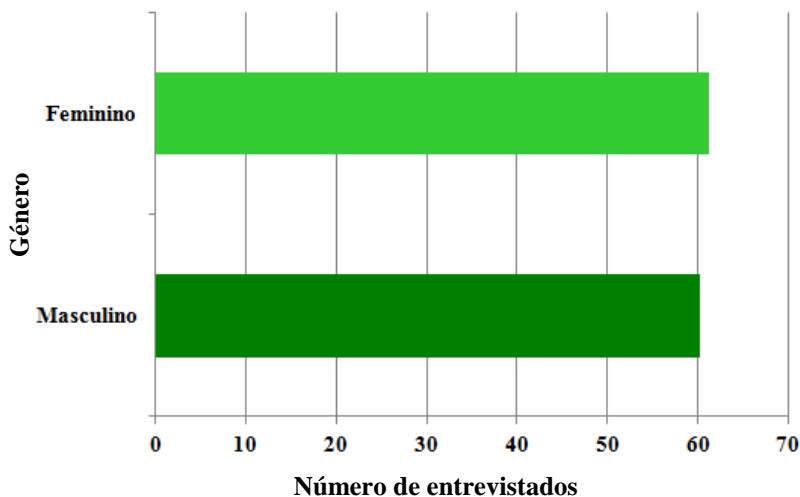
Para proceder ao contacto com a população utilizadora dos espaços Polis, foi necessário dedicar pelo menos um dia a cada área de intervenção (excepto nas “zonas” 1 e 2; 5 e 6). Dada a proximidade, o trajecto que estabelece a ligação entre as “zonas” 1 e 2; 5 e 6 e as características em termos de intervenção, foram feitas entrevistas ao longo destas, no mesmo dia. Ao longo da análise exploratória são referenciadas as idades dos utilizadores em função das entrevistas realizadas, não significando que esses espaços não sejam frequentados por pessoas com outras idades. A população entrevistada foi diferenciada quanto ao género e à idade (quadro 12), de modo a traçar o perfil do utilizador de cada “zona”. Além disto, para complementar a informação recolhida, são apresentadas fotografias, de elaboração própria, a fim de enfatizar a realidade existente.

Quadro 12 – População entrevistada nas áreas de intervenção do Programa Polis

Áreas de intervenção	Género		Idade	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
“Zona” 1 – São Romão; “Zona” 2 – Quinta da Fábrica.	16	13	13-14; 17-20; 30; 32-33; 56-58; 64-65.	17-18; 29; 31-34; 37; 43; 49-50; 66.
“Zona” 3 – Ponte dos Caniços/Ponte Hintze Ribeiro.	6	14	30; 32; 60; 67-68; 76.	21; 33; 35; 45-46; 50; 57; 60; 63; 70; 77; 81; 83.
“Zona” 4 – Jardins/Marachão.	16	10	17-18; 31; 45; 56; 58; 60; 62; 65; 67-68; 70-72; 74.	13; 15; 17; 28-29; 37; 46; 62; 66; 71.
“Zona” 5 – Ponte Sá Carneiro/Ponte do Arrabalde; “Zona” 6 – Ponte do Arrabalde/EN1.	13	11	17; 29; 32; 36; 49; 53-55; 58; 64; 69; 71; 73.	16; 24; 28; 34; 38; 45; 48; 54; 61-62; 67.
“Zona” 7 – Zona Histórica.	9	13	16-17; 35; 37; 68; 70; 75; 80; 82.	15-17; 36; 43; 52; 57; 73-75; 77; 79; 81.

Fonte: Elaboração própria.

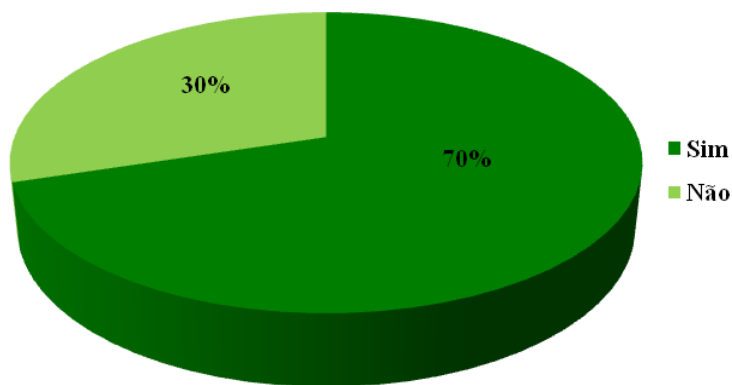
No que diz respeito às entrevistas realizadas em todas as “zonas” de intervenção (figura 24), foi perguntado aos entrevistados se conheciam o Programa Polis (figura 24 e quadro XVII, em anexo).



Fonte: Elaboração própria

Figura 24 – Diferenciação da população entrevistada, quanto ao gênero

Observando a figura 24, constata-se que 60 indivíduos entrevistados eram do gênero masculino e quanto ao gênero feminino foram entrevistadas 61 pessoas.



Fonte: Elaboração própria

Figura 25 – População conhecedora do Programa Polis

Após a análise da figura 25, constata-se que, quase três quartos da população (70%) ouviu falar do Polis. A percentagem enunciada corresponde a 85 indivíduos e os restante 30% dos entrevistados, afirmaram nunca ter ouvido falar do Polis. Este valor

percentual corresponde a 36 utilizadores dos espaços Polis.

Dito isto, foram apresentados aos entrevistados, de forma sucinta os objectivos do Polis para a cidade de Leiria de modo a obter a perspectiva dos utilizadores quanto ao cumprimento destes e saber o seu nível de satisfação quanto ao usufruto das “zonas” de intervenção. Os utilizadores foram questionados, no que se refere à frequência de utilização das “zonas” de intervenção; os principais motivos que os levam a dirigir-se para determinada “zona”; que aspectos positivos e negativos encontram na “zona” e o que deveria de ser melhorado.

Relativamente às “zonas” 1 e 2 (PP1) na parte da manhã (das 10 às 13 horas) verificou-se que o percurso ciclo-pedonal é frequentado maioritariamente por população entre os 50-65 anos de idade e os espaços de estada e lazer adjacentes a este são pouco frequentados; entre as 14 e as 16 horas denota-se afluência ao parque radical de São Romão por população entre os 13 e os 18 anos; a partir das 16, e sensivelmente, até às 17 horas começa a aumentar o número de utilizadores entre os 19 e os 35 anos ao percurso ciclo-pedonal que estabelece a ligação ao centro da cidade e às áreas de lazer e recreio, simultaneamente o número de jovens no parque radical aumenta ligeiramente; a partir das 17 até às 20 horas diminuem os jovens no parque radical e aumenta substancialmente o número de utilizadores no percurso pedonal e ciclável (grupos de pessoas a praticarem caminhada, corrida e bicicleta). Porém neste período do dia, as idades da população variam desde os 20 aos 60 anos e com o anoitecer predominam os utilizadores com idades entre os 20-45 anos de idade.

A população considera que nestas “zonas” foram criados espaços convidativos a caminhadas, porém para alguns utilizadores o estado do percurso ciclo-pedonal não é o melhor, uma vez que, possui muito pó podendo causar problemas respiratórios e alergias. Segundo os ciclistas o tipo de pavimento não é adequado e em algumas secções do percurso existe gravilha que é demasiado perigosa para quem anda de bicicleta, devendo deste modo optar-se por colocar tartan. Também foi referido, que deveria haver uma separação do percurso ciclo-pedonal criando duas faixas, uma destinada exclusivamente a peões e outra a ciclistas (figura 26). Na perspectiva dos peões, os ciclistas circulam a grandes velocidades (figura 27) conduzindo à insegurança e à quebra da tranquilidade, permitem que se levante pó, tornando-se desagradável respirar enquanto se utiliza pelo percurso.





Figura 26 – Falta de pistas destinadas a peões e ciclistas



Figura 27 – Situação de instabilidade causada pelos ciclistas

Ainda no que concerne ao percurso ciclo-pedonal, os utilizadores consideram que poderiam alargar o percurso a outras áreas da cidade e não somente às áreas envolventes ao rio. Em relação ao rio, os utilizadores dizem que o problema com a poluição continua e têm consciência de que solucionar problemas ambientais são muito morosos e complexos. Quanto às margens do rio, consideram que na parte da “zona” 1 é visível o rio e a partir da ponte variante sul torna-se difícil visualizar e contactar com o rio dada a vegetação existente. Os utilizadores referiram que houve uma diminuição do número de patos, pois outrora existiam uma grande quantidade destes animais, que embelezam e alegam o rio, e, actualmente isso não se acontece. Segundo os entrevistados, era essencial colocar uma vedação que dificultasse o acesso ao rio uma vez que as crianças podem rapidamente e facilmente cair para o leito do rio.

Ao longo das “zonas” 1 e 2 os utilizadores consideram que é visível a falta de civismo da população que degrada os espaços através dos *grafitis*, algumas iluminações estão destruídas e verifica-se lixo no chão e não nos caixotes do lixo, que existem em número deficiente. Além dos aspectos negativos mencionados, os utilizadores denotam que, quando a população vai passear os animais não são utilizados os sacos para colocar os dejectos dos animais. Tal facto, faz com que os utilizadores que aí se deslocam tenham uma atenção redobrada, sobretudo quando se fazem acompanhar de crianças.

Relativamente aos espaços verdes, denota-se falta de manutenção em relação à rega dos espaços e nalgumas áreas o sistema de rega está danificado (muitas das canalizações encontram-se descobertas e danificadas e as tampas dos sifões do sistema de rega encontram-se fora do local, representando um perigo – figura 28 e 29, respectivamente).



Figura 28 – Sistema de rega



Figura 29 – Sifões do sistema de rega

Os usuários das “zonas” 1 e 2 indicaram que é evidente a falta de qualificação da população que faz a manutenção dos espaços dos espaços verdes e arborizados e mostraram o seu desagrado em relação à existência de muitas iluminações colocadas no chão dos percursos pedonais no parque radical, que estão destapadas (figura 30), representando um obstáculo e perigo para quem utiliza estes caminhos. No que concerne aos sistemas de iluminação em causa, os utilizadores mencionaram que a maioria não se encontra a funcionar como era desejado.

Além disto, o rio nestas áreas de intervenção, encontra-se desrespeitado, e segundo os utilizadores devia proceder-se à manutenção (limpeza e requalificação) do rio e das suas margens, com maior incidência na “zona” 2 (figura 31).



Figura 30 – Iluminação ao longo dos percursos no Parque Radical



Figura 31 – Margens e poluição do rio

Nas “zonas” em causa, constatou-se que se deve fazer um arranjo paisagístico das

margens do rio através da limpeza de vegetação que permite a acumulação de lixo e impede a visibilidade do rio (figura 32). Além dos aspectos negativos mencionados, verificou-se que é efectuada manutenção (limpeza) em relação aos caixotes do lixo nas “zonas” 1 e 2 (figura 33).



Figura 32 – Vegetação nas margens do rio Lis



Figura 33 – Manutenção das “zonas” 1 e 2

Na opinião de um utilizador, deveriam ter sido plantadas oliveiras nas “zonas” de intervenção de modo a poder produzir azeitona e a permitir a envolvimento de instituições de acolhimento na colheita deste fruto para a produção de azeite. Quanto à disposição das árvores há um consenso por parte dos utilizadores, afirmando que o arquitecto paisagista não teve em consideração a localização das áreas de estada e de descanso, pois nas horas de maior calor esses locais nunca possuem sombra, pois as árvores foram posicionadas em áreas inapropriadas e por vezes de difícil acesso aquando da necessidade de sombra (figura 34).

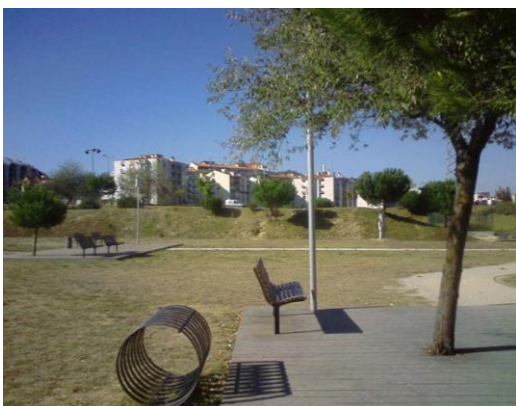


Figura 34 – Espaços de estada

Os utilizadores das “zonas” 1 e 2 mencionaram também que existe mobiliário urbano (bancos) em locais despropositados (figura 35) e que deveriam existir equipamentos para a prática desportiva tal como acontece noutras cidades.



Figura 35 – Mobiliário urbano colocado em local desajustado

A maior necessidade na “zona” 1 é a falta de uma instalação sanitária e uma pequena infra-estrutura ligada à restauração bem como reforçar o número de bebedouros e colocar sistemas de escoamento de águas nas pontes porque quando chove as pontes temáticas ficam repletas de água. Para valorizar a área de São Romão, alguns utilizadores sugeriram ainda a colocação de equipamentos que possibilitassem a realização de actividades tais como concertos e festas. Na opinião de alguns entrevistados, deveria ser aproveitado o espaço que vai desde Olhalvas até à zona desportiva de São Romão, de modo a construir o verdadeiro pulmão da cidade, uma vez que a cidade escasseia de espaços verdes. De uma forma geral, todos os utilizadores consideram que as “zonas” 1 e 2 trouxeram vitalidade a esta área mais periférica da cidade, tratando-se de áreas de encontro e convívio entre famílias onde se pode usufruir de tranquilidade e bem-estar.

Relativamente à “zona” 3 (PP2) verificou-se que no período da manhã (entre as 10 e as 13 horas) predominam os utilizadores com idades compreendidas entre os 50 e os 84 anos. O facto de existir um lar (Lar de São Francisco) nesta área permite aos seniores a fruição diária dos espaços de estada e a frequência do percurso ciclo-pedonal. Durante as 13 e as 14 horas o percurso ao longo do rio é bastante utilizado por população activa que se desloca do centro da cidade, do trabalho, em direcção a casa para ir almoçar. A partir das 14 até às 19 horas, continuam a ver-se idosos a percorrer esta área; entre as 17

e as 18.30 horas começam a surgir mães (entre os 30-35 anos) com os filhos (até aos 12 anos de idade, sensivelmente), junto ao Jardim de St.º Agostinho. Durante este período também se vêem, mas em menor proporção, avós com netos a desfrutar dos espaços de lazer e recreio. Ainda no que concerne ao tipo de utilizadores desta área de intervenção, desde as 17 até às 20 horas, encontram-se indivíduos entre os 20 e os 46 anos a praticarem desporto em direcção às restantes “zonas” de intervenção Polis.

Os utilizadores consideram que se trata de uma “zona” de fácil acesso, propício ao contacto com a natureza e à sociabilidade, sobretudo no Jardim de St.º Agostinho e área envolvente a este, onde as crianças podem brincar, acabando os familiares por interagirem uns com os outros. Ao longo do percurso ciclo-pedonal existem boas condições para que os utilizadores, nomeadamente os mais idosos, se juntem para usufruir dos espaços de estada e conversar. Foi também afirmado que esta área está adequada às suas funcionalidades e contribuiu para que a população contacte com a natureza e crie novos hábitos de vida, mais saudáveis e menos sedentários como é o caso da prática de desporto. A existência do percurso pedonal e ciclável é considerado uma mais-valia e uma boa alternativa para quem se desloca até à cidade, sem ter que utilizar o carro. O facto de Leiria ser uma cidade antiga com passeios estreitos e muito próximos da estrada, com a construção do percurso ciclo-pedonal a população foi beneficiada na medida em que, já pode ir até ao centro da cidade de forma relaxada sem se preocupar com a proximidade aos veículos que circulam em direcção ao centro de Leiria. Os indivíduos que percorrem esta “zona” sentem uma grande ligação com o rio, sobretudo na área próxima à nova Ponte dos Caniços onde existe uma cascata convidativa à meditação, ao descanso e à sua observação, sendo considerada a parte mais bonita do rio.

Com a intervenção Polis o Moinho de Papel, existente na margem esquerda do rio Lis, foi recuperado e reconvertido num espaço musealizado onde são promovidas actividades lúdicas e pedagógicas. Segundo a Dr.ª Sofia Carreira, do Moinho de Papel, com o Polis a “zona” 3 tornou-se uma área mais dinâmica, mais frequentada e muito mais vivida tendo devolvido o contacto com o rio, ou seja tornou-o mais próximo da cidade e da população. No caso do espaço recuperado do Moinho de Papel, sente-se que foi dado enfoque a algo que estava esquecido, algo que marcou o desenvolvimento cultural, social e económico e a identidade histórica da cidade. Na perspectiva do Dr. Pedro Ferreira, da divisão de museus, património e bibliotecas, foi fundamental a

reabilitação do Moinho de Papel, pois é o elemento de ligação com a história da cidade e está intimamente ligado à força energética do rio.

A entrevistada, mencionou que, o Moinho de Papel é um espaço musealizado que estabelece a ligação com o passado histórico, actualmente com a função pedagógica. Este espaço “pretende comunicar com a população e com o público escolar”, desenvolvendo juntamente com os Bombeiros Municipais de Leiria e o CIA um triângulo divertido onde os alunos, que aí se deslocam, podem usufruir de actividades pedagógicas, ecológicas e lúdicas que ligam o moinho à cidade de Leiria e onde são fomentados novos comportamentos e atitudes nos mais jovens. Apesar do Moinho de Papel estar aberto há dois anos, as escolas demonstram boa receptividade, satisfação em relação àquilo que vêem e ao que é desenvolvido neste espaço. “As escolas são um meio que potencializa a área onde o Moinho de Papel se encontra localizado, e juntamente com os visitantes são deixados testemunhos de satisfação e agradecimento à equipa dinamizadora, permitindo um reconhecimento deste espaço”.

Apesar de toda a valorização do Moinho de Papel e área adjacente, verifica-se que é necessário otimizar a relação com o público, encontrando soluções para a divulgação deste espaço de referência na cidade. Verifica-se o problema da falta de divulgação deste espaço e que terá de ser atenuado. Para resolver este problema é fundamental colocar sinalética de interpretação e indicação das funcionalidades e aspectos históricos do Moinho de Papel, tal como acontece noutros espaços e edifícios, e criar suportes gráficos, panfletos e desdobráveis que dêem a conhecer as valências deste espaço requalificado. Durante a entrevista realizada à Dr.<sup>a</sup> Sofia Carreira, foi evidente que o grande desafio em recuperar e valorizar esta área foi concretizado ou seja, melhorou-se o ambiente urbano, a qualidade de vida e abriram-se novos caminhos e novos espaços apelativos e agradáveis ao convívio e fruição.

Além disto, próximo do Moinho de Papel e do Jardim de St.<sup>o</sup> Agostinho existia um espaço utilizado como estacionamento e com a intervenção Polis esse espaço foi suprimido e segundo os utilizadores foi benéfica a sua reconversão em espaço verde, tendo alterado a paisagem e contribuído para o seu embelezamento.

No que concerne ao papel do CIA na cidade, na opinião da Dr.<sup>a</sup> Telma Fontes do CIA, este equipamento “encontra-se num local privilegiado, tendo em consideração a sua proximidade ao rio Lis, ao centro histórico de Leiria e a um espaço verde de eleição, que é o Jardim de St.<sup>o</sup> Agostinho. Esta localização permite a realização de um leque variado de actividades de sensibilização ambiental, ao ar livre e um contacto muito

próximo com o rio”, ou seja, o CIA “tem vindo, ao longo da sua existência a dinamizar acções de educação e sensibilização ambiental sobre os ecossistemas ribeirinhos, sempre numa óptica do «conhecer para preservar», fomentando assim a consciência ecológica da população”. Enquanto o Moinho de Papel carece de divulgação, na opinião da Dr.<sup>a</sup> Telma Fontes apesar do CIA possuir “uma sala polivalente que permite a realização de acções de educação e sensibilização ambiental, a realização de formações, palestras e exposições; um pequeno laboratório devidamente equipado e um Centro de Recursos com uma biblioteca de cariz ambiental e computadores, o bar, concessionado, tem sido um dos veículos de divulgação do Centro de Interpretação Ambiental.” Segundo a entrevistada, “todas as actividades realizadas no CIA, são divulgadas, quer através da sua *mailling list*, como junto dos órgãos de comunicação social, locais e regionais, internet, entre outros”.

Com a construção do parque de estacionamento subterrâneo de St.º Agostinho a circulação viária foi reordenada mas não foram resolvidos em pleno alguns problemas de estacionamento. Continuam a observar-se carros estacionados em cima dos passeios e nas paragens de autocarro (figura 36) dificultando a passagem de pessoas com mobilidade reduzida, de mães com carro de bebé ou de quem se encontra na paragem à espera do autocarro.



Figura 36 – Estacionamento na área envolvente ao Jardim e Convento de St.º Agostinho

Os utilizadores consideram que era fundamental criar um parque de estacionamento gratuito ou com tarifas mais acessíveis daí que o parque subterrâneo de St.º Agostinho não seja muito utilizado. Perante isto, a população tem que optar por outras alternativas de estacionamento, nomeadamente deixar o veículo no parque radical

de São Romão ou no parque do estádio municipal. Alguns utilizadores afirmaram que o parque de estacionamento subterrâneo nesta “zona” não é uma boa solução e alternativa dada a proximidade ao rio e a necessidade de impermeabilização dos solos.

Contudo também foram apresentados outros aspectos negativos para a “zona” 3. Na opinião da população idosa deve ser colocado mais mobiliário urbano (bancos) pois quando utilizam o percurso ao longo do rio sentem necessidade em sentar-se e descansar e não têm muitas possibilidades para fazê-lo, dada a escassez deste mobiliário. De um modo geral, todos os utilizadores consideram que deve ser melhorada a iluminação, deve haver policiamento ao longo da área intervencionada, deviam ser colocadas rampas de acesso ao Jardim de St.º Agostinho e o percurso ciclo-pedonal deve ser repensado de modo a criar um espaço destinado aos ciclistas, pois estes dificultam a circulação dos peões que se encontram a praticar exercício físico ou meramente a passear. Na perspectiva dos utilizadores dado o espaço disponível no Jardim de St.º Agostinho podiam realizar-se mais actividades desportivas e dotar a área de equipamentos infantis e desportivos bem como proceder à manutenção dos existentes. Foi mencionado que o lago existente no Jardim de Santo Agostinho é perigoso pois encontra-se ao mesmo nível das crianças, podendo estas caírem para lá. Era importante colocar uma barreira que garantisse a segurança das crianças e o conforto dos pais e ou avós (figura 37).



Figura 37 – Lago de St.º Agostinho

Enquanto na “zona” 1 e 2 não existe nenhum tipo de infra-estrutura sanitária, na “zona” 3 existe um bar adjacente ao CIA, e que na opinião de alguns utilizadores (mães) as instalações sanitárias deveriam possuir um fraldário. Verificou-se ainda que algumas pessoas deslocam-se às margens do rio (figura 38) para colocar restos de comida para



alimentar os patos do rio, contribuindo para que esta área seja frequentada por mamíferos roedores (ratos e ratazanas).



Figura 38 – Alimentação dos animais que se encontram ao longo do rio Lis

Os utilizadores diários consideram que deve haver mais manutenção dos espaços verdes e de lazer bem como realizar uma desratização visto que, ao longo do dia vêem-se muitos roedores nas áreas adjacentes ao rio, e que apresentam um risco para a saúde pública. Foi ainda salientado, que algumas pontes (inclusive as temáticas) não estão equipadas com ralos de escoamento, permitindo a acumulação de água (figura 39).

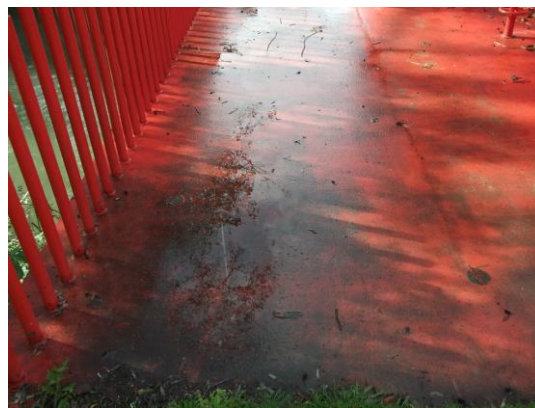


Figura 39 – Acumulação de água na Ponte Bar

Ao longo das entrevistas realizadas, chegou-se a um consenso, o maior problema da “zona” 3 é a poluição do Jardim de St.º Agostinho, ou seja denota-se falta de civismo por parte da população que aí se desloca com os respectivos animais, deixando que estes façam as suas necessidades nos espaços verdes, nas áreas de descanso, recreio e lazer e que por sua vez são muito frequentados por crianças. A população entrevistada acha que

devia apelar-se à responsabilização bem como à punição dos indivíduos que permitem a poluição e degradação do espaço de St.º Agostinho. A maioria da população considera ainda que deve haver mais manutenção dos espaços de acordo com os meios financeiros disponíveis e serem aplicadas medidas penalizadoras para quem não souber utilizar devidamente o espaço público e respeitar o *ex-libris* da cidade do Lis, o rio. Apesar deste, ser alvo de controlo e manutenção ainda não se encontra em pleno, ou seja as suas condições ainda não são as mais agradáveis uma vez que ainda se observa lixo no seu leito e por vezes sente-se um cheiro desagradável. Ao invés da “zona” 1 e 2, durante as horas de maior calor encontram-se sombras e um ambiente de frescura.

Após a análise da “zona” 3 conclui-se que este espaço é utilizado diariamente ao longo de todo o dia pela população idosa e ao final da tarde é muito frequentado por crianças e respectivos familiares. Tratando-se de uma área próxima do centro da cidade que estimula as crianças à brincadeira e à animação, há quem considere que são as crianças que dão alegria a esta área da cidade. A existência das “zonas” 1, 2 e 3 contribuíram para a ligação, valorização e aproximação de áreas periféricas à cidade e conduziram a uma diminuição da pressão exercida pela cidade sobre o espaço envolvente, levando ao surgimento de novas territorialidades e centralidades.

No que diz respeito à “zona” 4 (PP3), constatou-se que no período da manhã, das 10 às 13 horas, predominam utilizadores com idades entre os 56 e os 74 anos de idade e pontualmente encontram-se indivíduos entre os 28-31 anos a passear os filhos. A partir das 14 até às 20 horas continuam a encontrar-se utilizadores com idades compreendidas como as da manhã e, sensivelmente, a partir das 16 horas os espaços referentes à “zona” 4 começam a ser frequentados por jovens entre os 13 e os 18 anos de idade que saem da escola e deslocam-se a esta área para conviver, usufruir dos espaços de lazer e recreio ou apenas aguardar pelo meio de transporte que os leva até casa. A partir das 17 até às 18 horas aproximadamente, também se encontram adultos (com idades entre os 29-45 anos) a passear os filhos e a desfrutar do parque infantil Afonso Lopes Vieira, no parque da cidade. Ainda relativamente ao período da tarde, desde as 17 até às 20 horas, aumenta o número de indivíduos a praticarem exercício físico (corrida, caminhada ou bicicleta) desde a “zona” 1 ou em direcção a esta mesma ou vice-versa.

Durante a tarde os cafés do parque da cidade encontram-se ocupados por bastantes jovens bem como os espaços desportivos aí existentes. Em relação à opinião dos utilizadores, e os que conheceram a “zona” 4 antes do Polis, afirmam que foi espantosa a alteração da cidade e a aproximação, valorização e destaque que o rio ganhou, mas

algo mais precisa de ser feito para o tornar mais “alegre” e convidativo a práticas náuticas, visto que no passado este foi utilizado para a realização de provas de natação e pesca. O rio ganhou mais protagonismo, porém é denunciada a falta de respeito por parte de alguns utilizadores que não respeitam o rio e o espaço envolvente a este, sujando-os com os mais variados materiais (comida e embalagens, por exemplo). A população entrevistada considera que é relaxante e tranquilizante olhar e sentir-se próximo do rio. Estes referem também, que após a limpeza e arranjo das duas margens a área tornou-se mais “simpática” e aprazível, conduzindo a que a população se desloque para aí. No que concerne à prática de actividades desportivas, mais uma vez e à semelhança do que fora apontado para as anteriores “zonas” de intervenção, existe uma falta de disciplina por parte dos ciclistas que utilizam o percurso ciclo-pedonal a velocidades exageradas quando estas também são frequentadas por peões com as mais diversas idades. Consideram que as crianças e os idosos são os utilizadores mais prejudicados com esta situação, uma vez que, facilmente e rapidamente a tranquilidade e a segurança ficam em causa.

Uma área adjacente ao rio e que é bastante frequentada é o parque da cidade, considerado como é um espaço vital dentro da cidade. Na perspectiva dos utilizadores esta área de lazer, recreio e desporto tornou-se mais atractiva, acolhedora e menos sombria dada a manutenção verificada. A população utilizadora do percurso ciclável e pedonal considera que este é útil e que o pavimento é adequado tornando-se mais agradável que o (pavimento) das “zonas” 1 e 2. É ainda declarado pelos utilizadores deste percurso que o aspecto mais positivo prende-se com o facto de poder contactar com espaços verdes e arborizados e estar próximo do rio, transmitindo qualidade de vida e bem-estar. Além disto, a população verifica que aumentaram os espaços disponíveis para lazer, de recreio e de estada; contudo sentem necessidade de policiamento, pois durante o dia observam-se grupos de jovens que têm comportamentos inadmissíveis e intolerantes para com os espaços existentes. Um dos comportamentos inaceitáveis observados pelos utilizadores está relacionado, e como já foi referido, com o lançamento de lixo para o rio, acumulando-se no açude da Fonte Quente, necessitando deste modo de uma manutenção e limpeza regular.

A população que se desloca para o parque da cidade, designadamente para o parque infantil, considera que apesar de estar devidamente vedado e possuir espaço livre suficiente para as crianças brincarem, os equipamentos são demasiado perigosos e não estão adequados a todas as crianças.

São evidentes as várias possibilidades de ligação do centro da cidade, às “zonas” ribeirinhas e às áreas com equipamentos desportivos, de lazer e de recreio, isto é, existem várias travessias sobre o rio Lis e que na opinião dos utilizadores, não havia necessidade de serem construídas.

Os utilizadores consideram ainda que o terminal rodoviário deveria ser deslocado para uma área periférica da cidade, mas próximo dos principais eixos rodoviários. Na opinião destes a gare rodoviária tem impactes negativos para o espaço central da cidade, ou seja, a população interroga-se: como é que ao dotar-se a área com espaços verdes e arborizados se consegue melhorar a saúde ambiental da cidade se bem próximo a estes se encontra um foco de poluição (sonora e atmosférica) constante? De alguma forma, há quem considere que a existência de espaços verdes e arborizados contrabalançam e permitem reduzir os níveis de poluição provocados pela existência do terminal e circulação rodoviária. É indubitável que com a retirada do terminal rodoviário do centro do espaço urbano e o condicionamento da circulação viária, dando primazia à pedonalização, a cidade de Leiria tinha todas as condições para evoluir e quebrar com a utopia de que, para uma cidade se tornar única e vitalizada necessita de circulação rodoviária no seu espaço mais central, e que, corresponde à área inicial de desenvolvimento urbano. Era uma mais-valia se esta situação fosse modificada.

Além desta perspectiva, com as intervenções de requalificação urbana na “zona” 4 tentou-se combater a criminalidade, a marginalização e o vandalismo, mas ao observar o dia-a-dia dos espaços relativos ao Marachão e parque da cidade, averiguou-se que estes ainda são propícios à frequência de população marginalizada (como é o caso dos sem-abrigo e toxicodependentes). Esta situação também se observa no Jardim Luís de Camões mas sobretudo a partir das 13 horas em diante, enquanto nas áreas anteriormente referenciadas este cenário ocorre durante todo o dia. Caso houvesse mais policiamento nestas áreas não se criavam condições favoráveis a tais comportamentos de risco e que de alguma forma condicionam a ida de população para estes espaços ao longo do dia.

No que diz respeito às deslocações à cidade de Leiria, é feita referência à existência/inexistência de espaço para estacionamento, isto é, é afirmado que os parques de estacionamento existentes nesta “zona” de intervenção, estão bem posicionados estrategicamente mas o único inconveniente é o preço praticado, impossibilitando a população de os utilizar. Neste sentido, os indivíduos que pretendem deslocar-se a estas

áreas têm que recorrer ao estacionamento gratuito existente no estádio municipal (figura 40) ou à área próxima ao mercado municipal (figura 41).



Figura 40 – Parque de estacionamento junto ao Estádio Municipal Magalhães Pessoa



Figura 41 – Parque de estacionamento próximo do Mercado Municipal

Todavia destaca-se o estacionamento subterrâneo da Fonte Luminosa como sendo o mais utilizado, dada a sua centralidade e acessibilidade em função das alternativas para entrar e sair da cidade.

Quanto às “zonas” 5 e 6 constatou-se que no período entre as 10 e as 13 horas predominam os utilizadores com idades compreendidas entre 53 e os 73 anos de idade. Porém, neste período do dia verifica-se que as pontes e o percurso ciclo-pedonal são muito utilizados pela população para se deslocar ao centro da cidade, onde se encontram empregados. Ou seja, estes tornaram-se úteis, pelo facto de facilitarem a ligação à área central de Leiria, aos parques de estacionamento e às áreas mais periféricas da cidade. A

partir das 13 horas o percurso ciclável e pedonal é utilizado pela população activa (com idades entre os 32 e os 38 anos) para se deslocar até à sua residência para almoçar. Entre as 14 e as 20 horas as áreas envolventes ao rio Lis continuam a ser procuradas para a vertente de lazer e estada por indivíduos com idades semelhantes às enunciadas para o período da manhã. A partir das 16 horas começam a ver-se jovens a utilizar o percurso ciclo-pedonal, desde a Ponte Sá Carneiro até à Almoinha Grande (EN1), para se deslocarem para casa ou para actividades pós-lectivas (frequência do *Wall Street Institute* ou actividades nas piscinas municipais). A partir das 17 até às 19 horas, aproximadamente, nota-se que o número de praticantes de desporto aumenta tal como nas áreas anteriormente mencionadas. Contudo, a partir das 19 horas em diante, o número de utilizadores diminui mais do que nas “zonas” 1, 2 e 3, facto que pode resultar da iluminação existente bem como na área envolvente.

Os entrevistados, referiram que as “zonas” 4, 5 e 6 destacam-se do restante espaço urbano pela sua extrema beleza (ligação, contacto e proximidade com a natureza) e possibilita “sentir” o rio e observar o seu percurso. A população denota que existe manutenção dos espaços e que à semelhança da “zona” 3, nos dias em que se verifica muito calor, ao longo das frentes ribeirinhas pode fruir-se de sombra e frescura. A população utilizadora referiu que a acessibilidade marca estas “zonas”, proporcionando que sejam utilizadas durante todo o dia, independentemente da hora, visto que existem boas alternativas, e gratuitas, para estacionar o veículo. O percurso ciclo-pedonal é muito utilizado pela população residente para se deslocar até às piscinas e também permite estabelecer a ligação com uma nova área de expansão urbana (denominada por Nova Leiria). Na opinião dos indivíduos entrevistados as intervenções Polis permitiram e têm ajudado na consolidação de novas centralidades e contribuíram para o surgimento de áreas com funcionalidades que não se encontram no núcleo inicial e central da cidade. Ao longo da área ribeirinha referente às “zonas” 5 e 6, os entrevistados apresentaram e reforçaram uma opinião comum em relação aos ciclistas. Mais uma vez, lamentam a falta de prudência por parte dos ciclistas que se deslocam no percurso ciclável e pedonal, a grandes velocidades. Há ainda quem considere que também se vê pontualmente cidadãos a passear os seus animais de estimação e não têm em conta a sujidade provocada por estes (animais) em locais que são utilizados por outras pessoas, referindo que a maior preocupação se prende com as crianças. Visto que estas áreas são frequentadas por crianças, os utilizadores referiram que existem secções do percurso que dada a proximidade às margens inclinadas do rio, permitem que estas se aproximem

do rio por curiosidade e para o observar, havendo por isso um risco e perigo elevado. Dada tal situação, era importante colocar vedação na área a jusante da Ponte Sá Carneiro.

A população frequentadora destes espaços afirmou que ao final do dia, enquanto percorrem a área ribeirinha da “zona” 5, apercebem-se dos problemas de trânsito, em que grande parte deles, são originados pelo mau estacionamento, que estrangula a circulação viária.

Relativamente à “zona” 7, verificou-se que durante o dia a “zona” histórica” é percorrida por população residente, encontrando-se maioritariamente idosos com idades entre os 68 e os 82 anos. Entre as 12 e as 13.30 horas, aproximadamente, aumenta o número de jovens (alunos) entre os 15 e os 17 anos, que se deslocam da Escola Secundária Domingues Sequeira (conhecida por escola comercial) em direcção à baixa da cidade para irem almoçar e encontrar-se com colegas de outras escolas, nomeadamente do Liceu Francisco Rodrigues Lobo. Ao longo do dia também se vão observando turistas que procuram conhecer o Castelo de Leiria bem como apreciar, do alto da Torre de Menagem e dos miradouros existentes, da paisagem única sobre a cidade e áreas envolventes. Ao meio da tarde, a partir das 16.30/17 horas, o centro histórico volta a ser palmilhado por jovens que se deslocam em direcção da baixa da cidade, para ir ao encontro dos pais/encarregados de educação que aí trabalham, para ir para o terminal rodoviário e para ir ao Centro Comercial D. Dinis ou Centro Comercial Maringá. Nalguns casos, verificaram-se alunos a utilizar a estrada da encosta Norte do Castelo para se dirigirem às piscinas municipais ou para a Nova Leiria onde se encontra as instalações do *Wall Street Institute*. A partir das 17 horas notar-se a frequência de população entre os 35 e os 57 anos que se desloca para as suas habitações situadas no centro histórico, comprovando que as intervenções realizadas e a realizar têm captado, paulatinamente, novos habitantes de modo a contornar o problema do despovoamento e envelhecimento verificado nesta área.

Na opinião dos utilizadores, dada a sua altitude a que se encontra o centro histórico e o Castelo de Leiria (correspondendo ao núcleo urbano primitivo de Leiria), é possível fruir de uma bela vista, através dos miradouros existentes ou simplesmente a partir do castelo. O acesso e o pavimento da estrada que estabelece a ligação da encosta Norte com o Castelo foi melhorado, porém, os residentes referem que nem sempre há limpeza nesta mesma área, sendo necessária a intervenção destes mesmos para o seu embelezamento. Foi também mencionado que se investiu na valorização da paisagem,

mantendo os traços do castelo através da recuperação de antigas casas que eram e são fundamentais para sustentar as terras e estabelecer a ligação com a história e o desenvolvimento dentro e fora das muralhas. A iluminação foi reforçada, levando a que a população residente na encosta Norte do castelo considere que a iluminação está adequada bem como o policiamento nesta área nobre da cidade, não se sentindo por isso ameaças à segurança. Todavia, tal existência de policiamento deve-se em grande parte, à localização do posto da GNR (Guarda Nacional Republicana) e da PSP (Polícia de Segurança Pública), na área próxima ao castelo. O facto de existir animação nocturna na vertente oposta, contribui para que a situação de segurança, conforto e tranquilidade sentidas na vertente Norte, não se verifique em determinados dias da semana e fim-de-semana, em virtude de situações de desacato e desrespeito provocadas sobretudo pelo estado alcoolizado dos jovens. Na opinião dos residentes verificam-se problemas relacionados com barulho e conflitos entre os jovens e confirma-se que no centro histórico existem condições favoráveis a este tipo de ocorrências desagradáveis para quem aí habita e quer descansar.

Porém, este problema parte sobretudo da educação e civismo dos jovens, e que na opinião dos moradores consideram ser inaceitáveis e vergonhosas. Para ajudar a colmatar esta situação a população mencionou que seria benéfico haver uma gestão e policiamento mais regular.

Apesar da cidade ter sido dotada de espaço verdes e ajardinados, a população entrevistada referiu que um dos principais problemas do castelo é a falta de manutenção (limpeza, corte, desbaste) da vegetação existente, representando um grande perigo, pois existem condições favoráveis para que ocorra, na eventualidade um fogo com causa natural ou influência humana. Caso se procedesse à limpeza à volta do castelo, atenuava-se o risco de incêndio bem como se tornava possível e mais facilitada a sua visualização e imponência. Quem se desloca pela primeira vez à alta da cidade sente falta de estacionamento, e quando dada a conhecer a intenção de construir de um parque subterrâneo na área da escola comercial como estava previsto no Plano Estratégico, alguns utilizadores e visitantes afirmaram que seria uma boa solução. Todavia, alguns residentes no centro histórico referiram que, caso essa obra se tive concretizado, apenas seria útil e viável durante a semana, e que ao fim-de-semana esse investimento não seria compensado.

Alguns turistas que visitaram o castelo e que foram entrevistados nesta “zona”, declararam que há falta de sinalização e que devia haver um transporte que

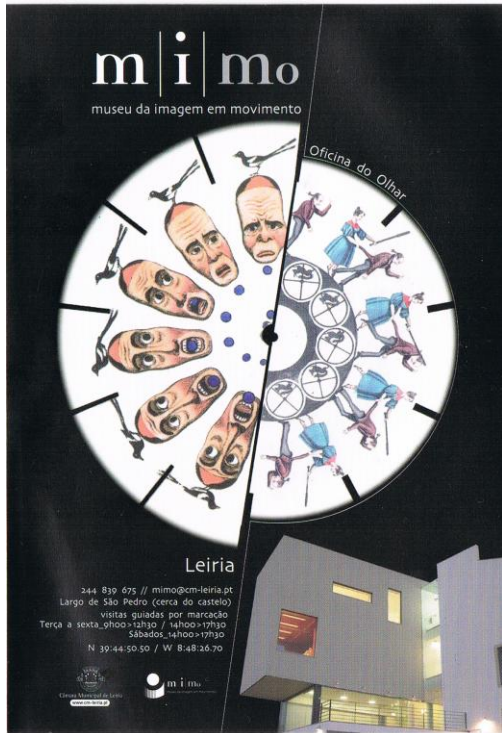


estabelecesse a ligação entre a baixa e a alta da cidade. De modo a colmatar esta lacuna de ligação e de locomoção ao castelo, e tal como se verifica noutras cidades (no caso de Palmela e Castro Marim), o Dr. Pedro Ferreira mostrou e tem defendido de forma acérrima a construção de um funicular, à semelhança de Viana do Castelo. O entrevistado refere que se, se construísse este tipo de transporte e serviço, este funcionaria como *in put* para captar e atrair a população a visitar o castelo bem como a experimentar o equipamento. A manutenção do equipamento tornar-se-ia auto-sustentável através das receitas obtidas. Até ao momento esta insistência em criar um meio mecânico que permita chegar à alta da cidade, foi em vão, considerando que tudo isto é “uma miragem”, pois não existem propostas e condições de investimento, favoráveis para o seu efeito. O Dr. Pedro Ferreira acrescentou que, de modo a aproximar o contacto entre a população e o castelo, têm aí, sido dinamizadas actividades com várias temáticas que nada têm a ver com o Polis e às quais se denota uma grande receptividade por parte do público. Foi também referido que por falta de verbas, o projecto delimitado para o PP4 (Plano de Pormenor Centro Histórico) foi prejudicado, “criando ruído” em torno das decisões e da realização de obras. A ligação entre o rio e o castelo equipara-se a uma “perna coxa no investimento” e as obras concretizadas contribuíram e dinamizaram indirectamente o centro histórico. Uma das soluções para convencer as pessoas a visitarem a cidade, sobretudo o castelo, é reabilitar artificialmente a envolvente a este.

Sabendo ainda que, alguns turistas deslocam-se ao posto de turismo para recolher informações e indicações sobre Leiria (cidade, concelho e distrito), na opinião da população seria interessante construir um posto destinado ao acolhimento de turistas, e que, através de um veículo transportar-se-iam até ao castelo, percorrendo áreas da cidade com interesse e história. Foi ainda referido pelos usuários desta “zona” que é um crime não se requalificar e restaurar a Igreja de S. Pedro, tal como se fez para o antigo edifício do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 4, que deu lugar ao Museu da Imagem em Movimento (m |i| m o).

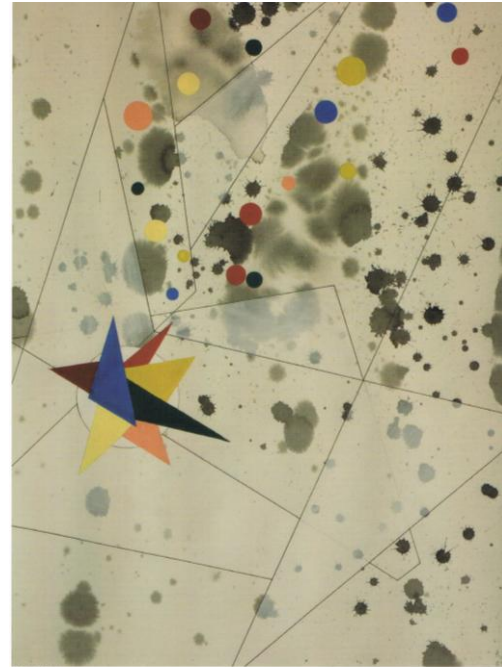
No que diz respeito ao edifício do m |i| m o, o Dr. Pedro Ferreira afirmou que, o museu que não tem uma ligação histórica com a cidade e não comunica com as raízes e as identidades de Leiria. Porém, o entrevistado referiu que este espaço “promove-se de forma eficaz para um público relativamente restrito, em que as actividades são feitas em função da parte técnica da fotografia e cinema”. De forma a promover-se, o m |i| m o tem disponíveis panfletos alusivos ao museu e oficinas (figura 42), brochuras relativas a

exposições temporárias (figura 43), glossários referentes a exposições e ainda se encontra disponível para consulta nas instalações do museu um livro retratando a história do m |i| m o.



Fonte: CML / m | i | m o

Figura 42 – Panfleto de publicidade



**PROVAS DE COR**

**21.05.11 > 23.10.11**

milmo - museu da imagem em movimento / Leiria

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA

Fonte: CML / m | i | m o

Figura 43 – Brochura referente a uma exposição temática

Mediante as entrevistas realizadas, quanto ao contributo do Polis, a Dr.<sup>a</sup> Sofia Carreira faz um balanço positivo, pois as pessoas gostam daquilo que vêem e fazem uma boa interpretação do rio com a população e com o moinho. Com a requalificação do moinho e estabelecida a ligação com o rio, a maioria da população começou a conhecer o desconhecido, ou seja, a conhecer a história da cidade. Na opinião da entrevistada a intervenção realizada não conseguiu proteger os recursos naturais da cidade, mas sim recuperou-os e valorizou-os, considerando que o grande desafio é agora compensado pelo facto de ser visível a captação de público, para áreas em que

anteriormente à realização das obras se pensava: “é possível fazer isto?”. O resultado final está à vista de todos. Os recursos naturais não são protegidos dada a falta de “capacidade de interpretação e respeito pelos espaços”, verificada sobretudo na população mais jovem. Contudo, as grandes obras têm sempre aspectos que ao longo do tempo se vão apontando como negativos ou positivos, mas “se houve bom senso podem basear-se no que foi feito para melhorar o futuro” através de uma estratégia de urbanismo que contagie as áreas, com boas intervenções urbanas.

Na opinião da Dr.<sup>a</sup> Telma Fontes “o Programa Polis permitiu a criação de um maior número de espaços de lazer, quer através da reabilitação dos espaços verdes, quer na construção de novos espaços culturais (...), privilegiou o espaço público, a qualidade de vida da cidade, tendo sido um impulsor do desenvolvimento de Leiria” bem como “mudou o paradigma de vivência dos leirienses”. Além disto, é afirmado que “o Programa Polis melhorou muitíssimo o ambiente urbano, atendendo a todas as acções materiais que foram efectuadas ao nível da reestruturação da rede viária, da valorização do rio Lis, da requalificação do Centro Histórico e da criação e requalificação de parques e jardins”. É feito um balanço positivo em relação à intervenção Polis em Leiria, sendo ainda referido pela entrevistada que “o Programa Polis veio devolver o rio à cidade e aos leirienses, dando-lhe novas valências, entre outras, na área do desporto e do lazer”.

Segundo o Dr. Pedro Ferreira, este referiu que “o Polis melhorou o ambiente urbano e a qualidade de vida, que são fundamentais, bem como permitiu proteger e valorizar os recursos e a paisagem natural que se cruzam e são afectados pelos elementos humanos”. Na sua opinião, “a grande ambição do Polis foi muito bem apresentada no papel, reflectida e concretizada. O Polis abriu novos espaços que permitiram relacionar a população com a cidade e permitiu o surgimento de mais e novos motivos que levam a população a sair de casa e a usufruir de espaços bem como resolver problemas (o stress, por exemplo), na rua”. Com o Polis conseguiu-se valorizar o rio em duas dimensões: na qualidade das águas e das margens e na dinamização do rio, enquanto espaço de convivência social. Foi feita referência ao trabalho da SIMLIS (Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.), que através da desodorização ajuda na concretização e no melhoramento das qualidades do rio e dos espaços envolventes, e que na opinião do entrevistado “melhorou no usufruto eficaz, no sentido social (tornou-se mais acolhedor e mais cheiroso)”. A requalificação e a criação de áreas de lazer, recreio e estada têm reflexos na massa urbana, uma vez que, a cidade tornou-se

mais coerente com a sua realidade física, histórica e tornando-se bem mais agradável e, quando isso acontece é mais fácil gostar dela. Isto quer dizer que, as intervenções realizadas fomentaram a defesa e o desenvolvimento do sentimento de pertença, de filiação, de vínculo ao território, que faltava aos leirienses. Neste sentido, o Dr. Pedro Ferreira faz um balanço extremamente positivo, apesar de considerar que, tal como em todos os processos, existem pontos negativos e positivos, sendo “necessário manter o espírito crítico para não cometer os mesmos erros no futuro”.

Quem se desloca ao fim-de-semana à cidade e aos locais intervencionados pelo Polis, depara-se com o facto de os espaços serem frequentados por muita população residente da freguesia de Leiria, bem como das freguesias do concelho. Verifica-se uma crescente intensidade e movimento de utilizadores para áreas vocacionadas para o lazer, recreio e estada. Os leirienses adoptaram novos estilos de vida, que passam cada vez mais pelo aproveitamento das potencialidades dos espaços, sobretudo para a prática de desporto. Contudo há muitos utilizadores que se deslocam a estas “zonas” também para conviver, conversar e descansar, ou seja, o Polis aproximou as pessoas, em resultado da criação e requalificação de espaços, que se tornaram mais atractivos e apelativos, garantindo sempre a existência e a não descaracterização de elementos que representam a herança urbana. A cidade é constituída por espaços socializados e estes por sua vez conduzem fortemente à humanização de novas áreas, criando novas territorialidades. A vivência destes espaços é um aspecto bastante importante, na medida em que condicionam o bem-estar individual, social, físico e psíquico dos usuários. Isto é, a população vai desenvolvendo sentimentos, afectividade, impressões, atitudes, hábitos em relação a um território e aos recursos que este oferece. A relação existente entre o Homem e o território leva ao surgimento de novas valências, novos contextos e dinamismos de vida durante a semana e ao fim-de-semana, bem como reforça o aparecimento de novas centralidades dentro e fora da cidade.

Com a intervenção do Programa Polis, a cidade ficou dotada de espaços mais acessíveis, infra-estruturas, equipamentos urbanos e menos obstáculos. Perante esta realidade houve quem sugerisse a existência de postos distribuídos pela cidade com bicicletas, à semelhança da cidade de Aveiro, para a percorrer e conhecer melhor, bem como possibilitar a prática de exercício físico. Relativamente a esta proposta foi ainda mencionado que era interessante criar um percurso ciclável, por entre áreas históricas e marcantes da cidade, devidamente assinalado, bem como elaborar, divulgar e distribuir o roteiro, acompanhado das respectivas referências.

Na opinião de quem visita a cidade ou vive nela à pouco tempo, consideram que apesar de Leiria ser uma cidade pequena, mas com novas áreas de expansão, consegue-se distinguir as diferentes fases de urbanização e as (novas) centralidades dentro ou fora da cidade. Os indivíduos têm uma boa imagem da cidade, referindo que esta é atractiva e convidativa a percorrer as frentes ribeirinhas e ao mesmo tempo, ter ao seu dispor espaços com diferentes funcionalidades, infra-estruturas e equipamentos para diferentes públicos-alvo. Todavia, é evidente o descontentamento em relação ao vandalismo verificado ao longo de Leiria, não somente nas áreas Polis. É fundamental apelar à educação ambiental. Os jovens demonstram cada vez mais falta de civismo e sentido de responsabilidade por aquilo que o território possui. Segundo o Dr. Luís Matias, técnico superior principal da PSP de Leiria, quando se fazem obras, o objectivo é melhorar o ambiente, neste caso urbano e ambiental, bem como contribuir para a minimização de focos de criminalidade. Neste sentido, não se pode dizer que as situações de violência, criminalidade e vandalismo aumentaram, considera-se que se mantêm, pois não existe ideia contrária a essa tendência. Contudo, no âmbito do Polis, criou-se uma área propícia ao vandalismo por parte dos utilizadores (jovens) que pintam o Parque Radical em São Romão, nomeadamente o skate parque. Foi referido que, predominantemente o número de queixas na cidade de Leiria incide no centro histórico, relacionadas com a falta de cumprimento das horas de encerramento dos bares. E, pontualmente, verificam-se algumas situações de incivilidade (agressões e barulho) que se sucedem durante as actividades nocturnas, devido ao estado de embriaguez dos utilizadores. Perante esta entrevista, comprovou-se que não existe paralelismo entre os novos espaços Polis na cidade e as situações de delinquência. Isto significa, que os espaços criados, requalificados e reformulados não são considerados novos focos de criminalidade dadas as suas funcionalidades e características físicas.

A estética da cidade melhorou, no entanto a população mostrou ainda o seu desagrado em relação às habitações existentes no centro histórico da cidade, que se encontram em ruínas e em degradação. A população referiu que é necessário, apesar de já se verificar nalgumas áreas, a requalificação de edifícios de modo a trazer e a devolver a beleza à cidade, uma vez que, é considerada como muito vaidosa. O facto da cidade ter brio na sua beleza, no que respeita a aspectos negativos na cidade (maioritariamente, os resultantes do Polis e por exigências dos diferentes arquitectos), investiu-se na aquisição e importação de mobiliário urbano cuja manutenção é demasiado cara. Circunstância que, contribuiu para que em muitas áreas da cidade haja,

e tenha sido referido pela população, iluminação deficiente. Isto é, a sustentabilidade e a solidez do mobiliário urbano fazem toda a diferença na fruição dos espaços, visto que as lâmpadas são demasiado caras, e este tipo de situações leva a que se “corte” na iluminação pois não existe capacidade financeira para contornar este problema e “dar luz” em todas as áreas. Logo, a população fica condicionada a usufruir dos espaços com a máxima segurança e tranquilidade. Insistindo neste problema, a população dá importância à falta de iluminação e não valoriza o tipo e a qualidade dos equipamentos (o exemplo mais evidente está relacionado com os postes de iluminação). O facto de terem existido fundos para gastar não significa que seja admissível adquirir equipamentos de valor exorbitante quando se podia optar por adquirir mais barato e dispor de mais meios financeiros para a concretização plena de projectos, como é o caso da requalificação do centro histórico.

Denota-se ainda que, e também na opinião da população residente e visitantes, Leiria não dispõe de muitas alternativas em relação a transportes públicos. Ou seja, o sistema de transportes é deficitário, sobretudo ao fim-de-semana, condicionando a deslocação da população da cidade ou da população que se desloca para esta.

Em relação à movimentação dentro do espaço urbano, a população continua a referir que também existe uma escassez de transportes, e que por sua vez o sistema de transportes urbanos Mobilis, é demasiado dispendioso. Quanto aos acessos à cidade do Lis, verifica-se uma escassez de alternativas, uma vez que durante a semana, em hora de expediente, sucedem-se situações de estrangulamento na circulação viária, sendo fundamental restringir o acesso às áreas mais centrais da cidade, bem como desenvolver um sistema de estradas, semelhante ao da variante sul, que se caracteriza por ser uma boa alternativa para quem à cidade ou desta em direcção a outras áreas.

## Conclusão

A temática desta investigação incidu sobre as cidades e os seus problemas, e de modo mais particular enfatizou a requalificação urbana e a importância do património no contexto da aplicação de ferramentas processuais e estratégicas em contexto urbano.

As cidades estão associadas a problemas demográficos, funcionais e morfológicos, entre outros, e que na sua grande maioria concorrem para a fragmentação, desvitalização e degradação do espaço urbano, como acontece por exemplo nos centros históricos (em resultado da segregação funcional, da deterioração das condições de habitação e da degradação das condições ambientais e patrimoniais).

Em função desta precariedade territorial, emergiram preocupações políticas e científicas, que, de forma pontual e gradual, conduziram a uma crescente definição de instrumentos operativos para atenuar e inverter esta situação.

As soluções aos referidos constrangimentos, permitiram a que, processos como o planeamento e a requalificação urbana, ganhem destaque e sejam integrados nas estratégias de acção urbana. Porém, as intervenções realizadas devem ter em conta os elementos estruturantes da paisagem e que mantêm uma ligação e envolvimento identitária com a população.

Na perspectiva de HENRIQUES (2004, p. 3), “a coerência e continuidade das identidades individuais e colectivas, nos vários níveis de identificação, (...), depende da preservação das heranças históricas, materiais e imateriais, que conferem carácter aos lugares e diferenciam as comunidades humanas”.

A cooperação para a sobrevivência e a defesa do património passa pelo apelo e reforço da ideia de que, devem ser instituídos programas educativos que visem a protecção patrimonial e ambiental. Este tipo de iniciativas deve ser direccionado a todo o público, de todas as idades e que devem ser co-responsabilizados pelas situações que causam a degradação e destruição destes elementos com carga simbólica para um território.

A vida das cidades e do património faz-se acompanhar de aspectos insistentes que estão na génese da elaboração e aprovação, a partir da década de (19)30, de instrumentos orientadores e normativos que confirmam a sua importância nas estratégias de desenvolvimento.

Em 1933, a Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno reconhece que existem problemas nas cidades e que o planeamento é um caminho incontornável para resolver

os problemas de organização em torno das funções básicas: habitação, lazer, trabalho e circulação. Associada à preocupação organizativa das cidades, alia-se, mais tarde, a problemática da qualidade e justiça ambiental assente em práticas de sustentabilidade. Isto é, a importância do ambiente na vida e na cultura das cidades e da população (geração actual e futura), e a necessidade de adoptar estilos de vida sustentáveis, foram reconhecidos no Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (1990), no Relatório de Brundtland (1987) e na Carta de Aalborg (1994). Sabendo que, as tomadas de decisão condicionam a vida das populações, em 1998, a Nova Carta de Atenas, centra as suas principais preocupações no papel preponderante dos utilizadores da cidade, nas tomadas de decisão, uma vez que são estes que vivem o espaço e sabem melhor do que ninguém clarificar as necessidades sentidas.

Todavia, surgiram outros documentos (como, por exemplo, a Carta de Machu Picchu – 1977; a Carta de Washington – 1987; a Declaração de Hanôver – 2000; o Relatório Cidades Europeias Sustentáveis – 1996; e a Carta de Leipzig – 2007) que, apesar de não serem aqui referenciados, contribuíram para o reforço das deliberações aprovadas e adoptadas nos documentos supra mencionados.

Esta tendência evolutiva, atesta que, o futuro deve basear-se na igualdade de participação da população a fim de se obter progresso social, coesão territorial e económica e bons níveis de saúde ambiental, nas cidades, no espaço urbano bem como nas áreas envolventes a estas.

No que diz respeito às preocupações de salvaguarda e valorização do património, em 1931, a Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos Históricos, representa o primeiro acto normativo que introduz a urgência em garantir a longevidade dos monumentos existentes, pois são, de acordo com a Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios (1964) um testemunho vivo do passado. Contudo, até então não existia uma definição concreta dos bens patrimoniais, e em 1972, (na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural) são apresentados pela primeira vez os elementos considerados de património cultural e natural. Dada a necessidade de sensibilizar a população para a preservação destes mesmos, em contexto europeu, em 1975 com a Declaração de Amesterdão é declarado que o património arquitectónico europeu faz parte da história cultural mundial e por essas razões deve ser protegido. E, cada vez mais se deve reconhecer e assegurar a existência destes mesmos bens, pois este milénio representa novos e constantes desafios não só ao património mas também à humanidade (de acordo com os princípios



enunciados na Carta de Cracóvia – 2000). O património é um instrumento de identidade e de desenvolvimento, e deste modo, deve ser preservado e conservado de forma equilibrada atendendo que é reconhecido e é inegável que todos têm direito a usufruir dele (Declaração de Faro – 2005).

À semelhança da tendência verificada, existem documentos que também se salientam pelo facto de se gerarem em torno da defesa do património, como é o exemplo da Carta Europeia do Património Arquitectónico – 1975; da Convenção para a Salvaguarda do património Arquitectónico da Europa – 1985; e da Declaração de Budapeste – 2002, não menos importantes do que os que foram enunciados.

Tendo em conta os problemas urbanos e a necessidade sentida em planear e preservar os elementos que distinguem os territórios, e que, os tornam únicos e singulares, a requalificação urbana configura uma solução aos grandes desafios territoriais, e que de forma concertada, integrada e multidisciplinar, consegue obter de forma eficaz bons resultados.

No caso de Portugal, a política de cidades e em particular a requalificação urbana foi assumida como área de intervenção prioritária em 2000-2006, na sequência de experiências inovadoras no contexto internacional e ainda considerando os resultados de iniciativas realizadas no próprio país (de escala e dimensão diversas, com destaque para a intervenção em Lisboa Oriental, no âmbito da Exposição Mundial de 1998).

O Programa Polis é a expressão de maior visibilidade desta prioridade, com larga representação territorial e consideráveis meios financeiros envolvidos.

A aplicação do Polis em Leiria contribuiu para harmonização dos espaços com o rio e modificou o paradigma e as vivências da população através da criação de novas valências desportivas, de recreio, de estada e de lazer na cidade e no espaço urbano de Leiria. Facto que, segundo os entrevistados, permitiu uma melhoria na qualidade de vida e na saúde bem como tornou a cidade mais inovadora, competitiva e atractiva.

Tendo em conta a análise espacial e as entrevistas realizadas, constatou-se que existe uma diferenciação dos utilizadores quanto ao género e idade, e ainda consoante as áreas de intervenção do Polis. Deparou-se que existem áreas mais vocacionadas para um público jovem, onde podem desfrutar de espaços desportivos e de recreio, como é o caso do Parque Radical de São Romão e o Parque da cidade. De uma forma geral, também se constatou que numa área relativamente próxima do centro da cidade, entre a Ponte dos Caniços e a Ponte Afonso Zúquete, predominam os utilizadores com idades superiores a 55 anos, ou seja, trata-se de uma área ribeirinha afastada da agitação

citadina. Ao longo desta área é possível gozar de tranquilidade, bem-estar e sentir-se próximo do rio daí a sua frequência por parte de quem sente necessidade de descansar. No caso do percurso ciclável e pedonal, este está direccionado para todo o tipo de público, independentemente da idade. Mas que, pontualmente, a partir das 17 horas é muito frequentado por uma população jovem e activa, que após terminar o seu dia de trabalho desloca-se ao longo desta área para recarregar “baterias”. É evidente a mudança de atitude para com a cidade e os espaços que esta oferece.

Apesar da valorização da cidade e de se tentar devolver e aproximar o rio à população/cidade, considera-se que existem espaços que não estão devidamente requalificados, na medida em que, falta uma infra-estrutura de apoio às necessidades básicas (falta de uma instalação sanitária e um edifício de restauração no Parque de São Romão) e alguns espaços carecem de equipamentos que propiciam a prática desportiva.

Ao longo de alguns espaços intervencionados pelo Programa Polis, denota-se que o maior problema é a falta de manutenção dos espaços verdes e de um sistema de rega eficaz, e a deficiência na limpeza do rio e das suas margens. Outros aspectos, como a incivilidade e desrespeito verificados ao longo da cidade e espaço envolvente, só podem ser solucionados por cada um, através de uma mudança de atitude. Para incutir, sobretudo nos jovens, essa mudança, deveriam promover-se mais campanhas de sensibilização e co-responsabilização bem como implementar medidas penalizadoras.

A paisagem e a imagem da cidade mudou, mas mudou para melhor. Ou seja, o resultado final deste programa urbano é positivo e gratificante. A cidade beneficiou na medida em foram melhorados espaços, desenvolveu-se um espírito positivo à população e à cidade que se fora perdendo ao longo dos anos e reforçou-se o apego destes à cidade. A intervenção Polis ajudou a consolidar a identidade dos leirienses, tendo-os também ajudado a saber viver a cidade.

**Bibliografia e Fontes:**

**AALBORG+10** (2004) – “Compromissos de Aalborg – AALBORG+10 Inspirando o Futuro”. IV Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Aalborg, pp. 3-5. Consultado a 21 de Julho de 2011, em [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&limit=5&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=33](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&limit=5&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=33).

**AMADO**, Miguel Pires (2009) – “Planeamento Urbano Sustentável”. Caleidoscópio, 3ª Edição, Lisboa, pp. 17; 28; 42.

**ANDRÉ**, Carlos Ascenso (2008), “Fotobiografia (im)Possível: Francisco Rodrigues Lobo: 1574 – 1621”, Imagens & Letras, Leiria, p. 107.

**ARAÚJO**, António de Borja (2007) – “Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu – Declaração de Amsterdam”, pp. 2-4. Consultado a 20 de Julho de 2011, em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracaodeamsterdam.pdf>.

**ATLAS DAS CIDADES** (2004) – “Atlas das cidades de Portugal”. Instituto Nacional de Estatística, Tema A, volume II, p. 126.

**BEAUJEU-GARNIER**, Jacqueline (1997) – “Geografia Urbana”. Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, Lisboa, pp. 47; 116-118.

**CARTA DE AALBORG** (1994) – “Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg”. I Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Aalborg, pp. 2-5. Consultado a 21 de Julho de 2011, em [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5).

**CARTA DE ATENAS** (1931) – “Carta de Atenas”, pp. 1-5. Consultado a 19 de Julho de 2011, em <http://idarqfactor.org/Carta%20de%20Atenas.pdf>.

**CARTA DE ATENAS** (1933) – “Carta de Atenas”, p. 25. Consultado a 20 de Julho de 2011, em [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Atenas\\_1933.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf).

**CARTA DE CRACÓVIA SOBRE OS PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO** (2000) – “Carta de Cracóvia”, pp. 1-6. Consultado a 21 de Julho de 2011, em <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

- CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO** (1975) – “Carta Europeia do Património Arquitectónico”, pp. 2-4. Consultado a 20 de Julho de 2011, em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.
- CARTA DE LEIPZIG** (2007) – “Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis”, pp. 1-7. Consultado a 23 de Julho de 2011, em [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5).
- CARTA DE VENEZA** (1964) – “Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios”, pp. 1-2. Consultado a 16 de Julho de 2011, em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>.
- CARTA DE WASHINGTON** (1987) – “Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas”. *In* Cadernos de Sociomuseologia N.º 15, p. 222. Consultado a 16 de Julho de 2011, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/343/252>.
- CARVALHO, Paulo** (2003) – “Património Cultural e iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural”. *In* Lucília Caetano (coord.) – Território, de global ao local e trajectórias de desenvolvimento. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume III, pp. 193; 197; 199-200; 223.
- CARVALHO, Paulo** (2005) – “Património Cultural e Trajectórias de Desenvolvimento em áreas de Montanha: o exemplo da Serra da Lousã”. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 67-69.
- CARVALHO, Paulo** (2005) – “Património Cultural, ordenamento e desenvolvimento: Uma nova visão e valorização do território”. *In* Cadernos de Geografia, N.º 24/25, 2005-2006. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 209; 214; 216.
- CARVALHO, Paulo** (2008) – “Cidades e Valorização Paisagística de Frentes Aquáticas”. *In* Biblos (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Faculdade de Letras, Volume VI (2ª série), pp. 328-329; 331-332; 337.

- CARVALHO**, Paulo (2009) – “Planeamento, Redes territoriais e novos produtos Turísticos eco-culturais”. Comunicação apresentada no 1º Congresso de Desenvolvimento regional de Cabo Verde; 15º Congresso da APDR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional); 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional; e 3º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, Cabo Verde, 6 a 11 de Julho, 2009), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Ponta Delgada, pp. 1436. Consultado a 11 de Março de 2011, em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2014/91A.pdf>.
- CCE** (Comissão das Comunidade Europeias) (1990) – “Livro Verde do Ambiente Urbano”. Comissão das Comunidade Europeias, Bruxelas.
- CEDRU** (Centro de Estudos Desenvolvimento Regional e Urbano) (1990) – “VALIS-Valorização de Lisboa”. Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lisboa.
- CHOY**, Françoise (1992) – “L`Allegorie du patrimoine”. Paris, Editions du Seuil.
- CLAVAL**, Paul (1999) – “Los fundamentos actuales de la geografía cultural”. *In* Documents d`Anàlisi Geogràfica, Universidad de Valencia, N.º 34, p. 25.
- CLAVAL**, Paul (2002) – “El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio”. Boletín de la AGE (Asociacións de Geógrafos Españoles), N.º 34.
- CML** (Câmara Municipal de Leiria) (2004) – “O concelho de Leiria e o contexto territorial”. *In* I Revisão do Plano Director Municipal de Leiria, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, p. 11.
- CML** (Câmara Municipal de Leiria) (2011) – “PALOR – Programa de Acção Local para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Leiria”. Câmara Municipal de Leiria, Leiria, p. 9.
- COMISSÃO EUROPEIA** (1996) – “Cidades Europeias Sustentáveis – Relatório”. *In* Resumo do relatório «Cidades europeias sustentáveis» do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, Bruxelas, pp. 5-9; 204. Consultado a 19 de Julho de 2011, em <http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/rport-pt.pdf>.
- CONSELHO DA EUROPA** (2005) – “Convenção – Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade”. Conselho da Europa, Faro, p. 2. Consultado a 06 de Setembro de 2011, em

<http://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/2005-convencao-de-faro-conselho-da-europa.pdf>.

**CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO DA EUROPA (1985)** – “Convenção para a Salvaguarda do

Património Arquitectónico da Europa, Resolução da Assembleia da República n.º5/91”, pp. 2-4. Consultado a 21 de Julho de 2011, em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>.

**CORREIA**, Francisco Nunes (2007) – “Intervenção do Programa Polis em Leiria”. Sociedade LeiriaPolis, Leiria, p. 9.

**DECLARAÇÃO DE BUDAPESTE (2002)** – “Declaração de Budapeste sobre o

Património Mundial”, pp. 1-2. Consultado a 06 de Agosto de 2011, em <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatriomomundial2002.pdf>.

**DECLARAÇÃO DE HANÔVER (2000)** – “Declaração de Hanôver – de Presidentes

de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI”. Versão traduzida do texto inicial em Inglês pelo Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis – CIVITAS, p. 3. Consultado a 21 de Julho de 2011, em [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&limit=5&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=33](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&limit=5&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=33).

**DECLARAÇÃO DE VIENA (2009)** – “Um incentivo ao Património em período de

recessão económica”, p. 2. Consultado a 22 de Julho de 2011, em <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf>.

**DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA (2004)** – “Dicionário de Língua

Portuguesa”. Porto Editora, pp. 356-357; 1316.

**DGOTDU (Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano)**

(2008) – “Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial”. Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, pp. 60; 62-63; 65; 67.

**DOMINGUES, Álvaro (1995)** – “Intervenções na Base Económica”. *In* As Cidades

médias e o Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da

Administração do Território (MPAT), Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), Coimbra, p. 85.

**DOMINGUES, Álvaro** (2006) – “Cidade e Democracia – 30 anos de transformação Urbana em Portugal”. *Argumentum*, pp. 13; 22-24.

**DURHAM** (1984) – “Cultura, património e preservação”. Brasiliense, São Paulo.

**FERNANDES, João Luís Jesus** (1998) – “Factores Imateriais na definição da Geografia de Portugal: cultura, posição de Portugal no Mundo e contrastes internos de desenvolvimento”. *In* *Cadernos de Geografia*, N.º 17. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Coimbra, p. 68.

**FERNANDES, João Luís** (2003) – “Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas”. *In* Lucília Caetano (coord.) – *Território, de global ao local e trajectórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume III, pp. 229; 241.

**FERNANDES, João Luís Jesus e CARVALHO, Paulo** (1998) – “Heritage as a reintegration strategy in the frontier regions: an example from the luso-spanish borders (a study of Elvas)”. *Book of Abstracts of the Second International Conference Urban Development: A Challenger for Frontier Regions*. Beer Sheva (Israel).

**FERNANDES, João Luís Jesus e CARVALHO, Paulo** (2003) – “Património, memória e identidade: repensar o Desenvolvimento”. *In* Lucília Caetano (coord.) – *Território, Ambiente e trajectórias de desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume IV, pp. 193; 196-198.

**FERRÃO, João** (2003) – “Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo”. *In* *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 220-221.

**FERRÃO, João** (2007) – “Polis XXI alargado com três novos programas até 2015”. *In* Público, por Lusa. Consultado a 20 de Novembro de 2010, em [http://www.publico.clix.pt/Sociedade/polis-xxi-alargado-com-tres-novos-programas-ate-2015\\_1290910](http://www.publico.clix.pt/Sociedade/polis-xxi-alargado-com-tres-novos-programas-ate-2015_1290910).

- FERREIRA**, António Fonseca (2007) – “Gestão estratégica de cidades e regiões”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2ª Edição, pp. 29; 103; 124-127.
- FERREIRA**, Vítor Matias e **CRAVEIRO**, Teresa (1989) – “ Reabilitar ou requalificar a cidade?”. Sociedade e Território N.º 10/11, ano 4/Dezembro.
- FERREIRA**, Vítor Matias, **LUCAS**, J. e **GATO**, M.A. (1999) – “Requalificação urbana ou reconversão urbanística?”. *In A cidade da EXPO 98 – uma reconversão na Frente ribeirinha?*,
- FERREIRA**, Susana Maria Ribeiro de Barros (2006) – “A integração e o acompanhamento da componente ambiental no Programa Polis”. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Lisboa, pp. 12-13. Consultado a 22 de Julho de 2011, em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/047.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/047.pdf).
- FIDÉLIS**, Teresa (2001) – “Planeamento Territorial e Ambiental - O caso da envolvente à Ria de Aveiro”. Principia, Lisboa.
- FONSECA**, Fernando Pereira da (2006) – “O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida”. Dissertação para a obtenção do grau Mestre em Engenharia Municipal, Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, p. 31.
- GASPAR**, Jorge; **SIMÕES**, José Manuel (2006) – “O Planeamento de âmbito Nacional”. *In Planeamento e ordenamento do território*. Carlos Alberto Medeiros (dir.) - Geografia de Portugal, Volume IV. Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 168; 182; 184; 186; 190; 194; 199.
- GASPAR**, Jorge; **SIMÕES**, José Manuel (2006) – “O Ordenamento à Escala Nacional”. *In Planeamento e ordenamento do território*. Carlos Alberto Medeiros (dir.) - Geografia de Portugal, Volume IV. Círculo de Leitores, Lisboa, p. 275.
- GILBERT**, Martin (2009) – “A Segunda Guerra Mundial”. Publicações Dom Quixote, 6ª Edição, Alfragide, p. 787.



- GONÇALVES**, Fernando (2005) – “Carta de Leipzig e Cultura Arquitectónica”. *In* Boletim da Ordem dos Arquitectos, N.º 174, p. 1. Consultado a 18 de Julho de 2011, em <http://arquitectos.pt/documentos/1193054918O8iXT4kl8Zr94KL0.pdf>.
- GUERRA**, Isabel (2003) – “Tensões do Urbanismo Quotidiano”. *In* Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 243-244.
- HEALEY**, Patsy (2007) – “Urban Complexity and Spatial Strategies – Towards a relational planning for our times”. Routledge, Taylor & Francis e-Library, Londres e Nova Iorque, p. 17.
- HENRIQUES**, Eduardo Brito (2004) – “O Património nas Políticas Territoriais”. *In* AAVV, Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa — ‘Portugal: Territórios e Protagonistas’. Consultado a 03 de Setembro de 2011, em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_V\\_Congresso\\_APG/web/pdf/E5\\_14Out\\_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/E5_14Out_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf).
- HENRIQUES**, Fernando M. A.; **JORGE**, Virgolino F. (1996) – “Textos Fundamentais”. *In* Cadernos da Sociedade para a Preservação do Património (SPPC), N.º1, p. 1. Consultado a 21 de Julho de 2011, em <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/sppc1.pdf>.
- JUDT**, Tony (2007) – “Pós-Guerra: História da Europa desde 1945”. Edições 70, Lisboa, p. 1.
- LEIMGRUBER**, Walter (2002) – “Actores, valores y cultura. Reflexiones acerca del papel de la cultura en Geografía”. Bolitín de la AGE (Asociación de Geógrafos Españoles), N.º 34.
- LOPES**, Ana; **CASTRO**, Emanuel de; **FERNANDES**, Ricardo (2005) – “O conceito ecológico do património e a sua valorização: o caso da Serra de Leomil”. *In* Cadernos de Geografia, N.º 24/25, 2005-2006. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Coimbra, p. 171.
- LOBO**, Isabel Sousa (1995) – “Planeamento urbanístico e as cidades Média”. *In* As Cidades médias e o Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT), Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC), Coimbra, p. 106.

- MACIOCCO**, Giovanni (2009) – “The Territorial Future of the City”. Springer Science+Business Media B.V., Volume 3, pp. 17-18.
- MADEIRA**, Cátia Alexandra Costa Luís (2009) – “A Reabilitação Habitacional em Portugal – Avaliação dos Programas RECRIA, REHABITA, RECRIPH E SOLARH”. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, p. 5. Consultado a 22 de Julho de 2011, em [http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2601/1/A%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20Habitacional%20em%20Portugal\\_A%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Programas%20RECRIA,%20REHABITA,%20RECRIPH%20E%20SOLARH.pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2601/1/A%20Reabilita%C3%A7%C3%A3o%20Habitacional%20em%20Portugal_A%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Programas%20RECRIA,%20REHABITA,%20RECRIPH%20E%20SOLARH.pdf).
- MADUREIRA**, Helena (2005) – “Paisagem Urbana e desenvolvimento Sustentável – Apontamentos sobre uma estreita relação entre Geografia, Desenvolvimento sustentável e Forma Urbana”. Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, p. 4. Consultado a 21 de Setembro de 2010, em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/062.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/062.pdf).
- MAGALHÃES F.; GALLO, H., LOBO, M. da Costa** (2000) – “Planning and sustainability – good and bad practices in Rio, São Paulo and Lisbon”. *In* The Sustainable city: urban regeneration and sustainability, Ecology and the Environment, Volume 39, WIT Press, Southampton.
- MAOT** (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território) e **POLIS** (2000) – “Programa de Requalificação Urbana e Valorização de Cidades”. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa, p. 60.
- MAOT** (Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território) e **POLIS** (2000) – “Plano Estratégico”. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa, pp. 50-52.
- MAOTDR** (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) (2008) – “Portugal. Política de Cidades Polis XXI – 2007-2013”. Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, MAOTDR, pp. 2-6. Consultado a 20 de Novembro de 2009, em <http://www.dgotdu.pt/pc/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf>.
- MAOTDR** (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) (2007) – “Nota sobre a definição de critérios de

classificação, qualificação e reclassificação do solo em sede de PROT”. Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, MAOTDR, p. 6. Consultado a 21 de Setembro de 2010, em [http://www.dgotdu.pt/prot-continente/Nota%20Classif%20Solo%20 %20PROT V4 11Dez07.pdf](http://www.dgotdu.pt/prot-continente/Nota%20Classif%20Solo%20%20PROT%20V4%2011Dez07.pdf).

**MARQUES, Hélder; MARTINS, Luís** (1998) – “Memória, Herança, Património e Paisagem”. *In* Cadernos de Geografia, N.º 17. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 124-125.

**MENEZES, Marluce** (2005) – “Da idealização do Património Urbano à construção de um Projecto social de Salvaguarda e Reabilitação”. *In* Cultura Light, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património: Porto, p. 118. Consultado a 21 de Setembro de 2010, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7596.pdf>.

**MONTEIRO, José Charters; NEVES, Rosário Beja** (2009) – “m |i| m o – museu da imagem em movimento: Intervenção para um projecto museológico”. *In* m |i| m o: um lugar em movimento, Câmara Municipal de Leiria e m |i| m o – museu da imagem em movimento, pp. 86; 88.

**MORALES MIRANDA, Jorge** (1998) – “Guia práctica para la interpretación del patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante”. Sevilha, E.P.G. Junta de Andalucía.

**MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes** (2007) – “Requalificação Urbana – Alguns conceitos básicos”. CEFA (Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura) + CIAUD (Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design), pp. 117-118; 124. Consultado a 21 de Setembro de 2010, em <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>.

**NERLEI** (Associação Empresarial da Região de Leiria) (2002) – “Caracterização Económica e Social da Região e do Distrito de Leiria”. Jorlis, Edições e Publicações Lda, pp. 35-39.

**NUNES, Flávio** (1999) – “Processo de Planeamento de Marketing Territorial Estratégico, um instrumento de operacionalização de estratégias de política para a Área Metropolitana do Porto”. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Faculdade de Arquitectura e de Engenharia da Universidade

do Porto, p. 19. Consultado a 25 de Fevereiro de 2011, em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/11277>.

**PAPUDO**, Rui Miguel (2007) – “Indicadores de ordenamento do território: uma proposta metodológica para o caso Português”. Tese de mestrado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Departamento de Geografia, Lisboa, p. 91. Consultado a 16 de Junho de 2011, em <http://hdl.handle.net/10451/454>.

**PINHO**, Ana Cláudia da Costa (2009) – “Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana-Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais”. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 148-149.

**PORTAS**, Nuno; **DOMINGUES**, Álvaro; **CABRAL**, João (2003) – “Políticas Urbanas - Tendências, Estratégias e Oportunidades”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 57; 81.

**QUEIRÓS**, Margarida; **VALE**, Mário (2005) – “Ambiente Urbano e Intervenção Pública: o Programa Polis”, pp. 2-3; 6-7. Consultado a 20 de Julho de 2011, em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/047.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/047.pdf).

**RAPOSO**, Isabel (2007) – “Qualificação de bairros críticos 1”, p. 11. Consultado a 18 de Maio de 2011, em <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/iraposo/iraposo.html>.

**REBELO**, Elvira (2001) – “As pessoas, as comunidades e os patrimónios: reflexões em torno da história de uma necessidade”. *In Estudos/Património*, N.º1, Lisboa, IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico).

**ROSMANINHO**, Ema (2002) – “Os Programas de intervenção e Estratégia da Cidade”. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto/Faculdade de Arquitectura do Porto, Porto, pp. 25; 39. Consultado a 16 de Junho de 2011, em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12071>.

**SALGUEIRO**, Teresa Barata (1992) – “A cidade em Portugal – uma geografia urbana”. Porto, Edições Afrontamento, Lda., pp. 26; 388-389.

- SALGUEIRO**, Teresa Barata (2006) – “Segregação e Fragmentação”. *In* Sociedade, Paisagens e Cidades. Carlos Alberto Medeiros (dir.) - Geografia de Portugal, Volume II. Círculo de Leitores, Lisboa, p. 306.
- SANTOS**, Norberto Pinto dos (2003) – “Espaço, População e Desenvolvimento”. *In* Lucília Caetano (coord.) – Território, de global ao local e trajectórias de desenvolvimento. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume III, p. 110.
- SANTOS**, Sandro Miguel Guardado Fernandes dos (2005) – “Expansão Urbana e Acessibilidades”. Tese de Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 273.
- SHORTEN**, J. (1993) – “Environmentalism and Sustainable Development”. *In* Contemporary Planning Practice, School of Planning Studies, University of Reading.
- SILVA**, Fernando Nunes da (2003) – “A participação das populações nos processos de planeamento, transformação e gestão do território”. 1.º Seminário de Engenharia do Território: Planear – Transformar - Gerir. IST/Núcleo de Estudos de Alunos do Território, Lisboa, p. 36.
- SOCIEDADE LEIRIAPOLIS** (2007) – “Intervenção do Programa Polis em Leiria”. Sociedade LeiriaPolis, Leiria, pp. 17; 21; 23; 27; 29; 31; 33, 63.
- UNESCO** (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) (1972) – “Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, pp. 2-4; 13. Consultado a 21 de Julho de 2011, em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.
- UNESCO** (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) (2010) – “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial”. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Lisboa, p. 19. Consultado a 24 de Julho de 2011, em <http://www.igespar.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf>.

**URBANISMO** (2004) – “Planeamento Urbano, da Controvérsia à Renovação”. Urbanismo, Revista da Associação dos Urbanistas Portugueses, Volume N.º16, Ano 5, p. 43.

**VALE**, David (2004) – “Eficiência Espacial das Políticas de Habitação: requisito fundamental para o Desenvolvimento Urbano Sustentável?”. Comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre “Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano”. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, p. 6. Consultado a 23 de Junho de 2011, em <http://www.fundicotex.org/Comunicaciones%20Lisboa/VALE.pdf>.

**YAÑEZ**, Adolfo Casal (1994) – “Arqueologia, Antropologia e Património”. In Ethnologia, N.º1-2, Revista do Departamento de Antropologia da UNL (Universidade Nova de Lisboa), Lisboa.

#### **Legislação:**

- Artigo 1421.º do Decreto-Lei n.º 47 344 de 25-11-1966, publicado no Diário do Governo n.º 274, 1ª Série, Parte A.
- Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, da Assembleia da República, publicado no Diário da República n.º 247, 1ª Série.
- Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio, do Ministério da Administração Interna; Ministério da Habitação Obras Públicas e Transportes; Ministério da Qualidade de Vida, publicado no Diário da República n.º 119, 1ª Série.
- Despacho n.º 1/88, de 6 de Janeiro, da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República n.º 16, 2ª Série.
- Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, do Ministério do Planeamento e Administração do Território, publicado no Diário da República n.º 51, 1ª Série.
- Resolução da Assembleia da República (n.º 5/91, artigo 4.º, ponto 1-2) Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, da Assembleia da República, publicado em Diário da República.
- Artigo 7.º da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, da Assembleia da República, publicado no Diário da República, n.º184, 1ª Série.
- Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, publicado em Diário da República, n.º 222, 1ª Série.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, do dia 15 de Maio (POLIS), publicado no Diário da República, n.º 112, 1ª Série.
- Despacho n.º 42/2003 de 2 de Janeiro, do Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, publicado no Diário da República n.º 1, 2ª Série.
- Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, publicado em Diário da República, n.º 63, 1ª Série.
- Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008, do dia 12 de Setembro de 2008, publicado em Diário da República, n.º 177, 1ª Série.

**Endereços electrónicos:**

- <http://www.igespar.pt>, consultado a 30/11/2009.
- <http://www.qca.pt/iniciativas/urban.asp>, consultado a 05/07/2011.
- <http://www.dgotdu.pt/%5Cdetail.aspx?channelid=4F7F0258-2E3E-47B8-8713-E3D624A89FD2&contentid=68BE6035-D0E4-4528-BB49-9D6675984A63&lang=pt&ver=1>, consultado a 12/07/2011.
- <http://www.dgotdu.pt/pc/>, consultado a 15/07/2011.
- <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/>, consultado a 18/07/2011.
- [http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul\\_tema.php?t=14](http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14), consultado a 18/07/2011.
- <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>, consultado a 18/07/2011.
- <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=enquadramento-historico>, consultado a 18/07/2011.
- <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-restauro-de-monumentos-1931>, consultado a 19/07/2011.
- [http://www.ceu-ectp.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=85&Itemid=118](http://www.ceu-ectp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=118), consultado a 19/07/2011.
- <http://www.dgotdu.pt/ue/bt2.htm>, consultado a 19/07/2011.
- <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:117E:0073:0078:PT:PDF>, consultado a 19/07/2011.
- [http://www.icomos.org/docs/euroch\\_e.html](http://www.icomos.org/docs/euroch_e.html), consultado a 20/07/2011.

- <http://aup.org.pt/index.php?q=node/235>, consultado a 20/07/2011.
- <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-urbanismo-moderno-atenas-1933>, consultado a 20/07/2011.
- <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=convencao-para-a-proteccao-do-patrimonio-mundial-cultural-e-natural---paris-1972>), consultado a 21/07/2011.
- [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=33&limitstart=5), consultado a 23/07/2011.
- [http://www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=33&Itemid=33](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&Itemid=33), consultado a 23/07/2011.
- [http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd\\_igf/bd\\_legis\\_geral/Leg\\_geral\\_docs/DL\\_704\\_76.htm](http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_704_76.htm), consultado a 26/07/2011.
- <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/cultura.php>, consultado a 02/08/2011.
- [http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conselho\\_Europa/Conselho\\_Europa\\_Estatuto.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/Conselho_Europa/Conselho_Europa_Estatuto.htm), consultado a 02/08/2011.
- [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_V\\_Congresso\\_APG/web/pdf/E5\\_14Out\\_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/E5_14Out_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf), a 03/08/2011.
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt), consultado a 04/08/2011.
- <http://www.polis.maotdr.gov.pt/progpolis.html>, consultado a 06/08/2011.
- [http://www.polis.maotdr.gov.pt/instr\\_gestao.html](http://www.polis.maotdr.gov.pt/instr_gestao.html), consultado a 06/08/2011.
- <http://www.polis.maotdr.gov.pt/intervencoes.html>, consultado a 07/08/2011.
- <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/ConvencaoodeFaro.pdf>, consultado a 06/09/2011.
- <http://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/2005-convencao-de-faro-conselho-da-europa.pdf>, consultado a 06/09/2011.
- <http://194.65.130.238/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>, consultado a 07/09/2011.
- <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=600530>, consultado a 19/10/2011.
- <http://mimo.cm-leiria.pt/seccao/caracterizacao-47>, consultado a 30/10/2011.



**ANEXOS |**

**ANEXOS | QUADROS**

---

## Quadro I – Objectivos do desenvolvimento sustentável

### Objectivos do desenvolvimento sustentável

- Negociação Aberta como Método de Resolução de Problemas (participação pública para a chegada a consensos);
- Economia urbana (conservação do capital natural - atmosfera, o sol, a água e as florestas);
- Equidade social;
- Padrões de Uso Sustentável do Território (ordenamento e planeamento do território);
- Padrões de mobilidade urbana;
- Responsabilidade pelo clima mundial;
- Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas (conservação da natureza).

Fonte: CARTA DE AALBORG, 1994, pp. 3-5.

Quadro II – Componentes e linhas de intervenção do Programa Polis

Componentes	Linhas de Intervenção	Tipologia de Projectos a Financiar	Intervenções
<p><b>Componente 1</b></p> <p><b>Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental</b></p>	<p><b>Linha 1</b> Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar</p> <p><b>Linha 2</b> Outras intervenções a identificar</p>	<p>Intervenções integradas e multifacetadas, com uma escala significativa, que contribuam para a revitalização de cidades com importância estratégica no Sistema Urbano Nacional, ou para a valorização de novas polaridades em áreas metropolitanas. Exige-se que sejam contempladas algumas ou todas as vertentes das Cidades Verdes, Digitais, do Conhecimento do Entretenimento e Intergeracionais. Estas Intervenções foram identificadas e negociadas entre o Governo e as Autarquias Locais e estão a ser desenvolvidas em parceria entre o poder local e o poder central.</p>	<p>Albufeira, Aveiro, Beja, Bragança, Cacém (Sintra), Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Costa de Caparica (Almada), Covilhã, Guarda, Gondomar, Leiria, Portalegre, Porto, Marinha Grande, Matosinhos, Setúbal, Silves, Tomar, Torres Vedras, Valongo, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, Vila Real e Viseu.</p>
<p><b>Componente 2</b></p> <p><b>Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial</b></p>		<p>Intervenções a realizar nas cidades com áreas classificadas pela UNESCO. O seu desenvolvimento foi negociado entre o Governo e as Autarquias Locais e visa melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas.</p>	<p>Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Porto e Sintra.</p>
<p><b>Componente 3</b></p> <p><b>Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento</b></p>		<p>Intervenções nos espaços públicos envolventes de habitações construídas no âmbito de processos de realojamento realizados com o apoio da Administração Central. Esta Componente é desenvolvida em articulação com o Instituto Nacional da Habitação.</p>	<p>Projectos avulsos nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.</p>
<p><b>Componente 4</b></p> <p><b>Medidas Complementares para melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades</b></p>	<p><b>Linha 1</b> Apoio a novas formas de mobilidade</p> <p><b>Linha 2</b> Outras intervenções a identificar</p> <p><b>Linha 3</b> Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente dos estabelecimentos de ensino</p> <p><b>Linha 4</b> Apoio a acções de educação ambiental</p> <p><b>Linha 5</b> Apoio a outras acções com impacto positivo na qualidade da vida urbana</p>	<p>Intervenções de âmbito mais limitado, e com custos menores, que visem contribuir para vários aspectos da requalificação urbana e valorização ambiental das cidades. Intervenções relacionadas com aspectos ligados à mobilidade urbana, à gestão do ambiente urbano nas cidades, a melhoria do enquadramento das zonas escolares e a promoção da qualidade ambiental e urbana das cidades de forma geral.</p>	<p>Funchal, Barreiro, Moita, Santarém, Elvas, Lagos e Tavira.</p>

Fonte: QUEIRÓS e VALE, 2005, p. 7.

### Quadro III – Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos

#### Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos

- I. **Doutrinas. Princípios Gerais** (na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época e que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico).
- II. **Administração e Legislação dos Monumentos Históricos** (foi consagrado um certo direito da colectividade perante a propriedade privada; as diferenças entre as legislações provêm das dificuldades em conciliar o direito público com os direitos dos particulares; a legislação deve ser apropriada às circunstâncias locais e respeitar a opinião pública, de forma a produzir a menor oposição possível).
- III. **A valorização dos monumentos** (deve haver um respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas bem como as plantas da cidades devem ser estudadas e as ornamentações vegetais devem ser adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo. Deve ainda haver a supressão de quaisquer elementos que contradigam a estética do lugar e do monumento: por exemplo publicidade, postes ou fios telefónicos).
- IV. **Os materiais do restauro** (a conferência aprova o emprego sensato de todos os recursos da técnica moderna desde que não se altere o aspecto e o carácter do edifício e quando for conveniente devem evitar-se os riscos de desmontagem e remontagem dos elementos a conservar).
- V. **As degradações dos monumentos** (nas condições de vida moderna, os monumentos do mundo inteiro encontram-se cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos, perante isto recomenda-se que cada país, os conservadores de monumentos e os arquitectos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais, consigam alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos; no que diz respeito à conservação de esculturas monumentais a conferência considera que deve haver uma preocupação na preservação dos modelos originais, e na sua falta, que se executem moldes).
- VI. **A técnica de conservação** (quando se trata de ruínas, impõe-se uma conservação escrupulosa, recolocando no seu lugar, sempre que possível, os elementos originais encontrados (anastilose); quando se considerar impossível a conservação de ruínas, provenientes de escavações, dado o contacto com a superfície estas devem ser novamente enterradas; quanto a outros monumentos a conferência referiu que antes de qualquer consolidação ou restauro parcial, deve realizar-se uma análise escrupulosa das patologias desses monumentos).
- VII. **A conservação dos monumentos e a colaboração internacional** (a conservação do património artístico e arqueológico deve ser feita mediante uma cooperação técnica e moral, através da educação promover uma cidadania patrimonial e elaborar um conjunto de documentação internacional que incida sobre a preservação e conservação dos monumentos históricos de cada país).

Fonte: CARTA DE ATENAS, 1931, pp. 1-5.

Quadro IV – População Residente em Portugal, Região Centro, Pinhal Litoral e respectivos concelhos

Áreas Geográficas	População Residente							
	1991 (HM)	2001 (HM)	2011 (HM)	Variação 1991-2011	Variação 2001-2011	Variação 2001/2011 (%)	Peso em 2001 (%)	Peso em 2011 (%)
Portugal	9 867 147	10 356 117	1 055 5853	688 706	199 736	1,929	-	-
Região Centro	1 721 650	2 348 397	2 327 026	605 376	-21 371	-0,910	22,7	22,0
Pinhal Litoral	223 025	250 990	261 378	38 353	103 88	4,139	10,7	11,2
Concelho Leiria	102 762	119 847	127 468	24 706	7 621	6,359	47,7	48,8
Concelho Marinha Grande	32 234	35 571	38 627	6 393	3 056	8,591	14,2	14,8
Concelho Batalha	13 329	15 002	15 837	2 508	835	5,566	6,0	6,1
Concelho Pombal	51 357	56 299	55 183	3 826	-1 116	-1,982	22,4	21,1
Concelho Porto de Mós	23 342	24 271	24 263	921	-8	-0,033	9,7	9,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro V – Evolução da População Residente no concelho de Leiria (1864 a 2011)

Tipo	Unidade Geográfica	Área km <sup>2</sup>	População Residente														
			1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1971	1981	1991	2001	2011
Concelho	Leiria	568,02	32252	35402	41606	44811	48447	51101	55234	67313	77567	82988	78950	96517	102762	119847	127468

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro VI – População Residente e Variação Populacional nas freguesias do concelho de Leiria

Tipo	Zona Geográfica	População Residente			Variação da População	Variação da População (%)	
		1991 (HM)	2001 (HM)	2011 (HM)	2001-2011	1991/2001	2001/2011
<b>Concelho</b>	<b>Leiria</b>	<b>102762</b>	<b>119847</b>	<b>127468</b>	<b>7621</b>	<b>16,63</b>	<b>6,36</b>
Freguesia	Amor	4 389	4 738	4 730	-8	7,95	-0,17
Freguesia	Arrabal	2 445	2 719	2 690	-29	11,21	-1,07
Freguesia	Azóia	2 165	2 269	2 277	8	4,80	0,35
Freguesia	Barosa	1 787	1 846	2 155	309	3,30	16,74
Freguesia	Barreira	2 306	3 123	4 125	1002	35,43	32,08
Freguesia	Boa Vista	1 690	1 926	1 746	-180	13,96	-9,35
Freguesia	Caranguejeira	4 350	4 972	4 697	-275	14,30	-5,53
Freguesia	Carvide	2 352	2 913	2 821	-92	23,85	-3,16
Freguesia	Coimbrão	1 923	1 930	1 736	-194	0,36	-10,05
Freguesia	Colmeias	3 481	3 717	3 280	-437	6,78	-11,76
Freguesia	Cortes	3 090	3 032	3 066	34	-1,88	1,12
Freguesia	Leiria	12 852	13 946	14 939	993	8,51	7,12
Freguesia	Maceira	10 087	9 981	9 930	-51	-1,05	-0,51
Freguesia	Marrazes	13 026	20 442	22 834	2392	56,93	11,70
Freguesia	Milagres	2 744	2 961	3 071	110	7,91	3,71
Freguesia	Monte Real	2 315	2 777	2 948	171	19,96	6,16
Freguesia	Monte Redondo	4 051	4 335	4 409	74	7,01	1,71
Freguesia	Ortigosa	1 641	1 802	1 979	177	9,81	9,82
Freguesia	Parceiros	2 482	3 304	4 668	1364	33,12	41,28
Freguesia	Pousos	5 661	7 326	9 779	2453	29,41	33,48
Freguesia	Regueira de Pontes	1 972	2 263	2 218	-45	14,76	-1,99
Freguesia	Santa Catarina da Serra	3 497	3 962	4 089	127	13,30	3,21
Freguesia	Santa Eufémia	2 076	2 420	2 332	-88	16,57	-3,64
Freguesia	Souto da Carpalhosa	3 717	4 018	3 864	-154	8,10	-3,83
Freguesia	Bajouca	1 897	2 015	1 996	-19	6,22	-0,94
Freguesia	Bidoeira de Cima	1 916	2 073	2 301	228	8,19	11,00
Freguesia	Memória	903	885	830	-55	-1,99	-6,21
Freguesia	Carreira	1 254	1 337	1 186	-151	6,62	-11,29
Freguesia	Chainça	693	815	772	-43	17,60	-5,28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.



Quadro VII – Projecção para as freguesias do concelho de Leiria (2011-2031)

Tipo	Unidade Geográfica	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Varição 2011/2031 (%)	Varição 2011/2031 (%)
Freguesia	Amor	4 730	4 729	4 728	4 728	4 727	4 726	4 725	4 724	4 724	4 723	4 722	4 721	4 720	4 720	4 719	4 718	4 717	4 716	4 716	4 715	4 714	-16	-0,34
Freguesia	Arrabal	2 690	2 687	2 684	2 681	2 678	2 676	2 673	2 670	2 667	2 664	2 661	2 658	2 656	2 653	2 650	2 647	2 644	2 641	2 639	2 636	2 633	-57	-2,12
Freguesia	Azóia	2 277	2 278	2 279	2 279	2 280	2 281	2 282	2 283	2 283	2 284	2 285	2 286	2 287	2 287	2 288	2 289	2 290	2 291	2 291	2 292	2 293	16	0,71
Freguesia	Barosa	2 155	2 189	2 223	2 257	2 293	2 328	2 365	2 402	2 439	2 477	2 516	2 555	2 595	2 635	2 676	2 718	2 761	2 804	2 847	2 892	2 937	782	36,28
Freguesia	Barreira	4 125	4 241	4 361	4 484	4 611	4 741	4 875	5 012	5 154	5 299	5 448	5 602	5 760	5 923	6 090	6 262	6 439	6 620	6 807	6 999	7 197	3 072	74,46
Freguesia	Boa Vista	1 746	1 729	1 712	1 695	1 679	1 662	1 646	1 630	1 614	1 598	1 583	1 567	1 552	1 537	1 522	1 507	1 492	1 478	1 463	1 449	1 435	-311	-17,82
Freguesia	Caranguejeira	4 697	4 670	4 644	4 618	4 591	4 565	4 539	4 514	4 488	4 463	4 437	4 412	4 387	4 362	4 337	4 313	4 288	4 264	4 240	4 216	4 192	-505	-10,76
Freguesia	Carvide	2 821	2 812	2 803	2 794	2 785	2 776	2 767	2 758	2 749	2 741	2 732	2 723	2 714	2 706	2 697	2 688	2 680	2 671	2 663	2 654	2 646	-175	-6,22
Freguesia	Coimbrão	1 736	1 718	1 700	1 682	1 664	1 646	1 629	1 612	1 595	1 578	1 562	1 545	1 529	1 513	1 497	1 481	1 465	1 450	1 435	1 419	1 405	-331	-19,09
Freguesia	Colmeias	3 280	3 239	3 199	3 159	3 120	3 081	3 043	3 005	2 968	2 931	2 894	2 858	2 823	2 788	2 753	2 719	2 685	2 652	2 619	2 586	2 554	-726	-22,13
Freguesia	Cortes	3 066	3 069	3 073	3 076	3 080	3 083	3 087	3 090	3 093	3 097	3 100	3 104	3 107	3 111	3 114	3 118	3 121	3 125	3 128	3 132	3 135	69	2,26
Freguesia	Leiria	14 939	15 042	15 146	15 250	15 356	15 462	15 568	15 676	15 784	15 893	16 003	16 113	16 224	16 336	16 449	16 563	16 677	16 792	16 908	17 025	17 142	2 203	14,75
Freguesia	Maceira	9 930	9 925	9 920	9 915	9 910	9 905	9 900	9 894	9 889	9 884	9 879	9 874	9 869	9 864	9 859	9 854	9 849	9 844	9 839	9 834	9 829	-101	-1,02
Freguesia	Marrazes	22 834	23 088	23 345	23 605	23 867	24 133	24 402	24 673	24 948	25 225	25 506	25 790	26 077	26 367	26 660	26 957	27 257	27 560	27 867	28 177	28 490	5 656	24,77
Freguesia	Milagres	3 071	3 082	3 093	3 105	3 116	3 128	3 139	3 150	3 162	3 173	3 185	3 197	3 208	3 220	3 232	3 244	3 256	3 267	3 279	3 291	3 303	232	7,57
Freguesia	Monte Real	2 948	2 966	2 983	3 001	3 019	3 037	3 056	3 074	3 092	3 111	3 130	3 148	3 167	3 186	3 205	3 224	3 244	3 263	3 283	3 302	3 322	374	12,69
Freguesia	Monte Redondo	4 409	4 416	4 424	4 431	4 439	4 446	4 454	4 462	4 469	4 477	4 484	4 492	4 499	4 507	4 515	4 522	4 530	4 538	4 545	4 553	4 561	152	3,44
Freguesia	Ortigosa	1 979	1 998	2 016	2 035	2 055	2 074	2 093	2 113	2 133	2 153	2 173	2 194	2 214	2 235	2 256	2 278	2 299	2 321	2 343	2 365	2 387	408	20,61
Freguesia	Parceiros	4 668	4 832	5 002	5 178	5 360	5 549	5 744	5 946	6 155	6 371	6 595	6 827	7 067	7 316	7 573	7 839	8 115	8 400	8 695	9 001	9 318	4 650	99,61
Freguesia	Pousos	9 779	10 066	10 360	10 664	10 977	11 298	11 629	11 970	12 321	12 682	13 053	13 436	13 830	14 235	14 652	15 081	15 523	15 978	16 446	16 928	17 424	7 645	78,18
Freguesia	Regueira de Pontes	2 218	2 214	2 209	2 205	2 200	2 196	2 191	2 187	2 183	2 178	2 174	2 170	2 165	2 161	2 156	2 152	2 148	2 144	2 139	2 135	2 131	-87	-3,94
Freguesia	Santa Catarina da Serra	4 089	4 102	4 115	4 128	4 141	4 154	4 167	4 180	4 194	4 207	4 220	4 233	4 247	4 260	4 274	4 287	4 301	4 314	4 328	4 342	4 355	266	6,51
Freguesia	Santa Eufémia	2 332	2 323	2 315	2 306	2 298	2 289	2 281	2 272	2 264	2 256	2 247	2 239	2 231	2 222	2 214	2 206	2 198	2 190	2 182	2 174	2 165	-167	-7,14
Freguesia	Souto da Carpalhosa	3 864	3 849	3 834	3 819	3 804	3 789	3 774	3 760	3 745	3 730	3 716	3 701	3 687	3 673	3 658	3 644	3 630	3 616	3 602	3 587	3 573	-291	-7,52
Freguesia	Bajouca	1 996	1 994	1 992	1 990	1 988	1 987	1 985	1 983	1 981	1 979	1 977	1 975	1 973	1 972	1 970	1 968	1 966	1 964	1 962	1 960	1 959	-37	-1,88
Freguesia	Bidoeira de Cima	2 301	2 325	2 350	2 374	2 399	2 424	2 450	2 475	2 501	2 528	2 554	2 581	2 608	2 635	2 663	2 691	2 719	2 748	2 776	2 806	2 835	534	23,21
Freguesia	Memória	830	825	819	814	809	804	799	794	788	783	778	773	768	764	759	754	749	744	739	735	730	-100	-12,04
Freguesia	Carreira	1 186	1 172	1 158	1 144	1 130	1 117	1 104	1 091	1 078	1 065	1 052	1 040	1 027	1 015	1 003	991	979	967	956	944	933	-253	-21,31
Freguesia	Chainça	772	768	764	760	755	751	747	743	739	735	731	727	723	719	716	712	708	704	700	696	693	-79	-10,27
<b>Total Leiria</b>		<b>127468</b>	<b>128256</b>	<b>129049</b>	<b>129847</b>	<b>130650</b>	<b>131458</b>	<b>132271</b>	<b>133089</b>	<b>133912</b>	<b>134740</b>	<b>135574</b>	<b>136412</b>	<b>137256</b>	<b>138104</b>	<b>138958</b>	<b>139818</b>	<b>140682</b>	<b>141552</b>	<b>142428</b>	<b>143308</b>	<b>144195</b>	<b>16727</b>	<b>13,12</b>

Quadro VIII – Densidade Populacional nas freguesias de Leiria (2001-2011)

Unidade Geográfica	Área Km <sup>2</sup>	Densidade Populacional 2001	Densidade Populacional 2011
<b>Concelho de Leiria</b>	<b>568,02</b>	<b>211,0</b>	<b>224,4</b>
Amor	23,38	202,7	202,3
Arrabal	19,17	141,8	140,3
Azóia	11,87	191,2	191,8
Barosa	13,16	140,3	163,8
Barreira	12,44	251,0	331,6
Boa Vista	9,39	205,1	185,9
Caranguejeira	32,48	153,1	144,6
Carvide	12,61	231,0	223,7
Coimbrão	53,93	35,8	32,2
Colmeias	35,68	104,2	91,9
Cortes	16,38	185,1	187,2
Leiria	6,45	2162,2	2316,1
Maceira	47,11	211,9	210,8
Marrazes	19,17	1066,4	1191,1
Milagres	17,2	172,2	178,5
Monte Real	13,5	205,7	218,4
Monte Redondo	45,43	95,4	97,1
Ortigosa	14,01	128,6	141,3
Parceiros	12,11	272,8	385,5
Pousos	16,74	437,6	584,2
Regueira de Pontes	11,47	197,3	193,4
Santa Catarina da Serra	36,36	109,0	112,5
Santa Eufémia	9,83	246,2	237,2
Souto da Carpalhosa	28,24	142,3	136,8
Bajouca	12,36	163,0	161,5
Bidoeira de Cima	15,5	133,7	148,5
Memória	11,15	79,4	74,4
Carreira	5,52	242,2	214,9
Chainça	5,38	151,5	143,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro IX – Estrutura Etária do concelho de Leiria (1991-2001)

Classe Etária	1991		Classe Etária	2001	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
0 a 4	3 135	3 089	0 a 4	3 408	3 363
5 a 9	3 672	3 456	5 a 9	3 392	3 225
10 a 14	4 369	4 176	10 a 14	3 629	3 541
15 a 19	4 501	4 295	15 a 19	4 188	3 951
20 a 24	4 171	4 239	20 a 24	4 751	4 590
25 a 29	3 790	4 158	25 a 29	4 858	4 788
30 a 34	3 822	3 992	30 a 34	4 730	4 760
35 a 39	3 589	3 687	35 a 39	4 589	4 952
40 a 44	3 290	3 433	40 a 44	4 367	4 502
45 a 49	2 916	3 228	45 a 49	3 985	4 002
50 a 54	2 899	2 941	50 a 54	3 458	3 766
55 a 59	2 546	2 742	55 a 59	3 060	3 425
60 a 64	2 377	2 672	60 a 64	2 933	3 020
65 a 69	1 964	2 354	65 a 69	2 525	2 852
70 a 74	1 406	1 742	70 a 74	2 016	2 510
75 a 79	894	1 248	75 a 79	1 433	1 999
80 a 84	482	814	80 a 84	776	1 235
>85	200	473	>85	409	859

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro X – Distribuição da População Residente no concelho de Leiria segundo o género e a classe etária (1991-2001)

Classe Etária	Género			
	Masculino 1991	Masculino 2001	Feminino 1991	Feminino 2001
0-14	11 176	10 429	10 721	10 129
15-64	33 901	40 919	11 927	10 717
>65	4 946	7 159	12 710	12 082

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XI – Total População Residente no concelho de Leiria segundo as classes etárias (1991-2001)

Classe Etária	Anos censitários	
	1991	2001
0-14	21 897	20 558
15-64	45 828	51 636
>65	17 656	19 241

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XII – Índice de Envelhecimento das freguesias do concelho de Leiria (1991-2001)

Unidade Geográfica	Índice de Envelhecimento 1991	Índice de Envelhecimento 2001	Variação 1991/2001 (%)
Amor	39	76,3	95,6
Arrabal	62,6	106,6	70,3
Azóia	45,2	75,6	67,3
Barosa	54,6	100,4	83,9
Barreira	45,8	68	48,5
Boa Vista	51,8	93,1	79,7
Caranguejeira	53,6	81,6	52,2
Carvide	77,4	116,9	51,0
Coimbrão	77,6	116,5	50,1
Colmeias	87,9	126,1	43,5
Cortes	49,8	93,3	87,3
Leiria	59,4	96,4	62,3
Maceira	49,2	97,3	97,8
Marrazes	44,5	54,1	21,6
Milagres	63,8	80,8	26,6
Monte Real	52,9	91,9	73,7
Monte Redondo	40,8	67	64,2
Ortigosa	40,6	87,1	114,5
Parceiros	37,2	68,7	84,7
Pousos	48,6	60,6	24,7
Regueira de Pontes	45,9	81,7	78,0
Santa Catarina da Serra	49,7	74	48,9
Santa Eufémia	60	84,9	41,5
Souto da Carpalhosa	56,5	79,3	40,4
Bajouca	41,6	58,4	40,4
Bidoeira de Cima	55,6	86,2	55,0
Memória	166,2	264,5	59,1
Carreira	49	100,4	104,9
Chainça	61,5	77,1	25,4
<b>Leiria (concelho)</b>	52,9	80,9	52,9
<b>Média das freguesias</b>	57,53	91,89	61,8
		74,71	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XIII - Variação das famílias, alojamentos e edifícios (2001/2011)

Concelhos do Pinhal Litoral	2001			2011			Variação 2001-2011			Variação 2001/2011 (%)		
	Famílias	Alojamentos	Edifícios	Famílias	Alojamentos	Edifícios	Famílias	Alojamentos	Edifícios	Famílias	Alojamentos	Edifícios
<b>Leiria</b>	41 910	55 996	40 224	49 305	67 794	46 483	7 395	11 798	6 259	17,6	21,1	15,6
<b>Marinha Grande</b>	13 049	18 655	13 407	15 461	22 015	14 626	2 412	3 360	1 219	18,5	18,0	9,1
<b>Batalha</b>	5 246	6 826	6 215	6 088	8 389	7 441	842	1 563	1 226	16,1	22,9	19,7
<b>Pombal</b>	23 059	30 130	26 954	21 379	34 199	29 943	- 1 680	4 069	2 989	-7,3	13,5	11,1
<b>Porto de Mós</b>	8 491	11 521	9 876	9 352	13 018	11 200	861	1 497	1 324	10,1	13,0	13,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XIV – Total População Empregada, Desempregada e Activa no concelho de Leiria (1991-2001)

	Concelho de Leiria		
	1991	2001	Varição 1991-2001
<b>População Empregada</b>	43 839	58 173	14 334
<b>População Desempregada</b>	1 617	2 234	617
<b>Total População activa</b>	45 456	60 407	14 951

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XV – População Activa e Variação da População Activa (1991-2001)

	População Activa 1991	População Activa 2001	Varição 1991-2001
<b>Portugal Continental</b>	4 205 489	4 778 115	572 626
<b>Região Centro</b>	939 461	1 067 864	128 403
<b>Pinhal Litoral</b>	96 047	121 667	25 620
<b>Leiria</b>	45 456	60 407	14 951
<b>Marinha Grande</b>	15 420	18 345	2 925
<b>Batalha</b>	5 744	7 222	1 478
<b>Pombal</b>	18 862	23 712	4 850
<b>Porto de Mós</b>	10 565	11 981	1 416

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XVI – Distribuição da População Empregada no concelho de Leiria por sectores de actividade (1991-2001)

	Concelho de Leiria		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
<b>População Empregada 1991</b>	2 697	20 278	20 864
<b>População Empregada 2001</b>	1 777	24 065	32 331
<b>Varição 1991/2001</b>	-920	3 787	11 467
<b>Varição 1991/2001 (%)</b>	-34,11	18,68	54,96
<b>Percentagem 1991</b>	6,2	46,3	47,6
<b>Percentagem 2001</b>	3,1	41,4	55,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados publicados pelo INE.

Quadro XVII – População entrevistada que já ouviu falar do Programa Polis

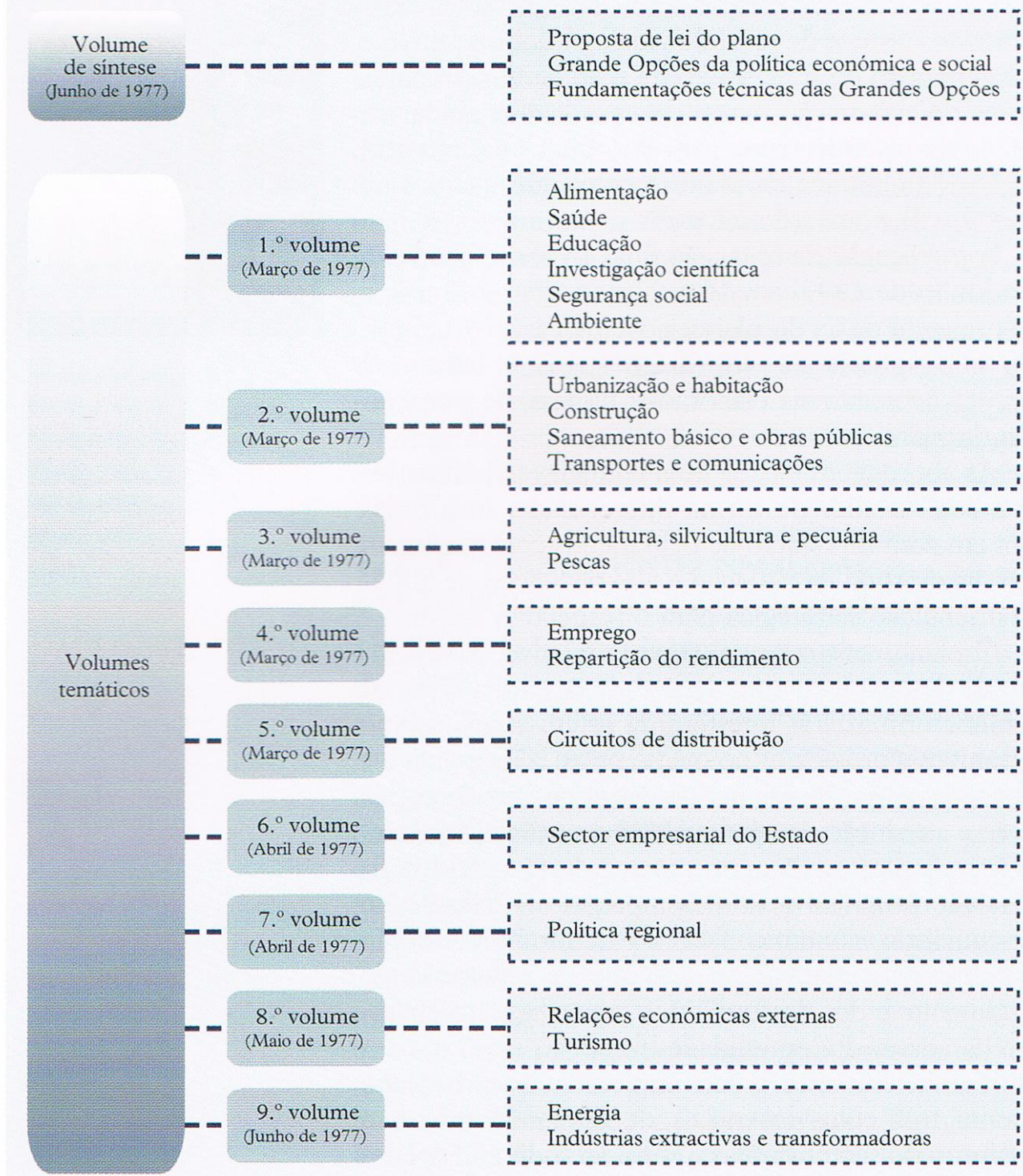
	Ouvir falar do Polis?	
	Sim	Não
<b>Zona 1 e 2</b>	17	12
<b>Zona 3</b>	17	3
<b>Zona 4</b>	17	9
<b>Zona 5 e 6</b>	19	5
<b>Zona 7</b>	15	7
<b>Total</b>	85	36

Fonte: Elaboração própria.

**ANEXOS | FIGURAS**

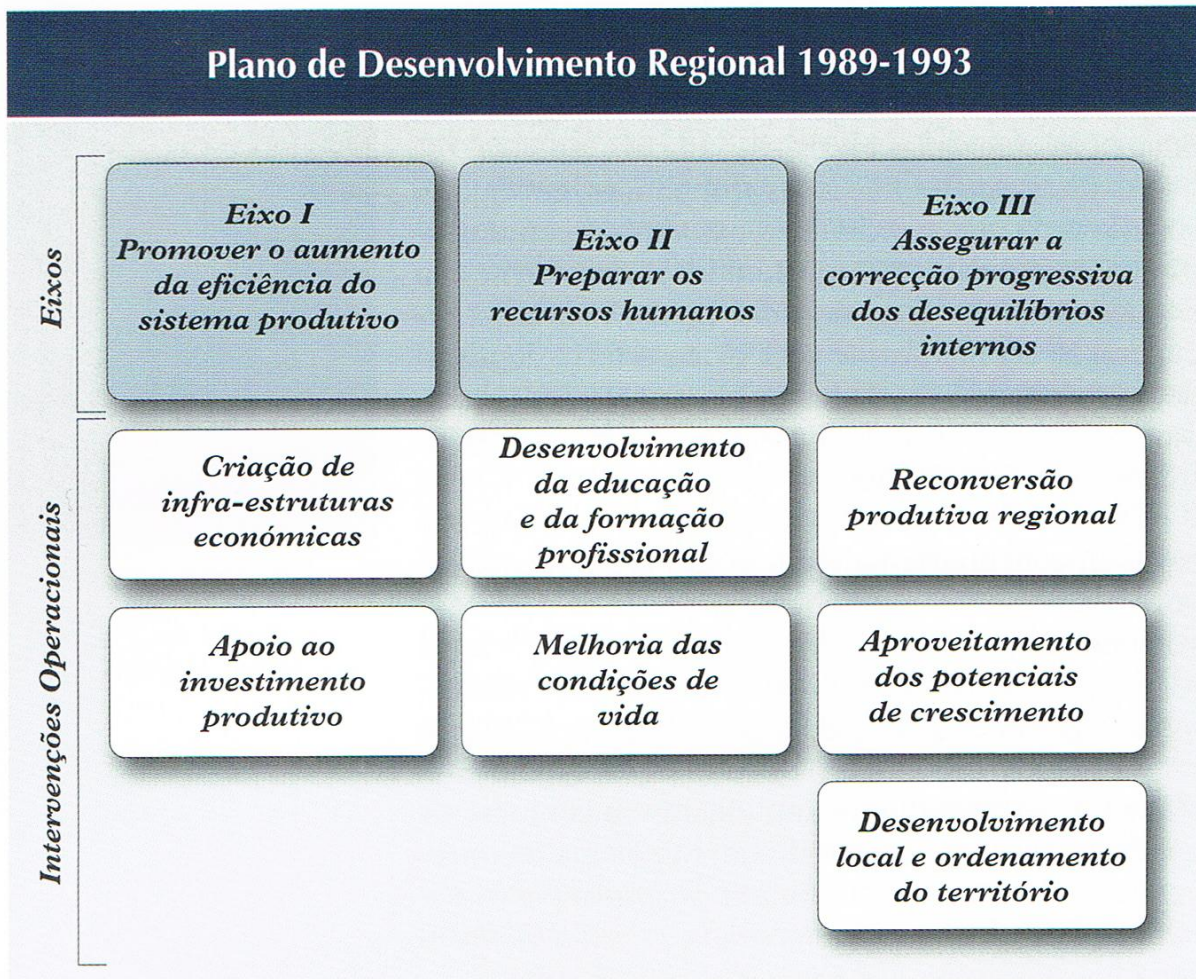


## Conteúdos do Plano de Médio Prazo 1977-1980



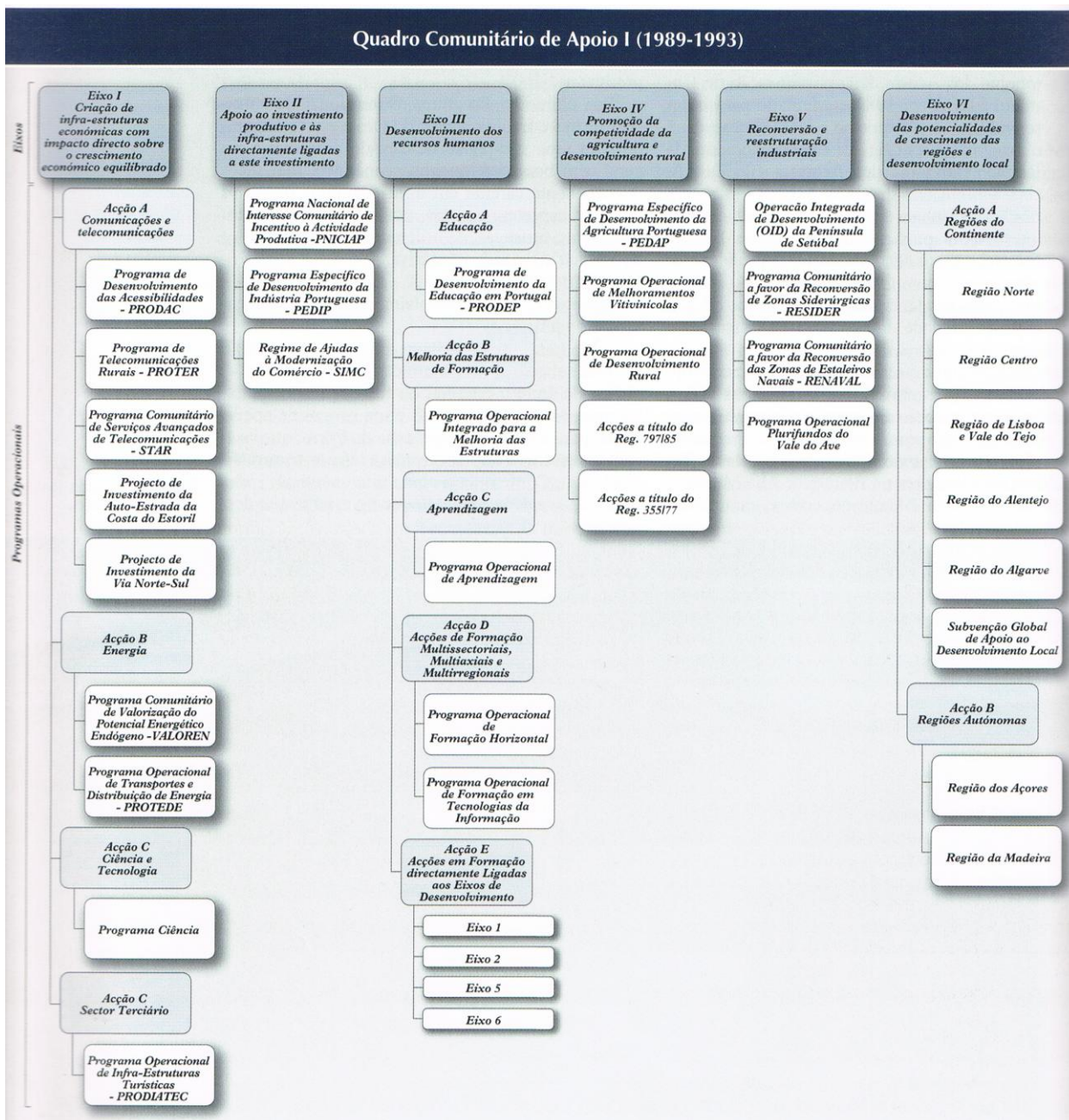
Fonte: GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 182.

Figura I – Plano de Médio Prazo de 1977-1980



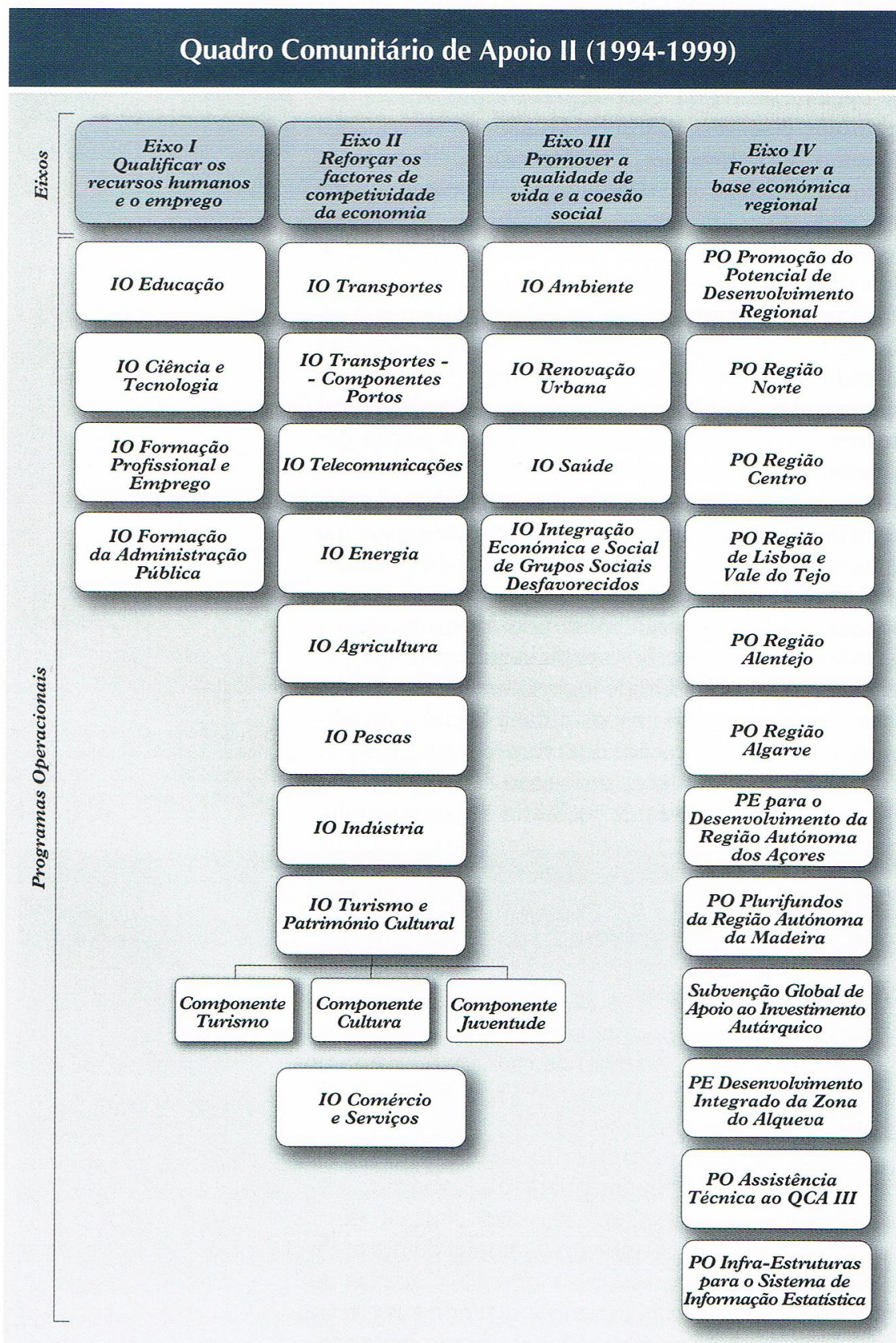
Fonte: GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 186.

Figura II – 1º Plano de Desenvolvimento Regional (1989-1993)



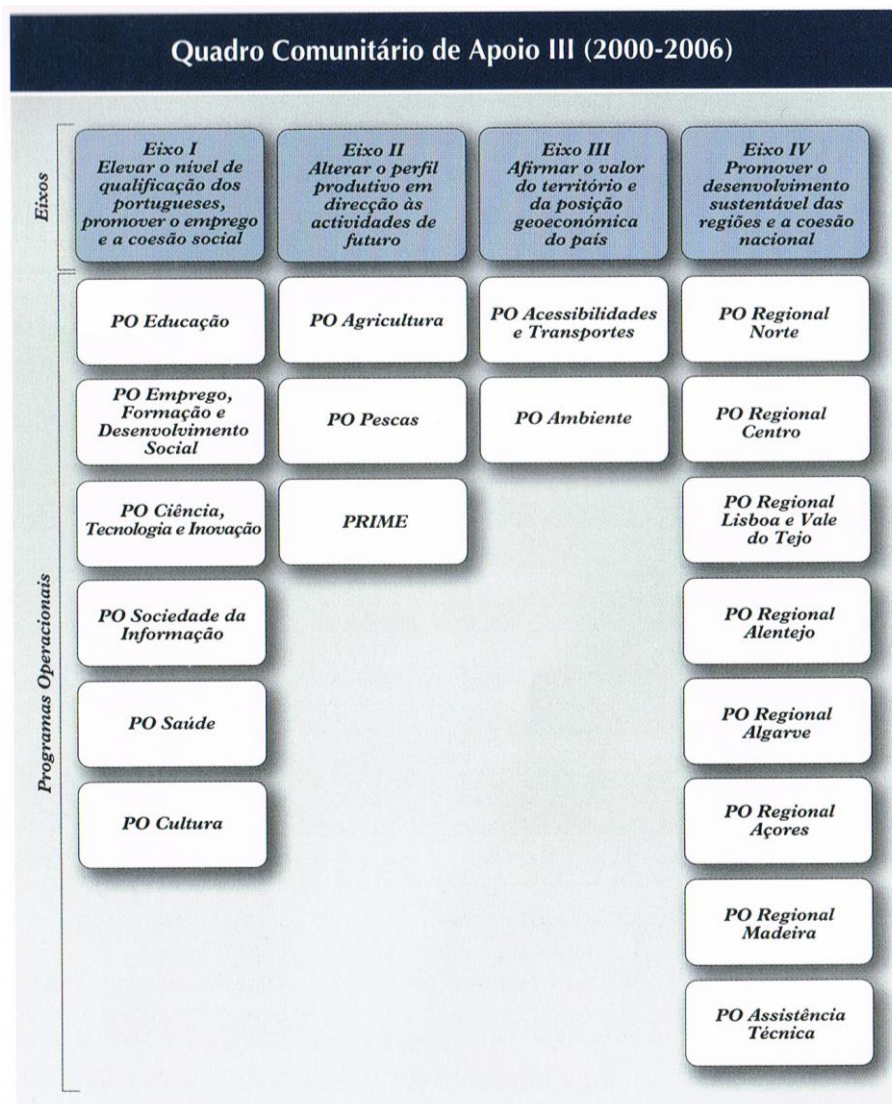
Fonte: GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 190.

Figura III – Quadro Comunitário de Apoio – QCA I (1989-1993)



Fonte: GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 194.

Figura IV – Quadro Comunitário de Apoio II – QCA II (1994-1999)



Fonte: GASPAR e SIMÕES, 2006, p. 199.

Figura V – Quadro Comunitário de Apoio III – QCA III (2000-2006)



Fonte: Adaptado de <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=600530>, último acesso a 19 de Outubro de 2011.

Figura VI – Localização dos Planos de Pormenor do Polis em Leiria